



Ana Carolina Brum Pinheiro

A CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980 E OS PROBLEMAS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília
Novembro de 2004

Ana Carolina Brum Pinheiro

**A CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980 E OS PROBLEMAS DE
SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL**

Banca Examinadora:

Prof.º Joanisval Brito Gonçalves
(Orientador)

Prof.º Mario Jorge Panno de Mattos
(Membro)

Prof.º Hugo José Sarubbi Cysneiros
(Membro)

**Brasília
Novembro de 200**

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois sempre me ilumina e abre meus caminhos.

Aos meus pais, Clodoaldo e Nélia, pelo amor, apoio e dedicação.

Aos meus irmãos, Gustavo, Rachel, Alessandra e Wagner, pela paciência.

Aos meus familiares, pela atenção.

As minhas amigas maravilhosas, especialmente Ju, Mary'ô e Ingrid, que me apóiam em todos os momentos e isto foi fundamental para chegar até aqui.

Ao Vinícius, pelo apoio, carinho, compreensão e amor incondicional.

Aos colegas de turma, pela companhia desses quatro anos.

Ao mestre Joanisval Brito Gonçalves pela compreensão e dedicação.

Ao Professor Francisco Victor Bouissou pela aprovação e ajuda na escolha deste tema.

Aos colegas de trabalho, em especial ao Bellini e a Izabella, pela compreensão.

Ao Ricardo e Lili pela revisão e ao Jacy pela ajuda na formatação.

A todos aqueles que estão ao meu redor me apoiando de alguma forma.

Dedico aos meus pais, por terem confiado em mim e tornado meu sonho realidade: vocês são sem dúvida o meu orgulho de viver. Um exemplo que quero seguir sempre, pela luta, dedicação, devoção aos seus filhos, pois sei que nós somos o motivo de vocês quererem acordar a cada dia com força para vencer.

SUMÁRIO

SIGLAS	VI
RESUMO.....	VII
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – A CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980	10
1.1 BRASIL, COMÉRCIO INTERNACIONAL E A CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980	10
1.2 ESTRUTURA DA CONVENÇÃO	16
1.2.1 - PARTE I – CAMPO DE APLICAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17
1.2.2 - PARTE II– FORMAÇÃO DO CONTRATO	23
1.2.3 - PARTE III – COMPRA VENDA DE MERCADORIAS	27
1.2.4 - PARTE IV – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	41
1.3 IMPORTÂNCIA DA CONVENÇÃO.....	43
CAPÍTULO 2 – PAÍSES SIGNATÁRIOS DA CONVENÇÃO	49
2.1 PARTES SIGNATÁRIAS.....	49
2.2 RESERVAS:.....	51
CAPÍTULO 3 – O CASO BRASIL	58
3.1 LEI APLICÁVEL AOS CONTRATOS INTERNACIONAIS NO BRASIL	58
3.2 AUTONOMIA DA VONTADE.....	73
3.3 A PROBLEMÁTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980 NO BRASIL	83
CONCLUSÃO.....	96
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	103
ANEXO I - CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980 – VERSÃO EM PORTUGUÊS	104
ANEXO II - CONVENÇÃO DO MÉXICO DE 1994.....	123
ANEXO III - CONVENÇÃO DE ROMA DE 1980.....	130
ANEXO IV - LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL – 1942	145
ANEXO V - PROJETO 4.905/95	150

SIGLAS

APEX - Brasil – Agência de Promoção de Exportações do Brasil

CC – código civil

CICIP – convenção Interamericana sobre o Direito aplicável aos Contratos Internacionais

DIPr – Direito Internacional Privado

LICC – Lei de Introdução ao Código Civil

LUFC - lei uniforme sobre a formação do contrato de compra e venda internacional de objetos móveis corpóreos

LUVI – lei uniforme sobre a venda internacional de objetos móveis corpóreos

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNCITRAL/ CNUDCI – Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional

UNIDROIT – Instituto Internacional para a Unificação do Direito Internacional Privado

RESUMO

Este trabalho compreende os problemas de implementação da Convenção de Viena de 1980. Buscamos analisar antecedentes, estrutura, importância e reservas da Convenção. Uma parte destina-se somente à lei aplicável aos contratos internacionais no Brasil, bem como a autonomia da vontade contemplada na Convenção. Analisamos os problemas no sistema jurídico brasileiro pelo fato de não ter em seu ordenamento a autonomia da vontade das partes. Mencionamos algumas possíveis soluções apresentadas por autores do ramo do Direito Internacional Privado (DIPr) e Direito comercial Internacional, para a possível implementação da convenção no Brasil. Identificamos, finalmente, obstáculos existentes neste processo de incorporação de autonomia da vontade no Brasil, antes admitida na Lei de Introdução ao Código Civil (LICC) de 1916.

ABSTRACT

This paper is about the problems faced by the Viena Convention of 1980. We seeked to analyze antecedents, structure, importance and reserves of the Convention. One part of it is destined only to the applicable law on the international contracts in Brasil, as well as the autonomy of the will contemplated by the Convention. We analyze the problems on the Brazilian legal systems because of the lack, its order, of the autonomy of the will of the parts. We mention some possible solutions presented by authors of the branch of the Private International Law, International Contracts and International Commercial law, for the possible implementation of the Convention in Brazil. We identify, finally, existing obstacles in this process of incorporation of the autonomy of the will in Brazil, previously admitted in the Law of Introduction to the Civil Code (LICC) in 1916.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compreender as dificuldades relacionadas ao processo de implementação no Brasil da Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias, Viena, 1980. Essa Convenção foi a etapa final de um processo para a uniformização do direito sobre compra e venda de mercadorias.

Na primeira parte, trataremos brevemente do Comércio Internacional e o Brasil hoje. A respeito da Convenção, analisaremos o seu conceito, estrutura e a importância. Seu texto será desmembrado, artigo por artigo, para um melhor entendimento, sendo, também revelada a sua importância para o país.

O segundo capítulo contemplará uma parte destinada às reservas expressas na Convenção que são adotadas por alguns países signatários. Este artifício, segundo alguns autores citados no capítulo 01, seria para uma maior aceitação da Convenção pelas nações, eis que os acordos que antecederam a Convenção de Viena, não obtiveram muito sucesso, exemplos são as Convenções de Haia de 1964. Apresentaremos também quais são os países signatários.

Analisaremos, por último, o princípio da autonomia da vontade contemplado na Convenção, assim como o ordenamento jurídico brasileiro, para determinar a lei aplicável no âmbito dos Contratos Internacionais. Relacionaremos alguns problemas existentes e algumas soluções possíveis para a implementação ou utilização da Convenção de Viena no Brasil, e a adequação do Direito Internacional Privado Brasileiro a essa realidade.

CAPÍTULO 1 – A CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980

1.1 Brasil, Comércio Internacional e a Convenção de Viena de 1980

O empresariado brasileiro está provando que não existe produto no Brasil que algum país no mundo não esteja interessado em comprar. De janeiro a setembro deste ano, as exportações do país já ultrapassam os US\$ 70 bilhões e a consistência destes números deve-se, em grande parte, à diversidade de produtos que são enviados ao mercado externo. São mais de sete mil mercadorias "exóticas", feitas no Brasil e que estão conquistando o exterior¹.

O Brasil precisa aprofundar sua inserção no comércio mundial, seja para fazer face aos seus compromissos externos, ou para impulsionar a produção e a melhoria de seu posicionamento no cenário internacional. Para isso tem expandido a corrente de comércio e, conseqüentemente, garantido resultados superavitários na balança comercial².

Juan Quirós, presidente da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX - Brasil) – afirmou em reportagem que as jóias, confecções, cosméticos e calçados brasileiros estiveram nas prateleiras da rede Selfridges, encantando os ingleses da alta classe. Já os alimentos e bebidas foram apreciados por franceses de todas as classes que fazem suas compras na cadeia de supermercados Casino. Aconteceu neste mês de outubro deste ano, a inserção de mais de 150 produtos brasileiros na China, durante uma ação promocional específica com a rede Shangai Sugar, Cigarrete & Wine, que poderá servir de ponte para outros supermercados instalados naquele país. Existe uma parceria com a rede Carrefour em 18 países, com mais de 9.300 lojas e uma clientela invejável: 2 bilhões de clientes, que degustarão e comprarão frutas brasileiras. Já em 2005 o Brasil ocupará espaço na Rinascente, na Itália, na Galeria Lafayette, na França, no El Corte Inglés, na Espanha, e no Palácio del Hierro, no México. Essas promoções têm despertado a atenção do mundo e embora sejam

¹ Reportagem recebida, por e-mail, pela assessoria de Comunicação do MDIC, no dia 18/10/2004. e-mail: ascom@desenvolvimento.gov.br

² Trecho retirado da cartilha: “*Brasil Exportador, O País todo participando*”.Pg 06.

compartilhadas com iniciativas similares em outros países, nós temos uma vantagem: uma admirável capacidade de inovar, criar e driblar crises e obstáculos que, obviamente, crescerão à medida em que passemos a exportar de forma mais agressiva.

Estamos hoje vendendo mais para países de todos continentes. Nações como: Libéria, Emirados Árabes, Polônia, Tunísia, Filipinas, Grécia, Irlanda, África do Sul ou Costa Rica. Estamos diversificando³.

É notável o crescimento do Brasil e a evolução do comércio internacional. Patrícia Galindo da Fonseca afirma “o aumento progressivo das relações Internacionais de troca ao longo das últimas décadas demandou por parte da ONU um corpo de normas substantivas e uniformes para regulamentar tais transações. A convenção da ONU sobre contratos de compra e venda de mercadorias traduziu esta necessidade⁴”. Esta mesma autora segue comentando em outro artigo que a Convenção de Viena de 1980 constitui-se em um instrumento jurídico eficaz no processo de harmonização das transações econômicas entre diversos países, tendo sido elaborada para facilitar o intercâmbio comercial internacional⁵.

A Convenção da ONU sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias foi adotada em Viena, em 11 de abril de 1980. É conhecida, portanto, como Convenção de Viena de 1980. Essa Convenção tem como objetivo uniformizar o direito sobre compra e venda de mercadorias, que iremos analisar neste trabalho.

Eduardo Grebler afirma que “o exame dos aspectos jurídicos do contrato internacional de compra e venda de mercadorias não pode, atualmente, desconsiderar a existência da Lei Uniforme sobre a Venda Internacional de Mercadorias, elaborada pela

³ Reportagem publicada no dia 14/10/2004, no Valor Econômico, “A Exportação não se restringe a produtos e serviços; exportamos agora a nossa imagem”. In Rumo aos US\$ 100 bilhões.

⁴ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁵ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (CNUDCI, ou UNCITRAL)⁶”.

Porém, ainda conforme esse autor, a Convenção seguiu um longo caminho até sua conclusão, sendo a última etapa do esforço para a unificação do direito sobre a compra e venda internacional de mercadorias, processo que foi iniciado em 1930 pelo Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit). Porém, foi prejudicado com o advento da Segunda Guerra Mundial, sendo retomado ao início dos anos 60, resultando em duas convenções, celebradas em Haia no ano de 1964: uma sobre a formação dos contratos (LUFC), e outra sobre a compra e venda internacional propriamente dita (LUVI), que ficaram conhecidas como as Convenções de Haia⁷.

Patrícia Galindo, retrata detalhadamente os antecedentes da Convenção de Viena de 1980:

“No cenário do comércio internacional, este processo jurídico inicia-se com a criação, em 1926, por iniciativa da Ligas das Nações, do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Internacional Privado, o chamado UNIDROIT. Trata-se de uma organização intergovernamental independente, com sede em Roma. A partir da criação do Instituto de Roma, diversas foram as tentativas para se desenvolver uma lei uniforme de compra e venda internacional que obtivesse aceitação no cenário mercantil internacional. A necessidade de previsibilidade e certeza nas relações de troca na crescente comunidade global provocou um consenso relativo à busca de uma norma substantiva supranacional. O primeiro texto foi elaborado por um Comitê, nomeado em 1929 pelo Instituto. Continha tanto disposições relativas à formação do contrato de compra e venda internacional quanto regras atinentes à execução do mesmo. Houve uma segunda tentativa onde dois projetos distintos foram preparados, um regulamentando a formação do contrato internacional ("Loi Uniforme sur la Formation des Contrats Internationaux par Correspondance") e outro dispendo acerca de normas uniformes sobre a compra e venda, baseado em trabalho do prof. Ernst Rabel, do Instituto Kaiser Wilhelm de Berlim”⁸.

Assim como o autor Eduardo Grebler, Esther Engelberg informa que foi convocada uma Conferência de âmbito Internacional para a discussão do texto do Projeto de Lei Uniforme para regular o direito substantivo de venda em 1951⁹. Segundo Patrícia

⁶ GREBLER, Eduardo. O contrato de venda internacional de mercadorias. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/pgrebler.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁷ GREBLER, Eduardo. op cit.

⁸ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁹ ENGELBERG, Esther. Contratos internacionais de Comércio. São Paulo: Atlas, 2003. p. 53.

Galindo, essa conferência contou com a participação de delegações de vinte países e cinco Estados, decidindo-se pela continuação dos esforços a fim de alcançar a unificação do direito internacional relativo à compra e venda. A Convenção foi pela adoção do modelo anterior, onde as normas pertinentes à formação do contrato internacional seriam objeto de um estudo distinto daquele relativo às normas concernentes às obrigações das partes do contrato. O primeiro projeto foi publicado em 1959, intitulado "Projeto Uniforme sobre a formação de Contratos de Compra e Venda Internacional de Bens Imóveis". Já o segundo foi publicado em 1960, tendo sido ambos remetidos a governos de diversos países para que estes enviassem comentários acerca dos respectivos textos. Nas reuniões ocorridas em Haia, 1964, com a participação de vinte e oito países, foram adotadas duas Convenções fundadas nos projetos propostos pelo UNIDROIT. A primeira foi chamada de Lei Uniforme sobre a Compra e Venda Internacional de Bens Móveis Corpóreos, conhecida internacionalmente como ULIS (Uniform Law on the International Sale of Goods). E a outra convenção relativa ao direito uniforme sobre a formação de contratos foi nomeada Lei Uniforme sobre a Formação de Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (ULF, isto é, Uniform Law on the Formation of Contracts for the International Sale of Goods). Ambas as Convenções entraram em vigor em agosto de 1972, respectivamente, nos dias 18 (dezoito) e 23 (vinte e três)¹⁰.

No Brasil essas Convenções são conhecidas pelas siglas LUVI e LUFC, a Lei Uniforme sobre Venda Internacional de Bens Móveis Corporais (LUVI) e a Lei Uniforme sobre a Formação de Contratos de Vendas Internacionais de Bens Móveis Corporais (LUFC)¹¹.

A LUVI e LUFC não obtiveram grande aprovação e foram objeto de muitas críticas. Segundo Eduardo Grebler, a crítica maior que lhes fizeram foi “de serem produto da tradição jurídica e econômica da Europa Ocidental, dada a predominância de representantes dessa região nos trabalhos de sua elaboração. Com a falta de adesão de um número significativo de países, a UNCITRAL adotou a missão de revisar e reconstruir os textos das Convenções de Haia de 1964¹²”. Patrícia Galindo identifica entre as razões do fracasso dessas

¹⁰ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

¹¹ ENGELBERG, Esther. Op cit. p.53.

¹² GREBLER, Eduardo. Op cit.

Convenções de Haia que “(...) a maioria absoluta destes países, vinte e dois, representava um mesmo sujeito no mercado internacional: vendedores de produtos manufaturados¹³”. E informa que “a ausência dos países em desenvolvimento na elaboração de um corpo normativo que pretendia uniformizar normas do mercado internacional refletiu o favorecimento dos países industrializados”¹⁴ e que “a tradição civilista foi o instrumento jurídico único utilizado nas Convenções de 1964, não tendo havido a necessária interação com o “commow-law system”. O ritmo frenético das sessões onde deveriam ser revistos os textos e traduzidos para o inglês e francês, as línguas oficiais, também é apontado como causa do fracasso”¹⁵. Esther Engelberg também apresenta críticas, pois tendo em vista que o Instituto que promoveu tal unificação foi criado na década de 20, os textos aprovados em 1964 já não se adequavam inteiramente à realidade¹⁶. Mesmo assim, entraram em vigor em sete países: Bélgica, Reino Unido, Israel, San Marino, Itália, Países Baixos e República Federal da Alemanha.

A UNCITRAL ficou responsável por revisar e reconstruir os textos das convenções de Haia de 1964. Patrícia Galindo da Fonseca descreve este período em suas fases:

“A primeira fase das suas sessões caracterizou-se pela troca de textos e comentários acerca das Leis Uniformes de Haia entre os países componentes das Nações Unidas para que, a partir de então, a UNCITRAL se posicionasse pela adoção ou não das Convenções de 1964. Diante das razões apresentadas por cada um destes países justificadoras do posicionamento adotado face às Convenções de Haia, foi criado um Grupo de Trabalho. Formado inicialmente por 14 (quatorze) países, com a participação posterior de um décimo quinto, este Grupo tinha como objetivo promover as alterações que se fizessem necessárias nas Leis Uniformes de 1964, de forma a torná-las efetivamente um corpo jurídico onde estivessem representados interesses de países cultural, econômica, jurídica e politicamente diversos. Brasil, Estados Unidos da América, França, Ghana, Hungria, Índia, Iran, Japão, Kênia, México, Noruega, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Tunísia e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas eram os componentes do Grupo de Trabalho em questão”¹⁷.

¹³ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

¹⁴ Idem.

¹⁵ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

¹⁶ ENGELBERG, Esther. Op cit. p.53.

¹⁷ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Ibidem.

Note-se que o Brasil fazia parte deste grupo, prosseguindo então com o processo segundo a mesma autora:

“a barreira dos diferentes sistemas jurídicos ("common-law" versus "civil-law") não era a única a ser vencida. A questão concernente ao regime político adotado (bloco socialista x bloco capitalista), a divergência de interesses do primeiro e terceiro mundo, a questão cultural, enfim, várias eram as barreiras a serem enfrentadas. O Projeto da Convenção sobre Compra e Venda Internacional foi, finalmente, ratificado na X Conferência da UNCITRAL em Viena, sendo na sessão seguinte, em 1978, no estado de Nova Iorque, ratificado o Projeto da Convenção sobre a Formação do Contrato de Compra e Venda Internacional. Na mesma sessão, porém, em 16 (dezesseis) de junho, a Comissão entendeu pela conjugação de ambos os projetos, constituindo, assim, um único projeto da convenção sobre contrato de Compra e Venda Internacional.

Seguiram-se estudos e comentários, tendo sido convocada uma conferência diplomática em Viena, em março de 1980, com representantes de sessenta e dois Estados membros da ONU e de oito organizações internacionais, a fim de ser aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. O Banco Mundial, o Banco para Acordos Internacionais, o Conselho da Europa, a Comunidade Econômica Européia, a "Conferência" de Haia em Direito Internacional Privado, a Câmara Internacional de Comércio e o Instituto Internacional para Unificação do Direito Internacional Privado foram as organizações que participaram da conferência. O texto da Convenção foi objeto de trabalho de dois distintos comitês, devidamente compostos por todos os países integrantes da conferência. As disposições substantivas principais da Convenção foram objeto de trabalho do "primeiro comitê", enquanto o "segundo" atuava no estabelecimento das disposições finais, referentes, entre outros, ao início da sua vigência e eventuais reservas pelos Estados ratificantes. Durante as sessões, foram propostas cerca de trezentas alterações ao texto do Projeto. Apenas algumas foram de fato introduzidas.

O Brasil participou ativamente dos trabalhos, tendo sido eleito a integrar o Comitê do Projeto, ao lado do Chile, China, Equador, Egito, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Líbia, República da Coreia, Tchecoslováquia, Singapura, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Zaire. Tal Comitê foi responsável pela versão final da Convenção em seis idiomas oficiais: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo. A sua versão em qualquer outra língua deve ser pois considerada mera tradução, despidida de autenticidade¹⁸”.

Patrícia Galindo lembra que a Convenção de Viena de 1980 foi aprovada, sem sequer um voto contra, contando, somente com algumas abstenções¹⁹. Os onze primeiros países a depositarem as respectivas Cartas de Ratificação com o Secretário-Geral da ONU, em dezembro de 1988, foram: Argentina, China, Egito, Estados Unidos da América, França, Hungria, Iugoslávia, Itália, Lesoto, República Árabe-Síria e Zâmbia.

¹⁸ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

¹⁹ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Ibidem.

Patrícia Galindo da Fonseca conclui que apesar do Brasil não ter ratificado a Convenção das Nações Unidas sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, conhecer este diploma jurídico é indispensável face à internacionalização crescente das relações econômicas. A autora acredita ser a ratificação da Lei Uniforme de 1980 um processo inevitável²⁰.

Verificamos que a Convenção de Viena de 1980 vem sendo utilizada progressiva e crescentemente no mercado internacional. Conta com cerca de sessenta e três países signatários. O objetivo maior a ser alcançado pela Convenção é atingir uniformidade na sua aplicação. Interpretações contraditórias das suas normas não serão analisadas por "tribunais supraestatais"²¹.

Atualmente são signatários Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Borundi, Canadá, Chile, China, Dinamarca, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Lesoto, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Rússia, Suíça, Uruguai e outros²².

1.2 Estrutura da Convenção

A Convenção²³ contém 101 artigos que estão divididos em 04 partes. A Primeira Parte (I), do artigo 01º ao 13, dispõe sobre o campo de aplicação da Convenção e as disposições gerais; a Segunda Parte (II), do artigo 14 ao 24, trata das normas sobre a formação do contrato de compra e venda Internacional de mercadorias. A Terceira Parte (III), do artigo 25 ao 88, contém os direitos e obrigações do vendedor e do comprador e por último, na

²⁰ Idem.

²¹ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

²² Organização das Nações Unidas. Disponível em: (<http://untreaty.un.org/ENGLISH/bible/englishinternetbible/bible.asp>). Acesso em: 28/10/2004. Estas informações somente podem ser acessadas com nome de Usuário e senha. E Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL). Informações disponíveis em: (<http://www.uncitral.org/english/status/status-e.htm>) Acesso em: 28/10/2004. Esta informação é a mais atualizada conforme informação encontrada no site da UNCITRAL: “*For more authoritative status information or other treaty law matters, such as territorial application, please contact the Secretariat unit which discharges the depositary functions of the Secretary-General in respect of multilateral treaties: Treaty Section, Office of Legal Affairs, United Nations Headquarters* (<http://untreaty.un.org>)”, .Ou seja, conforme o site da ONU.

²³ Utilizaremos neste trabalho a versão da Convenção de Viena de 1980 em português, traduzida pelo professor Eduardo Grebler. Disponível no site: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/portugues.html#cisg>). Acesso em: 30/04/2004

Quarta Parte (IV), compreendendo os artigos 89 ao 101, versa sobre as obrigações dos estados contratantes.

1.2.1- PARTE I – CAMPO DE APLICAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

Nessa parte há dois capítulos, o primeiro, do artigo 1º ao 6º e o segundo capítulo, do artigo 7º ao 13. O capítulo I dispõe sobre o Campo de aplicação da Convenção.

“Art. 1º:

A convenção aplica-se aos contratos de compra e venda de mercadorias entre partes que tenham seus estabelecimentos em Estados distintos:

a) quando tais Estados sejam Estados Contratantes; ou

b) quando as regras de direito internacional levarem à aplicação da lei de um estado contratante.

Não será considerado o fato de os contraentes terem seus estabelecimentos em Estados distintos, quando tal circunstância não se originar do contrato, nem das tratativas entre os contraentes, nem de informações por eles prestadas antes ou no momento de celebração do contrato.

Não serão levados em consideração, para a aplicação da presente Convenção, a nacionalidade dos contraentes, nem o caráter civil ou comercial dos contraentes ou do contrato”.

Este Artigo enumera duas formas para se aplicar a Convenção. A primeira ocorre se os dois Estados partes forem signatários e a segunda é quando as regras de Direito internacional levarem à aplicação da lei de um dos Estados que for signatário. Existem países que fazem a reserva do Artigo 1º letra B, exigindo que a lei só seja aplicável quando forem Estados contratantes. Como exemplo, a Alemanha declarou esta reserva. O artigo 1º ressalva também o que não será considerado, assim a nacionalidade dos contraentes, nem o caráter civil ou comercial, ou mesmo, o fato de um dos contraentes terem seus estabelecimentos em estados distintos. Isso não será considerado quando essa circunstância não se originar do contrato, ou por informações por eles prestadas antes ou no momento da celebração do contrato.

Eduardo Grebler argumenta com base no artigo 1º que, “os dispositivos iniciais da Convenção delimitam o seu campo de aplicação, tanto do ponto de vista espacial como material”. Do ponto de vista espacial, afirma o autor “a Convenção é aplicável quando, tendo as partes estabelecimento em Estados diferentes, forem ambos os Estados signatários da Convenção, ou, sendo subscritor apenas um deles, quando for sua a lei aplicável, de acordo

com as normas do direito internacional privado”. E faz referência à importância da “prevalência do estabelecimento sobre a nacionalidade das partes, não sendo esta considerada relevante para caracterizar a internacionalidade do contrato”. Grebler ressalta que não se deve considerar o fato de o contrato ter caráter comercial ou civil²⁴.

Quanto ao artigo 1º, são apresentados dois exemplos muito interessantes por Guilherme Bergmann Borges Vieira. Informa que “se for realizado um contrato para regulamentar uma operação de compra e venda internacional, envolvendo um exportador espanhol e um importador alemão, o contrato estará sujeito à Convenção de Viena, já que ambos os países (Espanha e Alemanha) aplicam a Convenção”²⁵.

Em caso de um contrato de compra e venda internacional de mercadorias entre uma empresa brasileira e uma argentina, Guilherme Bergmann Borges Vieira comenta que “a Convenção será aplicada se as normas de DIP, consideradas no foro escolhido pelas partes, determinarem que será aplicável a lei Argentina, já que o país aplica a Convenção de Viena”. Assim, se o foro escolhido for brasileiro, valerão as disposições do art. 9º de nossa LICC. O autor conclui que “será aplicada a convenção se o contrato tiver sido celebrado na Argentina, em caso de contrato entre partes presentes, ou se o proponente do contrato for a empresa Argentina, em caso de contrato entre ausentes” e acrescenta “ainda, sempre que as partes puderem escolher a lei aplicável (princípio da autonomia da vontade) e escolherem a lei de um país que tenha ratificado a Convenção de Viena, a mesma será aplicável ao contrato”²⁶.

O artigo 2º vai dispor sobre as exceções ao campo de aplicação.

“Art. 2º:

Esta Convenção não se aplica às vendas:

- a) de mercadorias adquiridas para uso pessoal, familiar ou doméstico, salvo se o vendedor, antes ou no momento de celebração do contrato, não soubesse nem devesse saber que as mercadorias eram adquiridas para tal uso;*
- b) em hasta pública;*
- c) em execução judicial;*
- d) de valores mobiliários, títulos de crédito e moeda;*

²⁴ GREBLER, Eduardo. op cit.

²⁵ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Regulamentação no Comércio Internacional: aspectos contratuais e implicações práticas. São Paulo: Aduaneiras, 2002. p. 37.

²⁶ GREBLER, Eduardo. op cit.

*e) de navios, embarcações, aerobarcos e aeronaves;
f) de eletricidade”.*

Este artigo enumera situações onde a Convenção não se aplica: a) a mercadoria para uso pessoal, ou seja, se a finalidade do produto for para uso doméstico; b) hasta pública, exemplo seria uma venda feita por leilão; c) venda judicial, um exemplo seria a penhora; d) títulos e valores imobiliários, não se considerando ações, cotas; e) embarcações, aeronaves, lanchas (fluviais, marítimos, aéreos); f) eletricidade, embora seja comum a compra de eletricidade entre países vizinhos, esse caso está excluído.

Quanto ao artigo 2º, Eduardo Grebler informa que “do ponto de vista material, a própria Convenção exclui sua aplicação às aquisições de mercadorias por consumidores, (caracterizando-as como para uso pessoal, familiar ou doméstico), assim como as mercadorias adquiridas em hasta pública e em processos de execução (sujeitas a regimes específicos), os valores mobiliários, títulos de crédito, moeda e eletricidade (que não são uniformemente considerados como mercadorias), e navios, barcos e aeronaves (que em muitos países são assimilados a bens imóveis) (art. 2)”²⁷.

O artigo 3º inclui no campo de aplicação duas situações atípicas que não poderiam ser feitas pela Convenção:

“Art.3º:

1. São considerados contratos de compra e venda os contratos de fornecimento de mercadorias a serem fabricadas ou produzidas, salvo se a parte que as encomendar tiver de fornecer parcela substancial dos materiais necessários à fabricação ou à produção.

2. Não se aplica esta Convenção aos contratos em que a parcela preponderante das obrigações do fornecedor das mercadorias consistir no fornecimento de mão-de-obra ou de outros serviços”.

No primeiro caso, a Convenção se aplica a um bem a ser produzido, desde que a parte que o está encomendando o produto não forneça a parte substancial do produto. No segundo caso, a Convenção se aplica à compra de equipamentos com uma parcela de prestação de serviço ou assistência técnica, porém a parte de prestação de serviços ou assistência não pode ser a parte predominante do contrato.

²⁷ GREBLER, Eduardo. op cit.

Eduardo Grebler relaciona a esse artigo “contratos que envolvam a fabricação ou a produção de mercadorias ainda não existentes são, para os efeitos da Convenção, tidos como compra e venda, salvo se parte substancial dos materiais houver de ser fornecida pelo encomendante, ou, ainda, se o fornecimento de mão-de-obra ou serviços pelo fornecedor for preponderante”²⁸.

O Artigo 4º estabelece que a Convenção regula somente a formação do contrato de compra e venda, assim como os direitos e obrigações do vendedor e do comprador, mas a Convenção não diz respeito à validade do contrato ou dos efeitos que o contrato possa ter sobre as mercadorias vendidas.

Também não se aplicará a responsabilidade do vendedor pela morte ou lesões causadas pelas mercadorias a qualquer pessoa, conteúdo do artigo 5º. Eduardo Grebler argumenta sobre estes dois últimos artigos comentando que: “a Convenção somente se ocupa da formação do contrato de compra e venda, e dos direitos e obrigações das partes, estando expressamente excluída qualquer questão relativa à validade do contrato ou de qualquer de suas cláusulas, à validade de usos e aos efeitos do contrato sobre a propriedade das mercadorias vendidas (art. 4). Tampouco versa sobre responsabilidade do vendedor por morte ou lesões causadas pela mercadoria a qualquer pessoa (art. 5)²⁹”.

Patrícia Galindo da Fonseca comenta que: “a Convenção de 1980 não disciplina todos os aspectos do contrato” e afirma que a mesma regula apenas a formação do contrato e as obrigações e direitos do comprador e do vendedor, como preceituado no art. 4º³⁰.

Fechando este Capítulo I, da Parte I, transcrevemos o artigo 6º, segundo o qual:

“Art.6º:

As partes podem excluir a aplicação desta Convenção, derrogar qualquer de suas disposições ou modificar-lhes os efeitos, sem prejuízo do disposto em seu artigo 12.”

²⁸ GREBLER, Eduardo. Op cit

²⁹ GREBLER, Eduardo. Op cit

³⁰ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

Patrícia Galindo da Fonseca reforça que “é assegurada aos sujeitos contratuais, ainda que tenham seus estabelecimentos situados em Estados signatários, a possibilidade de excluir a aplicação da Convenção ou estabelecer exceções a qualquer de suas disposições ou modificar os seus efeitos, nos termos do artigo 6º. Assegura-se, assim, a liberdade contratual das partes”³¹.

Eduardo Grebler descreve o artigo 6º como “consagrando a autonomia da vontade na compra e venda internacional, a própria Convenção permite que as partes excluam de seu contrato a incidência total ou parcial de suas disposições, ou alterem os seus efeitos (art. 6) ³²”.

Guilherme Bergmann Borges Vieira comenta o artigo 6º, ressaltando a autonomia da vontade e exemplifica:

“É importante lembrar que a convenção em seu artigo 6º contempla o princípio da autonomia da vontade, ou seja, se as partes quiserem derogar total ou parcialmente suas disposições ou modificar-lhes os efeitos, poderão fazê-lo.

A autonomia da vontade das partes para se sujeitarem à Convenção poderá ser exercida de duas formas: expressa ou tácita. Na primeira, as partes declaram expressamente, de forma escrita ou mesmo verbal, sua intenção de que o contrato esteja sujeito à Convenção. Na segunda forma, as partes celebram o contrato de modo que seja aplicável a lei de um país que tenha ratificado a Convenção, ficando, assim, tacitamente sujeitas às disposições da mesma. Nesse segundo caso, poderíamos citar o exemplo de um contrato firmado no Chile, envolvendo uma empresa brasileira e outra chilena. Seria aplicável a lei do Chile e, conseqüentemente, a Convenção, já que o Chile a ratificou. Se o contrato fosse assinado no Brasil, estaria sujeito à lei brasileira, já que nossa Lei de Introdução ao Código Civil em seu art. 9º estabelece que, para reger as obrigações, ‘aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem’. Mas toda essa situação depende também do foro escolhido, o qual, segundo a regra de DIP a ser considerada, determinará a lei aplicável ao contrato” ³³.

O capítulo II da Parte I versa sobre as disposições gerais, do artigo 7º ao 14º. O artigo 7º vai descrever os elementos que se devem ter em conta quando interpretada a Convenção, como o caráter internacional, a necessidade de promover a uniformidade de sua aplicação e assegurar a boa-fé no comércio internacional. Já Eduardo Grebler vai mais além desta definição, descreve o artigo 7º da seguinte forma: “Com a finalidade de oferecer

³¹ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Ibidem.

³² GREBLER, Eduardo. Op cit

³³ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 37- 38.

elementos de interpretação e integração de suas normas, a Convenção enuncia seu caráter internacional, e a finalidade de promover aplicação uniforme nos diferentes ordenamentos jurídicos, bem como a observância da boa-fé no comércio internacional”³⁴.

O artigo 8º prevê que as declarações e conduta de uma das partes devem ser interpretada segunda a sua intenção, sempre que a outra parte tenha tido conhecimento ou não pudesse ignorar tal intenção. Para a determinação desta intenção de uma das partes, devem-se levar em conta todas as circunstâncias. Passemos ao artigo 9º.

“Art. 9º:

1. Os contratantes vinculam-se pelos usos em que consentiram, e pelas práticas que tenham estabelecido entre si.

2. Salvo acordo em contrário, presume-se que os contraentes consideraram tacitamente aplicáveis ao contrato, ou à sua formação, todo e qualquer uso de que tinham ou deveriam ter conhecimento e que seja geralmente reconhecido e regularmente observado, no comércio internacional, por contraentes em contratos de mesmo tipo, no ramo comercial em causa”.

Eduardo Grebler faz o seguinte comentário ao artigo 9º: “A maneira de interpretar as declarações e a conduta das partes é a mais ampla, admitidos até mesmo elementos circunstanciais. Podem ser tidos como obrigatórios, para os fins do contrato, os usos e práticas estabelecidos entre as partes, e mesmo aqueles que estas deveriam conhecer por serem normais em contratos da mesma natureza³⁵”.

A definição do estabelecimento é apresentada no artigo 10, onde se um contraente possui mais de um estabelecimento, somente será considerado aquele que tiver uma relação mais estreita com o contrato e sua execução. Caso um contraente não tenha um estabelecimento, será considerada a sua residência habitual.

De acordo com o artigo 11, para a celebração do contrato não é necessário um instrumento escrito, pois este pode ser provado por qualquer meio, inclusive por testemunhas.

“Art. 12:

³⁴ GREBLER, Eduardo. Op cit

³⁵ GREBLER, Eduardo. Op cit

Não se aplicará qualquer disposição dos artigos 11 e 29, ou da Parte II desta Convenção, que permita a celebração, alteração ou rescisão do contrato de compra e venda, ou a oferta, aceitação ou qualquer manifestação de intenção, por outra forma que não a escrita, quando um dos contraentes tiver seu estabelecimento em Estado Contratante que tenha feito a declaração prevista no artigo 96 desta Convenção. O presente artigo não poderá ser derogado, nem modificados os seus efeitos pelos contraentes”.

A oralidade do contrato de compra e venda, no artigo 11, afirma Eduardo Grebler “é consagrada na Convenção, que não impõe qualquer requisito de forma para caracterizar o contrato, e admite seja ele provado por qualquer meio, inclusive por testemunhas”³⁶. Entretanto seis dos Estados signatários, contudo, declararam tal dispositivo inaplicável quando qualquer das partes for estabelecida em seus respectivos territórios (Argentina, Bielorrússia, Chile, Hungria, Rússia e Ucrânia), conforme autorizado no art. 12 da própria Convenção.

O artigo 13 descreve que o termo escrito utilizado na Convenção abrange o telegrama e o telex.

1.2.2- PARTE II– FORMAÇÃO DO CONTRATO

Na parte II temos os artigos 14 ao 24 que dispõem sobre a formação do contrato. A parte II, segundo Patrícia Galindo “determina o momento da perfeição do contrato, os requisitos da oferta válida e o momento a partir do qual são produzidos os efeitos da oferta. Disciplina o princípio geral da sua **revocabilidade** se anterior à aceitação e as hipóteses de **irrevocabilidade** da oferta. Dispõe acerca da aceitação, da sua forma, dos seus efeitos, da contraoferta, do “die a quo” do prazo para a aceitação e da aceitação tardia”³⁷.

O primeiro artigo desta Parte, que é o artigo 14, explica-se o que deve feito para se constituir uma oferta. Eduardo Grebler coloca este artigo como uma proposta de celebração de contrato que pretende constituir uma oferta se dirigindo a um destinatário determinado, sendo suficientemente precisa, como tal entendendo-se que a proposta deve conter a indicação da mercadoria, a respectiva quantidade e o preço, ou o modo de determiná-

³⁶ GREBLER, Eduardo. Op cit

³⁷ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

lo³⁸. Guilherme Bergmann Borges Vieira acrescenta, de acordo com o artigo 15, que “a oferta torna-se eficaz e é considerada irrevogável no momento em que chega ao destinatário”³⁹.

O artigo 16 indica quando a oferta pode ou não ser revogada:

“Art. 16:

1. A oferta pode ser revogada até que seja concluído o contrato, se a revogação chegar ao destinatário antes deste expedir a aceitação.

2. A oferta não pode, porém, ser revogada:

a) se fixar prazo para aceitação, ou por outro modo indicar que seja irrevogável;

b) se era razoável que o destinatário a considerasse irrevogável, e houver agido em consequência da oferta”.

Guilherme Bergmann Borges Vieira descreve que “segundo o art. 16, se constar na oferta um prazo para aceitação, a mesma não poderá ser revogada nesse período. Se não houver prazo especificado, a oferta poderá ser revogada até o momento da conclusão do contrato, desde que o destinatário ainda não tenha expedido a aceitação”⁴⁰. Patrícia Galindo da Fonseca acrescenta que: “a formação do contrato segundo o disposto na Lei Uniforme rege-se, fundamentalmente, pela teoria da recepção, isto é, as comunicações entre as partes produzem efeitos no momento em que são recebidas. Há, porém, algumas exceções relevantes a esta regra, hipóteses nas quais a teoria da expedição é adotada. Por exemplo, o envio de uma aceitação produz o efeito de tornar irrevogável a oferta (parágrafo primeiro do artigo 16)”⁴¹.

Eduardo Grebler ao comentar o artigo 16, diz que a Convenção admite a revogabilidade da oferta, mas essa a revogação deve chegar ao destinatário antes que este tenha enviado sua aceitação. Todavia, a oferta realizada com cláusula de irrevogabilidade não poderá ser revogada, nem aquela que contenha prazo certo para a manifestação do destinatário. Também não poderá ser revogada a oferta cujas características permitam ao destinatário concluir, dentro dos limites da razoabilidade, que seja ela irrevogável, acrescentando ainda que o artigo 17, complementando o artigo anterior, enumera que mesmo

³⁸ GREBLER, Eduardo. Op cit.

³⁹ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 39.

⁴⁰ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 39.

⁴¹ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

a oferta sendo irrevogável, esta será extinta no momento em que chegar ao proponente uma recusa por parte do destinatário⁴².

Artigo 18 descreve como deve ser feita a aceitação da oferta, nos seguintes termos:

“Art. 18:

1. Constitui aceitação a declaração ou outra conduta do destinatário manifestando seu consentimento à oferta. O silêncio ou a falta de ação, por si só, não vale aceitação.

2. A aceitação da oferta torna-se eficaz no momento em que chega ao proponente a manifestação de consentimento. Não produz efeito a aceitação se a manifestação não chegar ao proponente dentro do prazo por ele estipulado ou, na falta desta estipulação, dentro de prazo razoável, tendo em vista as circunstâncias da transação, em especial a velocidade dos meios de comunicação utilizados pelo proponente. A aceitação da oferta verbal deve ser imediata, salvo se outra coisa resultar das circunstâncias.

3. Se, todavia, em decorrência da oferta, de práticas estabelecidas pelos contraentes entre si ou dos usos, o destinatário da oferta puder manifestar seu consentimento através da prática de ato relativo, por exemplo, à remessa da mercadoria ou ao pagamento do preço, sem comunicação ao proponente, a aceitação produz efeito no momento em que tal ato seja praticado, desde que o seja nos prazos previstos no parágrafo anterior”.

Eduardo Grebler estabelece perante este artigo que “a declaração, ou outros atos do destinatário, significativos de seu assentimento, representarão a aceitação da oferta. O silêncio, todavia, não valerá consentimento. Contudo, a conduta do destinatário que implicar, por exemplo, em remeter a mercadoria, ou efetuar o pagamento do preço, significará aceitação da oferta”⁴³.

Guilherme Bergmann Borges Vieira argumenta sobre o artigo 19 que este “estabelece que a resposta que contiver quaisquer modificações substanciais na oferta representará uma recusa, constituindo uma contra-proposta. Para o autor são consideradas, modificações substanciais aquelas que alteram preço, forma de pagamento, qualidade e quantidade de mercadoria, transferência de riscos, responsabilidades das partes e solução de controvérsias”⁴⁴. Eduardo Grebler acrescenta a questão da contraproposta: “considera-se

⁴² GREBLER, Eduardo. Op cit

⁴³ GREBLER, Eduardo. Op cit

⁴⁴ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 39.

contra-proposta a aceitação que contenha elementos adicionais ou diferentes daqueles constantes da proposta original, sempre que alterem substancialmente os elementos desta” e que “consideram-se como alterações substanciais diferenças ou adições nas condições referentes a preço, forma de pagamento, qualidade e quantidade da mercadoria, local e momento de entrega, extensão da responsabilidade de uma das partes perante a outra, e solução de controvérsias”⁴⁵.

O artigo 20 indica o prazo de aceitação fixado pelo proponente. O prazo fixado em telegrama começa no momento em que é expedido, na carta tem início na data nela constante ou, na ausência desta na data, é válida a que constar no envelope. O prazo estipulado pela aceitação que o proponente estabelecer pelo telefone, telex ou outro meio de comunicação que seja instantâneo, começa no momento em que a proposta chegar ao destinatário. Feriados oficiais, dias não úteis serão considerados na contagem do prazo, mas caso o comunicado de aceitação não possa ser entregue no endereço do ofertante até o último dia estabelecido no prazo, por ser feriados oficial ou dia não útil no local, o prazo prorroga-se até o primeiro dia útil seguinte.

Já a aceitação tardia é abordada no artigo 21. Segundo Guilherme Bergmann Borges Vieira a aceitação tardia da oferta só terá validade se houver consentimento por parte do proponente. Entretanto, o autor lembra que: “se a resposta tiver sido expedida em condições de chegar a tempo ao proponente e, por algum motivo, fora do controle do destinatário, chegar tarde, será considerada válida, a menos que o proponente informe prontamente que considera caduca a oferta (art. 21)”⁴⁶.

De acordo com o artigo 22, a aceitação pode ser retirada, desde que a retratação chegue ao proponente antes ou no momento em que a aceitação se tornaria eficaz.

“Art.23:

O contrato considera-se celebrado no momento em que a aceitação da oferta se tornar eficaz, de acordo com as disposições desta Convenção”.

⁴⁵ GREBLER, Eduardo. Op cit

⁴⁶ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 39 – 40.

Neste artigo fica claro o momento em que o contrato considera-se celebrado. Patrícia Galindo da Fonseca esclarece sobre este artigo e o subsequente quando, comenta: “estabelece como princípio que o contrato torna-se perfeito no momento que a aceitação torna-se efetiva (artigo 23), usualmente quando o ofertado a recebe (artigo 24)”⁴⁷.

1.2.3 - PARTE III – COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS

Esta parte é dividida em cinco capítulos, que se referem às disposições gerais, às obrigações do vendedor e do comprador, transferência de risco e, por último, às disposições comuns às obrigações do vendedor e do comprador.

O primeiro Capítulo compreende do artigo 25 ao 29, sobre as disposições gerais. Eduardo Grebler comenta que o primeiro artigo deste capítulo, relativo à violação essencial do contrato, é descrito como a possibilidade de rescisão do contrato. Para ser essencial, a infração cometida por uma das partes deve causar ao outro contraente prejuízo que o prive substancialmente daquilo que poderia legitimamente esperar do contrato. O autor ressalva, no entanto, “a hipótese de que o resultado não tenha sido previsto pela parte faltosa e não pudesse ter sido previsto por pessoa razoável de mesma condição, em situação igual (art. 25)”⁴⁸.

A declaração de resolução contratual tornará eficaz quando for notificada por uma das partes a outra, como dispõe o artigo 26 desta Convenção. Eduardo Grebler acrescenta que “é requisito para a eficácia da declaração de rescisão contratual que seja ela notificada por uma parte à outra (art. 26)”. Porém o autor menciona, que de outro lado, “o atraso ou erro na transmissão da notificação, desde que feita por meios adequados às circunstâncias, ou mesmo o fato de não ter chegado a seu destino, não prejudica o direito da parte de valer-se dela (art. 27)”⁴⁹.

“Art. 28:

Se, de conformidade com as disposições da presente Convenção, um dos contraentes tiver o direito de exigir do outro o cumprimento de certa obrigação, o

⁴⁷ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁴⁸ GREBLER, Eduardo. Op cit.

⁴⁹ GREBLER, Eduardo. Op cit

tribunal não está obrigado a ordenar sua execução específica, salvo se estiver autorizado a fazê-lo por seu direito nacional aplicável a contratos de compra e venda semelhantes, não regidos pela presente Convenção”.

Sobre este artigo, que diz respeito à execução específica diante da exigência de cumprimento de uma obrigação, ensina Eduardo Grebler, utilizando o Brasil como exemplo:

“a solução dada pela Convenção para o problema da execução específica da compra e venda constitui um exemplo das dificuldades de harmonização de diferentes sistemas jurídicos, e o esforço de superá-las através de fórmulas de compromisso. É sabido que nem todos os ordenamentos jurídicos acolhem a tese da execução específica dos contratos de compra e venda, sejam eles internos ou internacionais”. E segue afirmando o exemplo do Brasil, “com efeito, países há, como o Brasil, em que a “traditio” constitui requisito essencial para a caracterização da compra e venda e, portanto, o contrato em si mesmo não tem eficácia real, mas meramente obrigacional. Assim, o instrumento de compra e venda desacompanhado da entrega da coisa configura-se como simples promessa. Em certos ordenamentos o descumprimento das promessas resolve-se em perdas e danos, enquanto em outros pode admitir a execução específica isto é, o comando judicial para que a coisa seja efetivamente entregue e recebida pelas partes no contrato.

Para conciliar as posições sobre o tema, a Convenção remeteu ao direito interno de cada país a solução do dilema. Assim, estabeleceu que, se o tribunal a quem couber a decisão da controvérsia estiver autorizado, pela lex fori, a determinar a execução específica relativamente aos contratos não abrangidos pela Convenção - isto é, os contratos de compra e venda internos-, poderá fazê-lo também nos contratos por ela abrangidos. A contrario sensu, portanto, não deverá ordená-la se tal instituto for desautorizado pelo direito interno (art. 28)”⁵⁰.

Na forma do artigo 29, o contrato pode ser modificado com um acordo entre as partes, mas se estiver descrito no contrato que essa disposição só possa ser feita de forma escrita, não poderá ser modificado ou resilido por outra forma se não esta.

O Capítulo II desta Parte é composto por três seções que tratam das obrigações do vendedor, a primeira dispendo sobre a entrega das mercadorias e remessa dos documentos, artigos 31 a 34, a segunda seção sobre a conformidade das mercadorias e direitos ou pretensões de terceiros, artigos 35 a 44, e a última sobre os direitos e ações do comprador em caso de violação do contrato pelo vendedor, artigos 45 a 52.

⁵⁰ GREBLER, Eduardo. Op cit

O artigo 30 inicia este Capítulo estabelecendo que o vendedor se obriga a entregar as mercadorias, a transmissão de sua propriedade e a entrega dos documentos respectivos, de acordo com as condições nele previstas.

A primeira Seção começa com o artigo 31, o qual determina que se o vendedor não estiver obrigado a fazer a entrega das mercadorias em local determinado, deverá remeter as mercadorias ao primeiro transportador para o traslado do comprador, podendo também colocar as mercadorias à disposição do comprador no lugar em que se encontrarem. O local onde as mercadorias estarão à disposição do comprador deve ser o estabelecimento do vendedor no momento da conclusão do contrato.

O artigo 32 estipula que o vendedor deve dar ao comprador um aviso de expedição com as especificações das mercadorias. Entretanto, se o vendedor estiver obrigado a providenciar o transporte das mercadorias, deve celebrar os devidos contratos para que as mercadorias cheguem ao local determinado por meios de transporte adequados. Caso o vendedor não esteja obrigado a contratar o seguro de transporte, este deve dar informações suficientes para o comprador contratar tal seguro.

De acordo com o artigo 33, o vendedor deve entregar as mercadorias conforme o contrato, ou seja, na data fixada. Caso o prazo possa ser determinado em qualquer momento do contrato, deverá o comprador escolher as datas. Em qualquer outro caso deve-se fixar um prazo razoável a partir da celebração do contrato.

Guilherme Bergmann Borges Vieira comenta esses três últimos artigos:

“O cumprimento da obrigação de entregar as mercadorias, segundo o art. 31 da Convenção, ocorre no momento em que estas forem entregues ao primeiro transportador, colocadas à disposição do comprador no local estabelecido ou entregues no estabelecimento do vendedor, conforme o caso. Quando for de sua responsabilidade, o vendedor deverá contratar o transporte das mercadorias pelos meios adequados e usuais (art. 32, inciso 2). Além disso, não sendo o seguro de transporte sua obrigação, o vendedor deverá prestar ao comprador as informações necessárias à correta contratação do mesmo (art. 33, inciso 3)”⁵¹.

Os documentos relativos às mercadorias devem ser entregues no lugar, na forma prevista no contrato. Em caso de remessa antecipada dos documentos, o vendedor

⁵¹ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. op cit. p. 40.

obriga-se a sanar qualquer desconformidade dos documentos até a data para remessa, mas somente se isto não ocasione inconvenientes ou despesas ao comprador, dispõe o artigo 34.

A Seção II deste Capítulo começa com o artigo 35 e finaliza no artigo 44. Este primeiro estabelece as obrigações do vendedor quanto à qualidade da mercadoria, segundo Eduardo Grebler: “deverá entregar mercadorias cuja quantidade, qualidade e tipo, bem como a respectiva embalagem, correspondam às condições contratualmente ajustadas pelas partes”⁵² e que para que sejam consideradas conformes ao contrato a Convenção exige que “salvo se houver sido acordado diferentemente pelas partes, as mercadorias sejam adequadas ao uso para o qual normalmente se destinam mercadorias do mesmo tipo, sejam adequadas para o uso especial que houver sido anunciado por ocasião da celebração do contrato, possuam as qualidades das amostras ou modelos apresentados pelo vendedor e estejam acondicionadas de maneira habitual ou apropriada”⁵³, porém o vendedor não será responsável por eventuais desconformidades caso o comprador tenha tido conhecimento delas, ou não pudesse ignorá-las, por ocasião da realização do contrato.

De acordo com o artigo 36, o vendedor é responsável por qualquer desconformidade que possa existir no momento da transferência de risco ao comprador, mesmo que essa só apareça posteriormente.

A entrega antecipada também é prevista nesta Convenção pelo artigo 37, segundo o qual o vendedor pode, até a data prevista da entrega das mercadorias, tanto entregar parte ou a quantidade faltante das mercadorias, como também poderá entregar outra mercadoria em substituição às que estejam em desconformidade com o contrato, isto desde que não ocasione inconvenientes ou despesas ao comprador.

Segundo o artigo 38, o comprador deverá examinar as mercadorias ou fazê-las examinar em um prazo breve, observando que se o contrato considerar o transporte das mercadorias, este exame pode ser adiado até a chegada das mercadorias ao destino ou caso o comprador altere o destino das mercadorias, o exame poderá ser adiado também, desde que o vendedor tenha conhecimento desta possibilidade durante a celebração do contrato.

⁵² GREBLER, Eduardo. Op cit.

⁵³ GREBLER, Eduardo. Op cit.

Existe um prazo para o comprador alegar a desconformidade. O artigo 39 aborda este ponto, pelo qual o comprador perderá o direito de alegar tal desconformidade se não fizer a denúncia ao vendedor no prazo razoável no momento em que se fizer a constatação. Em todo o caso, o comprador perderá ainda assim o direito de tal alegação, se não denunciar no prazo máximo de dois anos a partir da data em que as mercadorias ficaram em seu poder, salvo se este prazo for incompatível com a duração da garantia contratual.

O vendedor não poderá invocar estes dois artigos, 38 e 39, de acordo com o artigo 40, se tal desconformidade se referir a fatos que o vendedor já soubesse ou que não pudesse ignorar ou mesmo que não tivesse revelado ao comprador.

Eduardo Grebler descreve os próximos dois artigos. O artigo 41 estabelece que: “cabe ao vendedor entregar as mercadorias isentas de qualquer direito ou reivindicação de terceiros, salvo se o comprador aceitá-las nessas condições”. E o artigo 42 menciona que “igual obrigação existe no tocante a reclamações baseadas em violação a direito de propriedade industrial ou intelectual, a menos que o comprador delas soubesse quando da celebração do contrato, ou tenha fornecido desenhos, esquemas técnicos ou especificações ao vendedor”⁵⁴.

O artigo 43 apenas estabelece que caso o comprador não denuncie ao vendedor o direito ou a reivindicação do terceiro, perderá o direito de invocar os artigos 41 e 42. Seguindo o artigo 44, o comprador poderá reduzir o preço, conforme o artigo 50, ou exigir uma indenização por perdas e danos, sem prejuízo ao artigo 39, parágrafo 1º e ao artigo 43, parágrafo 1º.

A Seção III, dos artigos 45 ao 52, contempla os direitos e ações do comprador em caso de violação do contrato pelo vendedor. No artigo 45, caso o vendedor deixe de cumprir qualquer de suas obrigações, nos termos do contrato ou da presente Convenção, o comprador poderá exercer os direitos previstos nos artigos 46 a 52 e poderá exigir a indenização de perdas e danos prevista nos artigos 74 a 77. Sendo assim, o juiz ou árbitro não poderá conceder ao vendedor qualquer prorrogação de prazo, quando o comprador exercer sua ação de descumprimento do contrato.

⁵⁴ GREBLER, Eduardo. Op cit.

Pelo artigo 46, o comprador pode exigir que o vendedor cumpra suas obrigações, a não ser que tenha exercido qualquer direito ou ação incompatível com esta exigência. Caso as mercadorias não estejam de acordo com o contrato, o comprador pode exigir do vendedor a entrega de outras mercadorias em substituição, somente se tal desconformidade constitua violação essencial do contrato, e o pedido de substituição deve ser feito no momento da comunicação da desconformidade, descrita no artigo 39, ou em prazo razoável. Caso as mercadorias não estejam de acordo com o contrato o comprador pode exigir do vendedor que as repare para sanar qualquer desconformidade. A não ser que isto não seja razoável, esta solicitação também deve ser feita no momento da comunicação da desconformidade descrita no artigo 39, ou em prazo razoável.

De acordo com o artigo 47, o comprador pode conceder um prazo suplementar ao vendedor para que cumpra com suas obrigações, salvo se receber uma comunicação do vendedor de que não cumprirá essas obrigações no prazo fixado pelo comprador. Durante este prazo estabelecido, o comprador não poderá exercer qualquer ação de descumprimento do contrato, mas não perde o direito de exigir indenização por perdas e danos. No artigo 48, sem prejuízo do artigo anterior, o vendedor poderá, mesmo após a data da entrega, sanar qualquer descumprimento de suas obrigações por conta própria, desde que não implique em demora excessiva e que não cause inconvenientes ao comprador. Caso o vendedor faça um comunicado e o comprador não responder em um prazo razoável, o vendedor poderá desenvolver suas obrigações no prazo que fez em seu pedido. Durante este período o comprador não poderá exercer qualquer ação ou direito. Esse pedido feito pelo vendedor não terá efeito se o comprador não recebê-lo.

Conforme o artigo 49, o comprador poderá declarar o contrato resolvido, quando: o descumprimento de qualquer das obrigações do vendedor constituir a violação essencial do contrato (de acordo com o contrato ou a Convenção) e no caso de falta de entrega de mercadorias, o vendedor mesmo dentro do prazo suplementar (de acordo com o artigo 47 parágrafo 1º), não entregar as mercadorias ou declarar que não irá efetuar a entrega dentro de prazo assim concedido. Sobre o Artigo 50, exemplifica, caso as mercadorias não estejam de acordo com o contrato, o comprador tendo pago ou não, poderá reduzir o preço proporcionalmente à diferença existente. Mas o comprador não poderá reduzir o preço caso o vendedor venha a sanar qualquer descumprimento de suas obrigações, de acordo com o artigo 37 ou com o artigo 48.

Eduardo Grebler comenta os artigos 49 e o 50. Afirma que “o comprador pode, ainda, declarar o contrato resolvido nos casos de violação essencial do contrato pelo vendedor, não entrega da mercadoria no prazo nem na prorrogação que for concedida pelo comprador (art. 49, inciso 1). O direito de rescisão pelo comprador deve, contudo, ser exercido em prazo razoável, sob pena de preclusão (art. 49, inciso 2)”. Uma alternativa para o caso de desconformidade das mercadorias é o artigo 50 que estabelece, de acordo com o autor, que será: “a redução do preço, proporcionalmente à diferença de valor entre as mercadorias efetivamente entregues e aquelas previstas no contrato, ressalvado o direito do vendedor de sanar seu eventual descumprimento”⁵⁵.

Conforme o artigo 51, caso o vendedor entregue só uma parte das mercadorias ou se a parte entregue não estiver de acordo com o contrato, aplicar-se-ão os artigos 46 a 50. O comprador pode declarar resolvido o contrato caso a entrega parcial ou a desconformidade constituir violação essencial do contrato. No caso de entrega antecipada aplica-se o artigo 52, se o vendedor entregar as mercadorias antes da data prevista o comprador poderá receber ou não as mercadorias, e se o vendedor entregar parte excedente de mercadorias o comprador pode aceitar ou não, mas caso aceite, deve pagar de acordo com o preço estabelecido no contrato.

Ainda nesta Parte, o Capítulo III descreve as obrigações do comprador e é dividido em três seções. A primeira dispõe sobre o pagamento do preço, dos artigos 54 ao 59. A segunda Seção refere-se ao recebimento descrito em apenas um artigo, o art. 60. A última Seção cuida dos direitos e ações do vendedor em caso de violação do contrato pelo comprador (artigo 61 ao 65).

O artigo introdutório deste Capítulo é o 53, pelo qual o comprador deve pagar o preço e receber as mercadorias nas condições estipuladas no contrato e na Convenção.

A primeira Seção sobre o pagamento do preço, começa no artigo 54, que estabelece a obrigação do comprador em receber as mercadorias e pagar o preço. Pelo artigo 55, caso o preço não esteja estabelecido no contrato ou modo de determiná-lo, entende-se que as partes tenham implicitamente referindo-se ao o preço geralmente cobrado por tais mercadorias no momento da celebração do contrato.

⁵⁵ GREBLER, Eduardo. Op cit.

Se o preço for estabelecido pelo peso, deve-se considerar o peso líquido de acordo com o artigo 56. Para o artigo 57, se o comprador não tiver de efetuar o pagamento em local determinado, deve-se pagar no estabelecimento do vendedor ou no lugar em que se efetue a entrega. O vendedor deve arcar com o aumento nas despesas quando o pagamento resultar na mudança de seu estabelecimento depois de celebrado o contrato. O momento é determinado pelo artigo 58, ou seja, trata-se do momento determinado para o pagamento do preço. Caso não esteja estabelecido, será quando o vendedor colocar à disposição do comprador as mercadorias ou os documentos que as representem. O vendedor poderá considerar o pagamento como condição de entrega das mercadorias ou dos documentos. Se o contrato implicar no transporte das mercadorias, o vendedor pode colocar como condição de que as mercadorias só serão entregues mediante pagamento. E, segundo o artigo 59, o comprador deverá pagar o preço na data prevista.

A segunda seção é sobre o recebimento, descrito apenas pelo artigo 60:

“Art. 60:

A obrigação do comprador de proceder ao recebimento consiste:

- a) em praticar todos os atos razoavelmente esperados para que o vendedor possa efetuar a entrega; e*
- b) em tomar posse das mercadorias”.*

A terceira Seção deste Capítulo versa sobre os direitos e ações do vendedor em caso de violação do contrato pelo comprador. No primeiro artigo desta seção, o artigo 61, estipula-se que, em caso de descumprimento das obrigações por parte do comprador, o vendedor poderá exercer os direitos previstos nos artigos 62 a 65 e exigir as indenizações por perdas e danos previstas nos artigos 74 a 77. Se o vendedor exercer ação por descumprimento do contrato, o juiz ou árbitro não poderá conceder prazo ao comprador.

De acordo com o artigo 62, o vendedor pode exigir do comprador o pagamento do preço, o recebimento e a execução de outras ações que lhe incumbirem, a não ser que o vendedor tenha exercido algum direito ou ação incompatível com tal exigência. E na forma do artigo 63, o vendedor poderá conceder prazo suplementar para o comprador, para que cumpra com suas obrigações. Se o vendedor receber comunicado do comprador de que não cumprirá no prazo concedido, o vendedor não pode recorrer a qualquer ação de

descumprimento até que este prazo suplementar acabe. Porém, o vendedor não perde o direito de exigir perdas e danos.

“Art. 64:

1. O vendedor pode declarar resolvido o contrato:

a) se o descumprimento do comprador a qualquer das obrigações que lhe incumbem segundo o contrato ou a presente Convenção constituir violação essencial ao contrato; ou

b) se o comprador não cumprir sua obrigação de pagar o preço ou não receber as mercadorias no prazo suplementar concedido pelo vendedor de acordo com o parágrafo 1 do Artigo 63, ou declarar que não o fará no prazo assim concedido.

2. Todavia, nos casos em que comprador houver pago o preço, o vendedor perde o direito de declarar resolvido o contrato, se não o fizer:

a) antes que o vendedor tenha tomado conhecimento de que ocorreu o cumprimento, caso se trate de cumprimento tardio pelo comprador;

b) caso se trate de descumprimento de outra natureza que não o cumprimento tardio pelo comprador, dentro de prazo razoável:

i) após o momento em que teve, ou deveria ter tido, conhecimento do descumprimento; ou

ii) após o vencimento do prazo suplementar concedido pelo vendedor de acordo com o parágrafo 1 do artigo 63, ou após o comprador ter declarado que não cumpriria suas obrigações dentro desse prazo”.

Eduardo Grebler comenta este artigo 64 lembrando que: “(...) é direito do vendedor, também, declarar resolvido o contrato, nos casos em que a violação do comprador tenha sido essencial, ou se este não pagou o preço contratado, ou, ainda, não receber a mercadoria nem no prazo do contrato nem na prorrogação deste”⁵⁶.

Cabe ao comprador, especificar as dimensões, formas e outras características das mercadorias, caso contrário o vendedor deve fazê-lo. Sendo assim o vendedor deve levar o fato ao conhecimento do comprador e estipular um prazo razoável para que o comprador faça alguma especificação diferente. Caso o vendedor não obtenha resposta deve-se considerar válida a especificação por ele elaborada.

O Capítulo quatro desta terceira Parte da Convenção refere-se à transferência de risco, artigos 66 ao 70. Este Capítulo é descrito por Guilherme Bergmann Borges Vieira como: “uma questão de suma importância na elaboração de um contrato

⁵⁶ GREBLER, Eduardo. Op cit.

internacional de compra e venda de mercadorias é o momento da transferência de riscos, ou seja, o momento em que as mercadorias deixam de ser do vendedor e passam a ser propriedade do comprador. (...)” Entretanto, lembra a autor: “as parte têm liberdade para regular o momento da transferência de risco conforme sua conveniência”. E exemplifica comentando que poderão excluir a aplicação do Capítulo IV da Convenção, se preferirem utilizar os *Incoterms* para regular a transferência de riscos⁵⁷.

O artigo 66 dispõe que caso ocorra perda ou deterioração das mercadorias depois de feita a transferência de risco, o comprador deve pagar o preço, salvo se for devido a algum ato ou omissão por parte do vendedor.

Um exemplo disto, segundo Guilherme Bergmann Borges Vieira, seria se o momento de transferência de risco for a entrega das mercadorias ao primeiro transportador e forem elas danificadas durante o transporte, os danos serão assumidos inteiramente pelo comprador, já que a transferência de risco (propriedade) sobre a mercadoria já havia ocorrido. Para o autor, haveria exceção à regra, por exemplo: “se o dano ocorrido durante o transporte (quando o risco já havia sido transferido e, portanto, as mercadorias já pertenciam ao comprador) fosse devido a uma embalagem inadequada fornecida pelo vendedor, antes do transporte e da transferência de riscos”⁵⁸.

O artigo 67 coloca que se o contrato implicar no transporte das mercadorias e o vendedor não estiver obrigado a isso, o risco transfere-se ao comprador no momento em que o vendedor fizer a entrega das mercadorias ao transportador para que sejam enviadas ao comprador. Caso o vendedor esteja obrigado a fazer a entrega das mercadorias ao transportador em local previsto, o risco só se transfere ao comprador quando forem entregues ao transportador e no local previsto. Já no caso de mercadorias vendidas em trânsito, o artigo 68, indica que o risco somente é transferido no momento em que o contrato for concluído, mas se no momento da celebração do contrato as mercadorias tiverem sofrido avarias e o vendedor tiver conhecimento, é seu o risco.

Nos casos que não forem compreendidos os dois últimos artigos, o risco transfere-se ao comprador quando fizer a retirada das mercadorias. Caso isso não seja feito em

⁵⁷ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 41 - 42.

⁵⁸ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 42.

tempo devido, pode-se considerar violação essencial do contrato o momento em que as mercadorias estiverem a sua disposição. Se o comprador não tiver que retirar as mercadorias no estabelecimento do vendedor, o risco transfere-se quando a entrega se efetuar e o comprador souber que as mercadorias estão à sua disposição (art. 69).

O artigo 70, o último artigo deste Capítulo, é descrito por Eduardo Grebler da seguinte forma: “que a transferência para o comprador do risco sobre as mercadorias, nas hipóteses contempladas nos arts. 67, 68 e 69, não retira deste os direitos e ações de que dispõe em consequência de violação contratual pelo vendedor”⁵⁹.

O quinto Capítulo abrange as disposições comuns às obrigações do vendedor e do comprador apresentadas em seis Seções. A primeira Seção é sobre a violação antecipada e contratos com prestações sucessivas, a segunda, perdas e danos, a terceira, juros, a quarta, exoneração de responsabilidade, a quinta, os efeitos da resolução e a última, a conservação das mercadorias.

A primeira Seção, dos artigos 71 ao 73, dispõe, segundo o artigo 71, que qualquer das partes contraentes pode postergar o cumprimento de suas obrigações, caso se torne evidente que uma das partes não cumprirá com suas obrigações devido à falta de capacidade de cumpri-las ou pela maneira que as faz. Caso estas situações se evidenciem no momento em que as mercadorias já foram enviadas, o vendedor pode, assim mesmo, impedir que o comprador tome posse. O contraente que postergar o cumprimento de suas obrigações deverá comunicar à outra parte imediatamente, solicitando garantias para o prosseguimento do contrato de compra e venda.

Assim como no artigo anterior, se antes da data de cumprimento do contrato, evidenciar-se que uma das partes incorrerá em violação essencial do contrato, permitir-se-á à outra parte que declare resolução do mesmo. Se tiver tempo suficiente para comunicar à outra parte, a parte que deseja declarar resolução do contrato deverá comunicá-lo com antecedência razoável, para que essa possa oferecer garantias para o cumprimento de suas obrigações, salvo se declarar que não cumprirá.

⁵⁹ GREBLER, Eduardo. Op cit.

De acordo com Guilherme Bergmann Borges Vieira: “em se tratando de contrato envolvendo entregas sucessivas de mercadorias, a violação relativa a uma entrega permite à outra parte a rescisão das obrigações concernentes a essa mesma entrega. Entretanto, se o não cumprimento em uma entrega permitir que se conclua que haverá também descumprimento nas entregas seguintes, o contrato poderá ser rescindido (art. 73)”⁶⁰.

A segunda Seção sobre perdas e danos, vai do artigo 74 ao 77. De acordo com o artigo 74, caso ocorra violação contratual por uma das partes, a indenização por perdas e danos deverá compreender nos prejuízos sofridos e nos ganhos que deixou de auferir. Segundo o artigo 75, caso o contrato seja resolvido, será permitida a compra de mercadorias substitutivas, assim como a venda substitutiva a outro comprador. Nestes casos a parte lesada poderá exigir a indenização citada no artigo anterior, e obter a diferença entre o preço previsto no contrato e o estabelecido na venda ou compra substitutiva.

“Art. 76:

1. Se o contrato for resolvido e as mercadorias tiverem preço corrente, o contraente que exigir a indenização das perdas e danos pode, se não houver procedido à compra substitutiva ou à venda substitutiva previstas no Artigo 75, obter a diferença entre o preço fixado no contrato e o preço corrente no momento da resolução, bem como quaisquer outras perdas e danos exigíveis em razão do artigo 74. Não obstante, se o contraente que exigir a indenização houver resolvido o contrato após ter tomado posse das mercadorias, aplica-se o preço corrente no momento de tomada de posse, em lugar do preço corrente no momento da resolução.

2. Para os fins do parágrafo anterior, o preço corrente é aquele do lugar onde a entrega das mercadorias deveria ter-se efetuado ou, na falta de preço corrente nesse lugar, o preço praticado em outra praça que possa razoavelmente substituí-lo, levando-se em consideração as diferenças nos custos de transporte das mercadorias”.

Sendo assim, a indenização após a posse das mercadorias deve ser de acordo com o preço corrente no momento da sua posse, ao invés do preço do momento da resolução. Segundo o artigo 77, a parte que declarar resolução do contrato deverá tomar medidas razoáveis para a diminuição dos prejuízos resultantes do descumprimento, caso isto não seja feito, a outra parte pode solicitar redução de indenização, de acordo com a perda que poderia ter sido evitada.

⁶⁰ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 44.

A terceira Seção, sobre os juros, abrange somente o artigo 78, este descrevendo que caso as partes deixem de pagar o preço ou outro valor, a outra parte tem o direito de receber juros correspondentes, sem que se interfira no artigo 74.

A exoneração de responsabilidade descrita na Seção quatro versa sobre os artigos 79 e 80. Eduardo Grebler prega a respeito do artigo 79 que: “a Convenção contempla a exoneração de responsabilidade de qualquer das partes pelo descumprimento contratual, quando tal for decorrente de impedimento fora de seu controle, que não possa ter sido razoavelmente previsto no momento da conclusão do contrato, nem ter sido evitado ou superado”⁶¹. O autor lembra, ainda que se trata “do instituto da força maior, encontrado tanto na lei brasileira como na dos demais países civilizados, embora um pouco abrandado”. E lembra que este “não obstante a menção à exoneração de responsabilidade que se encontra no parágrafo 1º deste dispositivo, o parágrafo 5º, do mesmo artigo ocasiona certa perplexidade ao autorizar ao credor da obrigação o exercício de qualquer outro direito, exceto imputar perdas e danos ao devedor”⁶².

O artigo 80 estabelece que uma das partes não pode declarar o descumprimento da outra, caso tal fato tenha sido causado por omissão ou ação dele mesmo.

A quinta Seção dispõe dos efeitos de resolução, artigos 81 ao 84.

“Art. 81:

1. A resolução do contrato libera ambos os contraentes de suas obrigações, salvo a indenização das perdas e danos que possa ser devida. A resolução não prejudica as disposições contratuais a respeito da solução de controvérsias, nem qualquer outra estipulação do contrato que regule os direitos e obrigações dos contraentes em caso de resolução.

2. O contraente que tenha cumprido total ou parcialmente o contrato poderá reclamar do outro contraente a restituição daquilo que houver fornecido ou pago nos termos do contrato. Caso ambos os contraentes estejam obrigados a restituir, devem fazê-lo simultaneamente”.

Dessa forma, a parte que tenha cumprido parcial ou totalmente o contrato deve solicitar à outra a restituição do que tiver fornecido ou pago. Caso ambos tenham que fazer a restituição, esta deve ser feita simultaneamente.

⁶¹ GREBLER, Eduardo. Op cit..

⁶² GREBLER, Eduardo. Op cit..

Pelo artigo 82, o comprador perderá o direito de declarar resolvido o contrato ou solicitar a entrega de mercadorias substitutas, se for a ele impossível a restituição das mercadorias no estado idêntico ao recebido, salvo se a impossibilidade não for imputável a algum ato ou omissão do comprador, bem como se parte ou total das mercadorias estiverem em estado deteriorado ou perecido, ou se o comprador, antes de descobrir tal desconformidade tiver vendido, consumido ou transformado parte ou total das mercadorias segundo o uso normal. O artigo 83 é relacionado com o artigo 82, onde, se o comprador tiver perdido tais direitos, mantém não obstante todos os demais direitos que lhe correspondam.

De acordo com o artigo 84, caso o vendedor tenha de restituir o preço, também deve reconhecer os juros a partir da data em que o pagamento do preço foi realizado. O comprador deve relacionar todos os benefícios que tenha obtido das mercadorias ou de parte delas, quando tiver de restituí-las, e for impossível a restituição da mercadoria em estado idêntico na qual recebeu.

A última Seção deste Capítulo quinto da terceira Parte versa sobre a conservação das mercadorias, em quatro artigos, do 85 ao 88. Na forma do artigo 85, no caso de o comprador demorar a receber as mercadorias ou fazer o pagamento, nas hipóteses em que o pagamento é feito simultaneamente com a entrega, o vendedor deverá adotar medidas razoáveis para a conservação das mercadorias, e também terá o direito de retê-las até que o comprador reembolse o vendedor pelos gastos que teve que realizar para tal.

Pelo artigo 86, no caso de o comprador receber as mercadorias e exercer o direito de recusa, este deve tomar medidas razoáveis para a sua conservação das mesmas, assim como no artigo anterior, e o comprador também tem o direito de reter as mercadorias até que o vendedor o reembolse. Quando as mercadorias forem colocadas à disposição do comprador no local previsto de destino e o comprador exigir o direito de recusa, este deve tomar posse delas por conta do vendedor, mas isto somente quando for possível sem o pagamento do preço, nem inconvenientes ou demais gastos, salvo quando o vendedor ou a pessoa por ele autorizada a tomar posse das mercadorias estiver no local de entrega.

De acordo como artigo 87, o contraente que tiver que tomar tais medidas para a conservação das mercadorias poderá colocá-las em armazém de terceiros, por conta do outro contraente.

“Art. 88:

1. O contraente que estiver obrigado a providenciar a conservação das mercadorias, conforme as disposições dos artigos 85 e 86, pode vendê-las por qualquer meio apropriado, se o outro contraente houver tardado excessivamente em tomar posse delas, em aceitar sua devolução ou em pagar o preço dos gastos de sua conservação, desde que comunique ao outro contraente, com antecedência razoável, sua intenção de proceder à venda.

2. Se as mercadorias estiverem sujeitas a rápida deterioração, ou se sua conservação exigir gastos excessivos, o contraente que estiver obrigado a providenciar sua conservação, conforme as disposições dos artigos 85 e 86, deve adotar medidas razoáveis para vendê-las. Na medida do possível, deve comunicar ao outro contraente sua intenção de proceder à venda.

3. O contraente que vender as mercadorias tem direito de reter, do produto da venda, soma equivalente aos gastos razoáveis realizados com sua conservação e venda, devendo entregar o saldo ao outro contraente”.

Assim, o contraente que decidir vender as mercadorias, deve avisar ao outro contraente de sua decisão, devendo assim, reter o ganho equivalente aos gastos para a conservação das mercadorias e devolvendo o saldo à outra parte.

1.2.4 - PARTE IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

A parte IV compõem-se dos artigos 89 ao 101 e estabelece as disposições finais. No artigo 89, fica designado para depositário desta Convenção o Secretário - Geral da ONU. O artigo 90 coloca que a Convenção de Viena não prevalecerá sobre qualquer acordo internacional que contenha, em suas disposições, matérias relativas às que são regidas pela presente Convenção.

“Art. 91:

1. A presente Convenção estará aberta à assinatura na sessão de encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias e permanecerá aberta à assinatura de todos os Estados na Sede das Nações Unidas, em Nova York, até 30 de setembro de 1981.

2. A presente Convenção está sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação pelos Estados signatários.

3. A presente Convenção estará aberta à adesão de todos os Estados que não sejam Estados signatários, a partir da data em que ficar aberta à assinatura.

4. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação e adesão serão depositados em poder do Secretário Geral das Nações Unidas”.

De acordo com este último artigo, a Convenção permaneceu aberta à assinatura a todos os Estados na sede da ONU, em Nova York, até o dia 30 de setembro de 1981.

O artigo 92 versa sobre a declaração das partes II ou III da Convenção, ou seja, qualquer Estado Contratante deverá declarar que não adotará a Parte II ou III no momento de sua assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão. Sendo assim, qualquer Estado Contratante que tenha feito uma destas declarações, não se considera Estado Contratante do Artigo 1º, parágrafo 1º.

Segundo Guilherme Bergmann: “o artigo 93 reserva aos Estados que possuem mais de um território com regimes jurídicos distintos a possibilidade de não aplicar a Convenção em todas as suas unidades territoriais (...)”. A Dinamarca fez uso desta reserva com relação às “Faroe Islands e Groenlândia”. Ainda este autor comenta o artigo 94, informando que o mesmo: “(...) estabelece que, se dois ou mais Estados contratantes tiverem normas jurídicas idênticas ou semelhantes em relação às matérias tratadas na Convenção, poderão declarar que a mesma não seja aplicada nas relações entre partes estabelecidas nesse Estados(...)”⁶³.

Conforme o artigo 95, qualquer Estado contratante poderá declarar, no momento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, que não adotará a alínea b do parágrafo 1º, do 1º artigo da Convenção. Um exemplo desta declaração é Cingapura, que adotou esse procedimento.

A declaração do artigo 12 está prevista no artigo 96 da Convenção, onde o Estado Contratante cuja legislação exigir que o contrato seja celebrado de forma escrita, deverá fazer a declaração do artigo 12, sendo assim, a parte que tiver seu estabelecimento nesse Estado, não aplicará as disposições dos artigos 11 ao 29, ou da Parte II. Um país que adotou esta reserva é a Lituânia, por exemplo.

Pelo artigo 97, as declarações feitas no momento da assinatura estão sujeitas à ratificação, aceitação ou aprovação para que se confirmem. Estas serão feitas por escrito e devem ser formalmente notificadas ao depositário. As declarações terão efeito na data em que

⁶³ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 45.

a Convenção entrar em vigor, caso esta já esteja vigorando e a declaração seja entregue depois disto, a declaração apenas surtirá efeito no primeiro dia útil do mês seguinte após o prazo de seis meses, contados a partir da data em que a declaração for recebida. Este mesmo prazo serve também para o país que quiser retirar a declaração, que deve ser feita por igual processo de quando foi entregue.

No Artigo 98, explica-se que não será admitida qualquer outra reserva senão as que foram expressamente autorizadas pela Convenção. O artigo 99 estabelece que a Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao término do prazo de doze meses, na data em que o décimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão tiver sido depositado.

Na forma do artigo 100, a Convenção somente será aplicada quando a oferta se fizer a partir da data em que entre em vigor. O último artigo da Convenção, o artigo 101, permite que qualquer Estado contratante denuncie a Convenção, bem como apenas suas Partes II ou III.

Com isso, finalizamos a análise da estrutura da Convenção. Podemos perceber que está mais concentrada nas obrigações e direitos do vendedor e do comprador. Esta Convenção possui somente um original, porém os textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos. Possui, ainda, várias versões oficiais.

1.3 Importância da Convenção

Nesta parte, iremos tratar da importância da Convenção de Viena de 1980. Guilherme Bergmann Borges Vieira comenta em seu livro que a importância da Convenção evidencia-se pelo fato de ter sido adotada por mais de 40 nações, incluindo os países desenvolvidos mais importantes. Também se encontram países da América do Sul, dentre eles: Chile, Equador, Uruguai e Argentina. O Brasil não ratificou a Convenção, nem aderiu. Qual seria a importância da Convenção para os exportadores brasileiros? ⁶⁴ O autor citado coloca que antes de respondermos a essa questão, devemos analisar seu âmbito de aplicação, ponto que já foi analisado no capítulo anterior onde se coloca que:

⁶⁴ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 23.

“Art. 1º:

a) *quando tais Estados sejam Estados Contratantes; ou*

b) *quando as regras de direito internacional levarem à aplicação da lei de um estado contratante”.*

Vieira comenta que: “o Brasil não aderiu a Convenção de Viena e a autonomia da vontade das partes para escolher a lei aplicável em um contrato recebe um tratamento restritivo por nossa legislação”⁶⁵, porém a pergunta de Vieira só poderá ser respondida quando analisarmos a regra brasileira do Direito Internacional Privado, que veremos no Capítulo 03, deste trabalho.

De acordo com Patrícia Galindo da Fonseca, a Convenção de Viena de 1980 vem sendo utilizada progressiva e crescentemente no mercado internacional”. A autora ressalva que o objetivo maior a ser alcançado pela Convenção da ONU é atingir uniformidade na sua aplicação e afirma que interpretações contraditórias das suas normas não serão analisadas por “tribunais supraestatais”⁶⁶.

Nadia de Araujo afirma: “o direito relativo à compra e venda internacional tem sido identificado como uma das áreas mais propícias, no campo do direito privado, a uma uniformização de caráter universal”⁶⁷. Esta autora informa que desta forma “pretendeu-se uniformizar o direito relativo à compra e venda internacional, de modo a evitar a utilização do DIPr, criando-se um direito próprio adequado às necessidades específicas do comércio internacional”⁶⁸.

Para Judith Martins Costa, importa lembrar que: “entre as fontes de produção normativa dos contratos internacionais estão as *leis uniformes*, as *condições gerais dos contratos*, os *contratos-tipo* e os *incoterms*. Como é por todos sabido, as chamadas leis uniformes resultam de convenções internacionais e pretendem uniformizar as regras contratuais no comércio internacional”, tendo em conta a diversidade dos sistemas jurídicos

⁶⁵ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p.23.

⁶⁶ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁶⁷ ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e Convenções Internacionais. 3ª ed. Atual. Ver. e amp. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 137.

⁶⁸ ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e Convenções Internacionais. 3ª ed. Atual. Ver. e amp. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 137.

nacionais. As condições gerais dos contratos, ou condições gerais de venda, constituem: “a consolidação de modalidades usuais na contratação: são *"regulamentações detalhadas às quais as partes podem se referir em suas negociações"*”. A autora também ressalva as razões do sucesso da Convenção: “vários vetores se entrecruzam quando se quer acentuar as razões do seu sucesso, tal como as elaboradas discussões que precederam a aprovação de seu texto, a qualidade dos representantes dos países signatários, o próprio número de signatários, as soluções de conciliação entre regras originadas nos diferentes sistemas jurídicos dos Estados signatários”⁶⁹.

Eduardo Grebler comenta que as regras da Convenção de Viena de 1980 são, em boa parte, semelhantes a muitas das normas do direito interno brasileiro sobre a formação dos contratos e sobre os contratos civis de compra e venda⁷⁰. Este fato, aliás, foi criticado por Eugenia Christina de Jesus Zerbini com relação aos dispositivos da Convenção que tratam da formação do contrato, pois os artigos 14 a 24, “refletem a imagem civilista da formação do contrato, inaplicável às exigências e às práticas do comércio internacional moderno”⁷¹. Para Eduardo Grebler, a Convenção representa, no entanto, um instrumento de especial significado na evolução do direito do comércio internacional. O fato de que tenha merecido aceitação crescente por parte da doutrina internacional, e a gradativa adesão por parte de diversos países, dão à Convenção credenciais para que se converta em “lei internacional”, contribuindo decisivamente para a uniformização das regras do direito, num campo em que, face à extraordinária frequência dessa espécie contratual no comércio internacional, a uniformização é grandemente desejável⁷².

De acordo com Patrícia Galindo da Fonseca:

“a Lei Uniforme de 1980 admite dois procedimentos distintos a serem adotados pelos Estados que desejarem tornar-se, nos termos da citada lei, Estados Contratantes: assinatura seguida de ratificação, aceitação ou aprovação e adesão sem assinatura prévia. Para efeito de vigência da Convenção, não há qualquer diferença. As expressões ratificação, aceitação e aprovação, a rigor, apenas confirmam a assinatura. Referem-se a uma mesma situação fática. A sua

⁶⁹ COSTA, Judith Martins. Os princípios informadores do Contrato de Compra e Venda na Convenção de Viena de 1980. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/pcosta.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁷⁰ GREBLER, Eduardo. Op cit.

⁷¹ Apud GREBLER, Eduardo. Op cit.

⁷² GREBLER, Eduardo. Op cit.

*diversidade conceitual deve-se aos distintos procedimentos constitucionais de cada país, sendo igualmente distintas as autoridades competentes para procedê-la”*⁷³.

Complementado, Judith Martins da Costa afirma que “(...) por vezes ainda assalta aos estudiosos e concluir que a Convenção não é nem "boa" nem "má" -- foi o acordo *possível*, em face das objetivas condições vigentes à época de seu nascimento”⁷⁴.

Segundo Patrícia Galindo, “a Convenção de 1980 estabelece normas uniformes disciplinadoras de determinados contratos de compra e venda definidos fundamentalmente em função do lugar do estabelecimento das partes e da matéria objeto do contrato”. Para a autora, embora materialmente seja direito internacional, a Convenção, ao entrar em vigor em um determinado Estado, integra-se formalmente ao direito interno. E complementa: “a rigor, não se constitui em direito nacional, sendo de melhor alvitre considerá-la direito mercantil internacional já que regulamenta relações jurídicas entre pessoas jurídicas de direito privado. Tem, porém, o direito nacional como a norma subsidiária”. A Convenção exerce um papel suplementar na regulamentação do contrato de compra e venda internacional de mercadorias. A autora acentua que: “somente nas questões não disciplinadas pelas cláusulas contratuais, ou ainda que disciplinadas, não solucionadas, aplicar-se-á a Lei de Viena”⁷⁵. Acrescenta ainda, com relação a outros países, que:

*“a influência exercida pela Convenção das Nações Unidas nos direitos nacionais não deve passar despercebida. É fenômeno jurídico recente que tende a permealizar os sistemas jurídicos nacionais com vistas a sedimentar a participação do respectivo país no mercado globalizado, atraindo parceiros econômicos através de um menor número de incertezas nas relações internacionais de troca. Os países escandinavos utilizaram em larga escala a Convenção de Viena quando da codificação das suas Leis de Compra e Venda de 1980. O Projeto do Código Civil Argentino nos preceitos relativos à formação do contrato reflete a conveniência da compatibilização das normas de direito interno com as normas de direito internacional”*⁷⁶.

⁷³ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁷⁴ COSTA, Judith Martins. Op cit.

⁷⁵ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁷⁶ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

Um outro ponto importante é colocado por Eduardo Grebler:

“no que concerne ao Brasil, assinala-se a pequena repercussão que até o momento teve a Convenção de Viena de 1980, e a escassa atenção que lhe tem sido dedicada pela doutrina, quer entre os internacionalistas, quer entre os comercialistas brasileiros. Não se pode deixar de registrar, também, a lentidão com que se tem conduzido o Brasil na adesão aos tratados e convenções relacionados com o comércio internacional. No momento em que se anuncia uma nova perspectiva para a inserção do Brasil no contexto do comércio mundial, a adesão à Convenção pode trazer um importante significado de acatamento aos princípios de cooperação internacional”⁷⁷.

Judith Martins da Costa, afirma que a Convenção operou sobre base cultural diversa, ou seja, a presença de Estados com diversos sistemas jurídicos diferentes, freqüentemente pouco conhecidos aos Estados de diferente tradição, a presença de Estados com sistemas econômicos também diversos e não raro contrapostos, a diversidade dos patamares de desenvolvimento econômico, sistemas políticos distintos e com freqüência contrastantes, alguns Estados com problemas de integração regional, não sendo de olvidar-se, ainda, o fato da desconfiança de alguns países em relação às precedentes convenções que haviam imposto o domínio comercial das nações mais potentes⁷⁸.

A Convenção é adotada por parceiros do Mercosul, países do NAFTA, o que demonstra um grande interesse pelos blocos econômicos, enquanto o Brasil não se motiva. O objetivo principal é a uniformização das normas, o que demonstra ser um instrumento que visa à evolução do direito do comércio internacional. O número de países signatários é grande, apesar das diversidades conceituais, isso se deve aos distintos procedimentos constitucionais de cada país, pois a Convenção foi fruto de um esforço de unificação de diversos sistemas jurídicos e culturais. Segundo Eduardo Grebler, o Brasil não tem dado atenção à adesão aos Tratados e Convenções internacionais. A Convenção é um instrumento importante, porém os comerciantes brasileiros não tem tido muito interesse pelo tema.

⁷⁷ GREBLER, Eduardo. Op cit.

⁷⁸ COSTA, Judith Martins. Op cit.

CAPÍTULO 2 – PAÍSES SIGNATÁRIOS DA CONVENÇÃO

2.1 Partes signatárias

Neste breve Capítulo iremos tratar dos Estados Contratantes participantes da Convenção de Viena de 1980, de acordo com o site da ONU⁷⁹ e da UNCITRAL⁸⁰. Os primeiros países a assinarem a Convenção foram Áustria, Chile, Gana, Hungria, Cingapura e Iugoslávia, todos estes no dia 11 de abril de 1980. Já Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Suécia e Noruega, no dia 26 de Maio de 1981 e no dia 29 deste mesmo mês e ano a Holanda. Dia 18 de junho de 1981, Lesoto, seguido em 27 de Agosto de 1981, pela França e dia 31 de agosto deste mesmo ano pelos Estados Unidos da América. Dia 28 de setembro de 1981 assinaram a Convenção, Polônia e Venezuela e poucos dias depois, no dia 30, Itália e a China. Um total de 19 assinaturas nestes dois anos.

Os 11 primeiros Estados a ratificarem, aprovarem, aceitarem a Convenção foram⁸¹:

<u>País</u>	<u>Data do depósito da ratificação, aprovação (AA), aceitação(a):</u>
Argentina	19 Julho de 1983 (a)
China	11 de Dezembro de 1986 (AA)
Egito	06 de Dezembro de 1982 (a)
França	06 de Agosto de 1982 (AA)
Hungria	16 de Junho de 1983
Itália	11 de Dezembro de 1986
Lesoto	18 de Junho de 1981
República Árabe – Síria	19 de Outubro de 1982 (a)

⁷⁹ Organizações das Nações Unidas. Informações disponíveis no site:

<http://untreaty.un.org/ENGLISH/bible/englishinternetbible/bible.asp> 28/10/2004. Estas informações somente podem ser acessadas com nome de Usuário e senha.

⁸⁰ Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL). Informações disponíveis no site: <http://www.uncitral.org/english/status/status-e.htm> 28/10/2004.

⁸¹ Tabela abaixo retirada da Convenção de Viena de 1980 na versão da Organização das Nações Unidas. Informações disponíveis em: (<http://untreaty.un.org/ENGLISH/bible/englishinternetbible/bible.asp>) Acesso em: 28/10/2004. Estas informações somente podem ser acessadas com nome de Usuário e senha.

EUA	11 de dezembro de 1986
Iugoslávia	27 de Março de 1985
Zâmbia	06 de Junho de 1986 (a)

A Convenção entrou primeiramente em vigor em somente 11 países como observamos anteriormente, porém foram feitas 19 assinaturas. Este fato ocorre devido ao artigo 91 da Convenção, pois o acordo, além de receber a assinatura deve receber a ratificação, aceitação ou aprovação, confirmando a assinatura. Porém a Convenção também admite a adesão sem a assinatura prévia. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação e adesão devem ser depositados em poder do Secretário Geral das Nações Unidas, que ficou designado depositário de acordo com a presente Convenção.

O dia em que a Convenção entrou em vigor pode deixar margem a dúvidas, pois afirma que entraria em vigor após o décimo depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou seja, por que entrou em vigor em 11 países? A resposta é simples, pois os dois últimos países a depositarem seus respectivos instrumentos com o Secretário-Geral das Nações Unidas, o fizeram no mesmo dia, em 11 de dezembro de 1986, China e Estados Unidos da América. Com isso, a Convenção entraria em vigor no primeiro dia do mês seguinte após o prazo de 12 meses, é o que descreve o artigo 99.

Hoje a Convenção está em vigor em 63 países⁸². São eles: Argentina, Austrália, Áustria, Bielorrússia, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Borundi, Canadá, Chile, China, Colômbia, Croácia, Cuba, Dinamarca, República Tcheca, Equador, Egito, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Guiné, Honduras, Hungria, Islândia, Iraque, Israel, Itália, Kirguistão, Letônia, Lesoto, Lituânia, Luxemburgo, Mauritânia, México, Mongólia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polônia, República da Coreia, República de Moldova, Romênia, Federação da Rússia, São Vicente e Granadas, Sérvia e Montenegro, Cingapura, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, República Árabe- Síria, Uganda, Ucrânia, Estados Unidos da América, Uruguai, Uzbequistão, Zâmbia.

Gana e Venezuela assinaram a Convenção, mas até hoje não consta nenhum instrumento de depósito de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão por parte destes com o Secretário-Geral das Nações Unidas. De acordo com site da UFF, a República Socialista da

⁸² Informações com base nos sites da ONU e da UNCITRAL. Op cit.

Iugoslávia (então composta, entre outros, pelos atuais Estados de Croácia, Eslovênia e Bósnia-Herzegovina,) assinou e ratificou a Convenção em 11 de abril de 1980 e em 27 de março de 1985, respectivamente. Entrou esta em vigência em 01º de janeiro de 1988. A República Federal da Iugoslávia, atualmente formada pelos estados de Sérvia e Montenegro, é considerada o Estado sucessor de República Socialista de Iugoslávia.

Patrícia Galindo da Fonseca comenta que a ativa participação do Brasil com relação ao processo de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) deveria se coadunar com a adoção de procedimentos eficientes de harmonização das suas normas de direito internacional. Esses mecanismos jurídicos internacionais asseguradores de tratamento harmônico, vem sendo utilizado principalmente na seara do direito material. O Equador, Estado componente do Pacto Andino, ratificou a Convenção em 27 de janeiro de 1992. Cuba, excluída das negociações que antecedem a ALCA, ratificou a Convenção em 2 de novembro de 1994. Os três membros da NAFTA (Canadá, Estados Unidos da América e México) aderiram à Convenção⁸³.

A Argentina ratificou a Convenção em 19 de julho de 1983, estando em vigor desde 1º de janeiro de 1988. O Uruguai, também parceiro do MERCOSUL, aderiu à Convenção com instrumento de aceitação em 29 de Janeiro de 1999 e entrou em vigor em 1º de fevereiro de 2000. Com relação ao Pacto Andino, Colômbia, Equador, Peru aderiram a Convenção. Os três países do NAFTA também aderiram. Nota-se que países de diversos blocos aderiram à Convenção, todavia o Brasil ainda encontra-se estagnado a esse respeito.

2.2 Reservas:

Nesta parte vamos descrever o que seriam estas reservas e quais foram as declarações dos países com relação a cada uma. Estas declarações foram adotadas na busca de uma maior adesão dos países, e a Convenção de Viena de 1980 admite que os Estados Contratantes façam reservas de alguns artigos, estes dispostos em sua última parte, mais precisamente nos do artigo 92 ao 96. Como afirma Patrícia Galindo, “as Disposições Finais da Convenção, (...), raramente serão de interesse dos sujeitos contratuais. Referem-se às reservas que podem os Estados proceder, quando da sua conveniência, bem como a procedimentos e

⁸³ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

prazos de ratificação, aprovação e aceitação dos termos da Convenção. As disposições constantes nos artigos 92 ao 96 preceituam declarações que autorizam a não sujeição a determinadas normas da Convenção”⁸⁴.

Como já comentamos no Capítulo anterior, o artigo 92 refere-se à prerrogativa do Estado de declarar que não adota a Parte II ou a Parte III da Convenção, porém não será considerado Estado de acordo com o artigo 1º, parágrafo 1º.

Patrícia Galindo acrescenta este ponto da seguinte forma:

“(...) Compreende-se, assim, a razão da reserva preceituada no art. 92. O dispositivo reza, ainda, que relativamente à matéria objeto da reserva (Parte II ou Parte III), o Estado declarante não será considerado Estado contratante nos termos da alínea "a" do parágrafo 1o. do art.1o. Portanto, se o comprador tiver o seu estabelecimento situado em Estado contratante que fez a reserva relativa à não aplicação das normas referentes à formação do contrato, e tendo o vendedor estabelecimento em Estado contratante que não fez reserva alguma, a Convenção das Nações Unidas não regulará as questões envolvendo o aspecto objeto da reserva. Aplicar-se-á nas questões relativas à formação do contrato a lei indicada pelo Direito Internacional Privado. Poderá, portanto, ser aquela que as partes indicarem, sendo pois, a lei do Estado do comprador ou do Estado do vendedor. Na última hipótese, a própria Convenção será aplicada, nos termos da alínea " b" parágrafo 1o. artigo 1o: "quando as regras do direito internacional privado conduzam à aplicação da lei de um Estado contratante". Interessante assinalar que não houve por parte de Estado algum reserva referente à Parte III da Lei Uniforme - Compra e Venda de Mercadorias”⁸⁵.

Os países escandinavos, Finlândia, Dinamarca, Noruega, Suécia, no momento da assinatura, declararam, de acordo com o artigo 92 (1), que não estariam limitadas pela Parte II da Convenção (Formação do contrato).

Eduardo Grebler faz uma citação importante acerca desta reserva preceituada no artigo 92: “De acordo com Eugênia Christina de Jesus Zerbini, em sua primeira monografia publicada no Brasil sobre a Convenção, “existem remissões importantes

⁸⁴ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁸⁵ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

feitas pela Parte III à Parte II, que perdem o seu sentido a partir do instante que se permite a adoção apenas de uma ou de outra Parte”⁸⁶.

Pelo artigo 93, qualquer Estado integrado por duas ou mais unidades territoriais, poderá declarar que a Convenção não se aplica a todas as suas unidades territoriais ou a somente algumas delas. Devem-se especificar quais são estas no momento em que for notificado ao depositário. Com isso, se o Estado contratante não fizer qualquer declaração do parágrafo primeiro deste artigo, a Convenção será aplicada a todas as suas unidades territoriais.

Vamos dar o exemplo do Canadá nesta reserva, conforme a UNCITRAL:

*“Upon accession, Canada declared that, in accordance with article 93 of the Convention, the Convention will extend to Alberta, British Columbia, Manitoba, New Brunswick, Newfoundland and Labrador, Nova Scotia, Ontario, Prince Edward Island and the Northwest Territories. (Upon accession, Canada declared that, in accordance with article 95 of the Convention, with respect to British Columbia, it will not be bound by article 1(1)(b) of the Convention. In a notification received on 31 July 1992, Canada withdrew that declaration.) In a declaration received on 9 April 1992, Canada extended the application of the Convention to Quebec and Saskatchewan. In a notification received on 29 June 1992, Canada extended the application of the Convention to the Yukon Territory. In a notification received on 18 June 2003, Canada extended the application of the Convention to the Territory of Nunavut”*⁸⁷.

Com relação ao Canadá, portanto, a Convenção se estenderá a Alberta, British Columbia, Manitoba, New Brunswick, Newfoundland, Nova Scotia, Ontário, Prince Edward Island, Quebec, Saskatchewan, Yukon e Northwest territories.

De acordo com a ONU, a Dinamarca também adota esta reserva em relação a Faroe Islands e Groenlândia e a Austrália fez esta em relação a Christmas Island, The Cocos (Keeling) Islands e The Ashmore e Cartier Islands. A Nova Zelândia declarou o artigo 93 relativamente a Cook Islands, Niue e Tokelau. Com isso, a Convenção não se aplica a estas áreas territoriais.

Patrícia Galindo comenta a reserva do artigo 94, da seguinte forma:

⁸⁶ GREBLER, Eduardo. Op cit.

⁸⁷ Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL). Disponível em(<http://www.uncitral.org/english/status/status-e.htm>) Acesso em: 28/10/2004.

“A Convenção, ante a possibilidade de algum Estado contratante ter elaborado, ao lado de outros, contratantes ou não, determinado sistema de normas a ser aplicado às mesmas matérias por ela reguladas, estabeleceu a reserva prevista no art. 94. A hipótese refere-se à constituição de certas regiões econômicas, cuja prática mercantil funda-se em regras próprias a vigorar entre os Estados componentes. O dispositivo mencionado reza que quando as partes tiverem os seus estabelecimentos localizados nestes Estados, as reservas podem ser feitas em conjunto, ou de forma unilateral e recíproca. Assim sendo, ser um Estado contratante não implica em afastar-se do regime jurídico comum. Celebrando um contrato de compra e venda com sujeito cujo estabelecimento encontre-se em outros Estados, a uniformidade bem como a previsibilidade das relações estarão satisfeitas com a aplicação da Convenção de Viena.

A reserva do artigo 94 pode ser feita também por um Estado que não compõe o sistema aludido, na hipótese de celebração de contrato com Estados não contratantes, cujas normas jurídicas concernentes às matérias reguladas pela Convenção guardem semelhança com o Estado declarante. Nesta situação, se o Estado não contratante vier posteriormente a aderir a Convenção, a declaração revestirá o caráter daquela anteriormente citada, concernente às regiões econômicas já formadas. O Estado recém contratante deve manifestar-se no sentido de adesão à reserva procedida pelo seu "parceiro" comercial”⁸⁸.

Novamente os quatros países escandinavos, Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, declararam, de acordo com o artigo 94 parágrafos (1º) e (2º), que a Convenção não se aplicaria aos contratos de venda onde suas partes tivessem seus lugares de negócio nestes países e na Islândia. Em 12 de março de 2003 a Islândia declarou, conforme ao artigo 94(1), que a Convenção não se aplicaria aos contratos de venda ou a sua formação onde os partidos têm seus lugares de negócio na Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega ou na Suécia⁸⁹.

Estas declarações podem ser encontradas no site da ONU⁹⁰ onde estão descritas as reservas da Finlândia:

“With reference to Article 94, in respect of Sweden in accordance with paragraph (1) and otherwise in accordance with paragraph (2) the Convention will not apply to contracts of sale where the parties have their places of bussines in Finland, Sweden, Denmark, Iceland or Norway”.

⁸⁸ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

⁸⁹ Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL). Disponível em: (<http://www.uncitral.org/english/status/status-e.htm>) Acesso em: 28/10/2004. Tradução livre, pois as informações estavam em inglês.

⁹⁰ Organizações das Nações Unidas. Disponível em: (<http://untreaty.un.org/ENGLISH/bible/englishinternetbible/bible.asp>) Acesso em: 28/10/2004. Estas informações somente podem ser acessadas com nome de Usuário e senha. Mesma fonte para as informações que seguem as respeito dos países: Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia e Islândia.

A Noruega e a Suécia fizeram a declaração igual à da Finlândia. (“*Same reservation, mutatis mutandis, as the one made by Finland*”).

A Islândia fez a declaração de seguinte forma:

“Pursuant to article 94, paragraph i, the Convention will not apply to contracts of sale or to their formation where the parties have their places of business in Denmark, Finland, Iceland, Norway or Sweden”.

A Dinamarca fez a seguinte declaração a respeito do disposto acima:

“under paragraph 1 cf. paragraph 3 of article 94 that the Convention shall not apply to contracts of sale where one of the parties has his place of business in Denmark, Finland, Norway or Sweden and any party has his place of business in another of the said states, under paragraph 2 of article 94 that the Convention is not to apply to contracts of sale where one of the parties has his place of business in Denmark, Finland, Norway or Sweden and the other party has his place of business in Iceland”.

A reserva do artigo 95 estabelece que qualquer Estado Contratante pode declarar que não adota o artigo 1º, parágrafo 1º alínea “b”. Os Estados que declararam reserva, de acordo com a UNCITRAL⁹¹ e a ONU⁹² foram: China, Cingapura, Estados Unidos da América, Eslováquia, República Tcheca, São Vicente e Granadinas. Estes países querem assegurar que a utilização da Convenção de Viena de 1980 em contratos internacionais de compra e venda seja somente entre Estados Contratantes desta. Porém há uma controvérsia de acordo com o site da UFF, “controvérsia relativa à reserva prevista no art. 95 fundamenta-se em não ter sido esta confirmada junto à ONU nem pela República Tcheca, tampouco pela Eslováquia”.

A Alemanha não fez qualquer declaração de acordo com a Convenção. Todavia fez uma ressalva interpretativa deste artigo 95, de acordo com o site da UFF:

“a Alemanha declarou não se sentir obrigada a aplicar o dispositivo 1º parágrafo primeiro al. “b”, quando as normas de direito internacional privado conduzirem à aplicação da lei de sujeito contratual situado em Estado que tenha procedido a reserva prevista no art. 95. Sustenta este entendimento com o argumento de que os Estados que fizeram tal declaração não são considerados Estados Contratantes para efeito do art. 1º parágrafo 1º al. “b”. Trata-se, a rigor, de mera interpretação, uma vez que não se constitui em reserva autorizada pelas normas da Convenção. Refere-se, exclusivamente, à hipótese de contrato de compra e venda internacional

⁹¹ Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL). Op cit.

⁹² Organizações das Nações Unidas. Op cit.

celebrado entre sujeito contratual localizado em país que não é Estado Parte da Convenção e sujeito contratual situado em país que tenha procedido a declaração do art. 95. Ainda assim, para caracterizar a situação proposta, é necessário que as normas de direito internacional privado apontem para a lei do país declarante, que, segundo o posicionamento adotado pela Alemanha, será o direito interno deste país e não as normas da Convenção de Viena de 1980”⁹³.

Artigo 96, de acordo com a UNCITRAL:

“State declared, in accordance with articles 12 and 96 of the Convention, that any provision of article 11, article 29 or Part II of the Convention that allows a contract of sale or its modification or termination by agreement or any offer, acceptance or other indication of intention to be made in any form other than in writing, would not apply where any party had his place of business in its territory”⁹⁴.

De acordo com o exposto, o Estado declara, na forma dos artigos 12 e 96 da Convenção, que qualquer provisão do artigo 11, 29 ou Parte II da Convenção que permite o contrato de venda ou sua modificação ou término pelo acordo ou outra oferta, aceitação ou outra indicação de intenção a ser feita de qualquer forma ou da escrita, não se aplicará se qualquer parte tiver seus negócios feitos nesse território. De acordo com o site da UFF: “o requisito da forma escrita passa a ser exigido, nos termos da declaração supra, conforme preceituado no art. 12 da Convenção, afastando-se o consensualismo preceituado no art. 11”⁹⁵.

Os Estados que adotaram esta reserva foram: Argentina, Bielorrússia, Chile, Hungria, Letônia, Lituânia, Rússia e Ucrânia⁹⁶. A Estônia tinha feito essa reserva, mas em 9 de março de 2004, a retirou⁹⁷.

A China declarou que não se considera limitada pelo subparágrafo (b) do parágrafo (1º), do artigo 1º e do artigo 11 assim como as provisões na Convenção que se relacionam ao índice do artigo 11. Note-se, de acordo com o site da UFF, assinala que a China, ao contrário dos outros Estados que afastaram a liberdade da forma consagrada no art.

⁹³ UFF – Universidade Federal Fluminense – disponível em (<http://www.uff.br/cisgbrasil/alemanha.html>) Acesso em: 30/10/2004

⁹⁴ Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL). Op cit.

⁹⁵ UFF – Universidade Federal Fluminense. Op cit.

⁹⁶ Organizações das Nações Unidas. Op cit.

⁹⁷ Informações de acordo com a Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL). Informações disponíveis no site: (<http://www.uncitral.org/english/status/status-e.htm>) Acesso em: 28/10/2004.

11, (como Argentina, Bielorrússia, Chile, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Rússia e Ucrânia), sequer mencionou o art. 96, dispositivo que expressamente prevê a reserva do Estado Contratante no que se refere à não aplicação das normas pertinentes ao consensualismo. A validade desta reserva encontra-se, portanto, condicionada à assunção da irrelevância da linguagem utilizada na declaração feita pela China⁹⁸.

O restante dos países signatários que não foram citados, não fizeram nenhuma declaração relacionada a estas reservas.

Diante do exposto, Patrícia Galindo menciona: “verifica-se que o objetivo maior da Convenção de Viena, a promoção da uniformidade no comércio mercantil internacional, foi o critério que pautou a elaboração das reservas previstas nos dispositivos estudados”⁹⁹.

Existem críticas às reservas, pois podem prejudicar remissões feitas em outras partes, como citado por Eugênia Christina de Jesus Zerbini. Podemos notar que os países escandinavos, como Finlândia, Dinamarca, Noruega e Suécia adotaram as mesmas reservas. Existem reservas, como a do artigo 95, que foram uma forma de preservar a opção dos países signatários, que declararam esta reserva, que só será utilizada quando forem ambas as partes signatárias. As reservas foram mais uma tentativa de agradar a todos os países, para a maior adesão.

⁹⁸ UFF – Universidade Federal Fluminense – disponível em (<http://www.uff.br/cisgbrasil/china.html>) Acesso em: 30/10/2004

⁹⁹ GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

CAPÍTULO 3 – O CASO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo compreender os problemas existentes na Lei aplicável aos contratos internacionais no Brasil, bem como entender o significado de autonomia da vontade contemplada na Convenção. Apresentaremos algumas possíveis soluções para a tal implementação da autonomia da vontade no ordenamento jurídico brasileiro.

3.1 Lei aplicável aos contratos internacionais no Brasil

Milhares de contratos são celebrados diariamente, tanto no âmbito nacional como no internacional. Não conhecer esta realidade significa alienar-se do mundo dos fatos e do mundo jurídico.

Segundo Armando Álvares Garcia Júnior, contratos diversos são concluídos, versando objetivos também diversos. Essa multiplicidade negocial e contratual, cada vez mais intensa, é característica do mundo contemporâneo e – somos obrigados a admitir – apresenta-se de modo irreversível.¹⁰⁰

O tipo de contrato não importa ou mesmo a sua qualidade técnica, mas sempre é possível que uma das partes contratantes se sinta prejudicada por algum motivo, acionando judicialmente a outra.

Armando Álvares Garcia Júnior acrescenta que em um contrato bem concebido e com boa redação de cláusulas deve sempre ser objetivado por um profissional da área jurídica. Quanto melhor for redigido o texto, menor será incidência de incertezas na interpretação e na própria execução das obrigações contratuais.¹⁰¹

¹⁰⁰ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002.

¹⁰¹ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

Um contrato pode ser hipoteticamente perfeito e o contratante infringir suas cláusulas ou ignorá-lo, ou seja, a violação dolosa do contrato depende de ato comissivo ou omissivo do contratante, e isso independe da qualidade técnica de sua redação, tanto um contrato bem redigido como o mal redigido pode ser violado.

A violação contratual é uma possibilidade que ocorre tanto nos contratos nacionais quanto nos internacionais. Contudo, a litigância entre partes contratantes que se localizem em países diferentes, apresenta uma maior complexidade. Nenhum tipo contratual está livre de ações judiciais, pois nada interfere na possibilidade de uma das partes, eventualmente, propor ação judicial.

Como complementa Garcia Júnior, na realidade, por vezes, dois ou mais ordenamentos jurídicos estão efetivamente aptos a regular o contrato, dependendo do que dispuserem a respeito suas próprias normas jurídicas internas. Isto é muito importante no direito interno de diversos países, como o Brasil, pois a produção da legislação civil e comercial é centralizada e uniformizada no território nacional, um exemplo disso seria um contrato de compra e venda referente a um apartamento em diversas regiões do Brasil, o contrato deverá obedecer às mesmas regras jurídicas em São Paulo, Brasília ou no Rio de Janeiro.¹⁰²

Já num contrato internacional que apresenta vários pontos de conexão com dois ou mais ordenamentos jurídicos, é preciso identificar qual o ordenamento jurídico que deve prevalecer para regê-lo. Sendo assim, conforme Garcia Júnior: “o juiz deve obediência às leis de seu país e isso, obviamente, significa aplicá-las”.¹⁰³

Nadia de Araújo acrescenta que:

“o que caracteriza a internacionalidade de um contrato é a presença de um elemento que o ligue a dois ou mais ordenamentos jurídicos. Basta que uma das partes seja domiciliada em um país estrangeiro ou que um contrato seja celebrado em um país, para ser cumprido em outro. Todo contrato internacional será regido por uma lei nacional determinada pelo DIPr do Estado onde a questão estiver sendo julgada. Ao negociar as cláusulas de contrato internacional é preciso

¹⁰² GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 20

¹⁰³ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 62

considerar como decidem os tribunais locais. No Brasil, a regra de DIPr é a do local da celebração (art. 9º da LICC)”.¹⁰⁴

Para Armando Álvares Garcia Júnior o problema crucial dos contratos internacionais é a escolha da lei aplicável, pois existem dois ou mais ordenamentos jurídicos.¹⁰⁵

Guilherme Bergmann Borges Vieira comenta sobre as principais correntes doutrinárias acerca da lei aplicável aos contratos internacionais. São elas: lei do local de celebração do contrato; a do local de execução ou cumprimento do contrato e autonomia da vontade para a escolha da lei aplicável. Na América do Sul, por exemplo, Argentina e Paraguai adotam como critério o local de execução ou cumprimento do contrato, já no Uruguai, país que também adotava como critério o local de cumprimento, tem-se observado nos últimos anos uma tendência à aceitação da autonomia da vontade, principalmente após a ratificação Conferência Interamericana de 1994.¹⁰⁶

Ainda conforme Vieira: “para o Brasil o que vale é o local de celebração. Mas, apesar de a regra geral brasileira ser a do local de celebração, a regra relativa à execução tem tido preponderância em nossa jurisprudência, a partir da interpretação de que à lei do local da constituição somam-se as exigências da lei do local de execução”.¹⁰⁷

Jairo Silva Melo complementa com relação aos diversos ordenamentos jurídicos aplicáveis, o seguinte:

“tendo em vista a impossibilidade dos diversos direitos dos Estados encontrarem uma solução plenamente satisfatória para os problemas que envolvem o comércio internacional e, diante dos diferentes sistemas jurídicos que entram em conflito, surgiu, por parte dos comerciantes, a tentativa de criar mecanismos jurídicos favoráveis à sua atividade, utilizando, para tanto, de convenções internacionais com o intuito de desenvolver a atividade comercial internacional”.¹⁰⁸

¹⁰⁴ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 311, 312.

¹⁰⁵ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p.20.

¹⁰⁶ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 32.

¹⁰⁷ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p 32

¹⁰⁸ MELO, Jairo Silva. Contratos internacionais e cláusulas de hardship. São Paulo: Aduaneiras, 2000. p 71.

Nádia de Araújo ressalta que: “como as regras de conflito variam de país para país, procurou-se a sua harmonização através da criação de normas conflituais internacionais uniformes, que garantam nos países signatários o caminho para a solução do conflito de leis, trazendo segurança jurídica e eliminando as possibilidades de *fórum shopping* para obter a aplicação de uma lei diferente da desejada pelas partes”. Outro tipo de iniciativa descrito pela autora para a uniformização das regras é a Convenção de Viena de 1980 sobre Compra de Venda de Mercadorias. Essas normas materiais uniformes promovem a modificação e unificação de uma parcela do direito privado material. Uma tendência observada em ambos os casos de uniformização é no sentido de permitir às partes liberdade na escolha da lei aplicável.¹⁰⁹

Diante do exposto temos que definir o que é o Direito Internacional Privado (DIPr) e sua função. Maria Helena Diniz descreve em seu livro:

“o direito internacional privado é direito interno, pois cada Estado tem liberdade para definir, conforme sua ordem jurídica, as normas que disciplinam as relações entre nacionais e estrangeiros, sem qualquer vinculação a uma ordem internacional”.¹¹⁰

A autora acrescenta que o Direito Internacional Privado é direito público, porque: “apesar de suas normas regularem relações de direito privado, elas são **inderrogáveis** pelas partes, no direito brasileiro”¹¹¹. Afirma ainda que o juiz deverá aplicar as normas de direito internacional privado de ofício, pois são normas cogentes e obrigatórias, as partes não poderão socorrer-se de outra norma que não a Lei de Introdução existente no direito brasileiro, que, na sua elaboração legislativa, não sofre qualquer outra influência que não sejam as determinações da Constituição Federal¹¹². Ainda conforme Maria Helena Diniz “o direito internacional privado é um ramo do direito público interno, tendo natureza similar ao direito processual, por não conferir direitos nem impor deveres, nem resolver conflitos,

¹⁰⁹ ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 312.

¹¹⁰ DINIZ, Maria Helena. Lei de introdução ao código civil brasileira interpretada. 10. ed. adaptada à Lei n. 10.406/2002. São Paulo: Saraiva, 2004.p. 34.

¹¹¹ DINIZ, Maria Helena. Op cit. P.34.

¹¹² DINIZ, Maria Helena. Op cit. P.34.

servindo tão-somente de instrumento para que se aplique a norma substantiva”¹¹³, as normas de DIPr tem a função de indicar a lei, que irá solucionar dada relação jurídica, mediante o elemento de conexão, por ela apontado, que estabelecerá o nexo entre o fato e a norma que o regerá ou, então, indicará se a referida relação deverá ser disciplinada pela lei estrangeira.¹¹⁴

Conforme Armando Álvares Garcia Júnior, o sistema normativo brasileiro a ser considerado pelo Poder Judiciário sobre contratos internacionais “é a que se encontra no art. 9º do Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 (conhecido como Lei de Introdução ao Código Civil)”¹¹⁵:

LICC Art. 9º:

Art. 9º Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

§ 1º Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

§ 2º A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

Maria Helena Diniz estabelece que: “a Lei de Introdução não é, portanto, parte componente do Código Civil, pois, devido ao seu teor, é bem mais ampla do que sua denominação sugere. É lei introdutória ao Código Civil porque suas normas se aplicam ao direito civil, mas, na verdade, é mais do que isso, por conter limitações específicas às leis em geral”¹¹⁶. Os primeiros artigos da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), artigos 1º a 6º contêm normas emanadas do espírito da Constituição Federal, como, por exemplo, as atinentes à publicação e à obrigatoriedade das leis. Deveras, as disposições alusivas à vigência das normas não poderão ser tidas como específicas do direito civil, porém o que nos interessa

¹¹³ DINIZ, Maria Helena. Op cit. P.34.

¹¹⁴ DINIZ, Maria Helena. Op cit. P.34.

¹¹⁵ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 62

¹¹⁶ DINIZ, Maria Helena. Op cit. P.3.

neste trabalho são as disposições contidas nos arts. 7º a 19º, pois apontam diretrizes para a solução dos conflitos de leis no espaço, é onde se encontram os elementos de conexão¹¹⁷.

Segundo Nadia de Araújo: “no Brasil, a regra de conexão utilizada para os contratos internacionais é a *lex loci contractus*, na forma estabelecida pelo art. 9º da Lei de Introdução ao Código Civil, de cuja exegese não se extrai a permissão à teoria da autonomia da vontade, antes consagrada na Introdução ao Código Civil de 1917”. Isto acontece, pois conforme esta autora “com a mudança da Introdução ao Código Civil para as normas de Lei de introdução ao Código Civil, de 1942, e que até hoje está em vigor, nasceu uma nova discussão na doutrina sobre a exclusão ou não do princípio, em face da suspensão da expressão *salvo estipulação em contrário*, que antes a permitia”, Nadia de Araújo acrescenta que a polêmica perdurou, pois enquanto muitos acharam que isso significava a vontade do legislador de eliminá-la, outros entenderam que a simples supressão da expressão não poderia eliminar um princípio jurídico anteriormente aceito¹¹⁸.

Marilda Rosado da Sá Ribeiro informa a respeito do princípio da autonomia da vontade que: “na Lei de Introdução de 1916 esse princípio era admitido, com base no art. 13, *verbis*: “Regulará salvo disposição em contrário quanto à substância e aos efeitos das obrigações, a lei do lugar onde foram contraídas...”. No entanto, a Lei de Introdução, ao optar pela atual redação do *caput* do art. 9º, teria abolido esse princípio.(...) ¹¹⁹”, esta autora acrescenta “a interpretação do *caput* deve ser feita, segundo o Prof. Valladão, em conjugação com o disposto no §2º do art. 9º, *verbis*: “A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente”. (...) ¹²⁰”.

Esta discussão perante as LICC de 1916 e 1942 é constante em relação à autonomia da vontade que antes existia e que hoje não existe mais.

Nádia de Araújo descreve a respeito deste assunto:

¹¹⁷ DINIZ, Maria Helena. Op cit. P.3.

¹¹⁸ ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 200.

¹¹⁹ RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. Batalha das formas e negociação nos contratos internacionais. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 253.

¹²⁰ RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. Op cit. P. 254.

“Na Introdução ao Código Civil de 1916, a autonomia da vontade foi considerada permitida pela doutrina por causa da expressão ali existente “salvo estipulação em contrário” (art. 13). Bevilacqua, autor do dispositivo, mostrou-se favorável ao princípio, mas declinou tê-lo adotado. Discutiu-se muito a questão dos seus limites. Perguntava-se até onde ia a liberdade das partes para escolher a lei aplicável às obrigações livremente contraídas. O autor esclarecia que, em consequência do dépeçage, a vontade das partes quanto à lei aplicável somente podia ser exercida com relação à substância e aos efeitos do ato. Já com relação à capacidade e à execução, poderia haver a incidência de uma lei diferente daquela aplicável ao contrato internacional. Para determinar qual a lei regente da capacidade de cada uma das partes, era preciso determinar seu estatuto pessoal e, para a execução, a lei do lugar onde se, efetuá-la, onde a autonomia da vontade não tinha lugar. Bevilacqua enunciou a lex contractus como sendo a do local da celebração, salvo estipulação em contrário, ou quando ofensiva ao direito nacional dos contratantes ou à ordem pública. Da leitura do artigo 13 e seu parágrafo único, não é claro se a regra do caput é utilizada em conjunto com o parágrafo único, ou se, quando a execução fosse no Brasil, aplicar-se-ia a lei brasileira não só às questões da execução ou a estas questões e àquelas relativas à substância e efeito. No entanto, da jurisprudência da época verifica-se que a tendência era a aplicação da lei brasileira para todos os aspectos dos contratos internacionais cuja execução se desse no território nacional (tanto para as questões relativas à substância quanto à execução)”¹²¹.

Conforme esta autora, apesar da opinião favorável de Bevilacqua, muitos autores da época eram opostos ao princípio, como Eduardo Espínola, Álvaro da Costa Machado Villela e Pontes de Miranda. Com a LICC de 1942, nasceu uma nova discussão na doutrina, sobre a exclusão ou não do princípio, em face da supressão da expressão "salvo estipulação em contrário", que antes a permitia. A polêmica perdurou, pois enquanto muitos acharam que isso significara a vontade do legislador em eliminá-la, outros entenderam que a simples supressão da expressão não poderia eliminar um princípio jurídico anteriormente aceito¹²².

Oscar Tenório entendeu que a exclusão da teoria da autonomia da vontade na LICC deveu-se às severas críticas que a teoria havia recebido anteriormente. Entretanto, apesar de não estabelecer expressamente a permissão para a autonomia da vontade, a LICC

¹²¹ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 312.

¹²² ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 322.

também não a proibira, deixando sua permissão à lei do contrato, ou seja, sua aplicação indireta, sempre que a lei da celebração o permitisse¹²³.

Serpa Lopes ressaltou que, na Introdução de 1917, embora permitida, a autonomia da vontade não podia ser exercida senão no terreno supletivo. Já com relação à LICC, a omissão sobre o tema o permitia somente de forma indireta (quando indicada pela lei do local da celebração), com relação à matéria supletiva. Parece ter sido contrário à autonomia, quando aplicável à lei brasileira, pois a redação do art. 9º dera-se em razão da forte pressão exercida pelos opositores da faculdade de escolher a lei. Para Oscar Tenório, a interpretação de Serpa Lopes acarretava uma forma de reenvio, proibido pela lei, sendo apoiado por Franceschini, que não considerava a autonomia da vontade contemplada no art. 9º¹²⁴.

Maria Helena Diniz, ao tratar do artigo 9º, entende não ter sido contemplada a autonomia da vontade como elemento de conexão, pois se trata de norma cogente que não pode ser alterada pelas partes¹²⁵.

João Grandino Rodas afirma:

“o art. 9º da Lei de Introdução de 1942 não se refere à autonomia, nem afasta, em alguns casos, o império da lei do país onde foram constituídas as obrigações, em favor da aplicação da lei brasileira, como o fazia a Introdução de 1916. Assim, de acordo com tal artigo, a lei do lugar da obrigação rege a qualificação e a substância, não excluindo a autonomia da vontade, se admitida pela lei do país da constituição da obrigação”¹²⁶.

A regra geral do art. 9º da Lei de Introdução rege os contratos entre presentes. O autor acrescenta sobre o parágrafo 2º do artigo 9º da LICC: “relativamente aos contratos entre ausentes, o elemento de conexão escolhido foi o da residência do proponente -

¹²³ Apud ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 322.

¹²⁴ Apud ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 322.

¹²⁵ Apud ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 322.

¹²⁶ RODAS, João Grandino. Elementos de conexão do direito internacional privado brasileiro relativamente às obrigações contratuais. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 54.

§2º”. Assim, o “lugar da residência da pessoa donde partiu a *proposta inicial* determina o direito a aplicar ao contrato”¹²⁷.

As críticas sobre contratos entre presentes e ausentes descritas por alguns autores aumenta, e Armando Álvares Garcia Júnior comenta: “a norma brasileira, ainda hoje gera discussões acadêmicas e jurisprudenciais. A dúvida suscitada à época da publicação do Decreto-lei n. 4.657/42 e que gravitava em torno dos contratos entre presentes e entre ausentes está esmaecendo a cada dia. Depois de décadas, o positivismo começou a prevalecer e corre rápido para se tornar a posição majoritária na doutrina e na jurisprudência nacionais”¹²⁸.

Essas disposições geram certa controvérsia na discussão apresentada sobre contratos entre presentes e ausentes. Guilherme Bergmann Borges Vieira comenta que: “grande parte da doutrina entende que o caput do art. 9º é aplicável aos contratos entre partes presentes, enquanto o parágrafo 2º se refere ao contrato entre ausentes e, por esse motivo, deve ser considerado o local onde residir o proponente¹²⁹”. O autor afirma que “o caput está colocado de forma mais geral e diz respeito a quaisquer “obrigações”, não fazendo menção explícita ao termo “contrato”. Por outro lado, o termo “contrato” aparece explicitamente no parágrafo 2º, o que tem gerado distintos entendimentos quanto à aplicação da lei”¹³⁰. Estas interpretações sobre o artigo 9º levam alguns juristas a entender que o parágrafo 2º seria a regra a ser considerada indiscriminadamente em todos os contratos, desconsiderando o caput do art. 9º, pois neste não se encontra menção explícita ao “contrato” como naquele. Nesse caso, a lei aplicável em um contrato internacional seria sempre a do país onde residir o proponente, devendo-se comprovar de onde partiu a proposta (ou oferta comercial) para determinar a lei aplicável. Cabe salientar, entretanto, que essa posição é minoritária e um tanto controversa, já que a grande maioria da doutrina considera o parágrafo 2º aplicável aos contratos entre presentes e o parágrafo 2º aplicável aos contratos entre ausentes¹³¹.

¹²⁷ RODAS, João Grandino. Op cit. p. 55.

¹²⁸ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 69

¹²⁹ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p 24.

¹³⁰ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p 24 - 25.

¹³¹ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p 25 - 26.

Guilherme Bergmann Borges Vieira estabelece que: “entende-se por contrato entre presentes aquele, formulado em determinado local, com a efetiva presença das partes contratantes¹³²”. Um exemplo citado por esse autor é sobre uma empresa argentina e outra brasileira, as quais por intermédio de seus representantes, assinam um contrato internacional de compra e venda em Buenos Aires. Entretanto, nem sempre um contrato é realizado dessa forma, entre as partes presentes, uma diante da outra. Inúmeras vezes, no comércio internacional, as partes contratantes não se deslocam para a assinatura do contrato, as partes permanecem em seus países e o contrato é remetido por correio, ou por meio de serviços de correio. Essa já é uma situação mais complexa e fica difícil determinar onde exatamente foi celebrado o contrato, o que poderia dar margem a diferentes interpretações. Por esse motivo, o legislador tratou de estabelecer um critério objetivo para determinar o local de celebração do contrato: “o lugar onde residir o proponente”. Nesse caso, é necessário apenas identificar o proponente do mesmo, o que simplifica bastante a situação¹³³.

Maristela Basso, analisando o conteúdo do art. 9º da LICC, classifica-o como critério imperativo, porquanto se trata do país em que se constituírem as tratativas, segundo a regra aplicável, para se determinar a existência ou não do contrato, abrangendo a fase negocial. Assim expõe: “Se o contrato é finalmente concluído, e procuramos no período pré-contratual alguns elementos de interpretação, devemos aplicar a lei do contrato escolhida pelas partes, ou determinada pela regra de conflito”¹³⁴.

Armando Álvares Garcia Júnior também comenta estas facetas contidas no critério da *lex loci contractus*: “um aspecto interessante do critério *lex loci contractus* é o respeito ao Direito nacional local. Se um contrato é celebrado no território de um país, submete-se ao Direito vigente desse país ao tempo da celebração”¹³⁵. O autor enuncia um exemplo onde este é o caso de homens de negócios, executivos, representantes de empresas diversas, que se encontram em um determinado país e aí celebram contratos em nome das

¹³² VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 25 - 26.

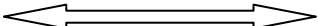
¹³³ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p 25, 26 e 27.

¹³⁴ Apud BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. O regime jurídico do contrato preliminar e definitivo no direito dos negócios internacionais. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 291.

¹³⁵ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 74 – 75.

respectivas empresas que representam. É o caso também da celebração de contratos em feiras internacionais.

Assim, para essa bela construção doutrinária teríamos, esquematicamente:

Empresário Brasileiro  **Empresário Estrangeiro**

- a) encontram-se no Brasil e aqui assinam o contrato. Direito aplicável: brasileiro
- b) encontram-se no exterior e ali assinam o contrato. Direito aplicável: estrangeiro¹³⁶.

No entanto, como afirma Garcia Júnior, “a maioria dos contratos internacionais não é celebrada com as partes contratantes presentes”¹³⁷. Neste caso, onde estaria localizado o contrato? Em que país?

Para responder a esta pergunta temos o ponto de vista da autora Nádia de Araújo:

“para os celebrados entre ausentes, passa-se à norma do parágrafo segundo, utilizando como conexão a lei da residência do proponente. Considera-se proposta, nos termos do artigo, não a inicial, mas sim a última versão, na forma da lei brasileira, que adota a teoria da expedição da resposta como o momento em que se aperfeiçoa a obrigação nos contratos entre ausentes. A noção de residência também depende da definição do direito brasileiro, servindo melhor à mobilidade inerente aos contratos por sua flexibilidade, ao invés do conceito domiciliar, que por sua rigidez apresenta maiores dificuldades”¹³⁸.

Serpa Lopes acrescenta que a residência pura e simples não é elemento bastante para identificar a sede do contrato e oferece margem a incertezas. Todavia, ele acredita que a jurisprudência deve escolher o lugar em que o ofertante se encontrava residindo no momento da oferta¹³⁹.

¹³⁶ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 74 – 75.

¹³⁷ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 74 – 75.

¹³⁸ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 317

¹³⁹ Apud ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 317

Esta confrontação entre o *caput* e o § 2º do art. 9º da Lei de Introdução ao Código Civil é descrita por Garcia Júnior: “se observarmos, perceberemos que apenas o § 2º menciona o termo “contrato”. A sobreposição das duas redações não deixa margem a dúvidas: para qualificar e reger as obrigações aplica-se a lei do país em que se constituírem, sendo certo que pelo nosso direito à obrigação resultante do contrato (obrigação contratual) reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente”. Conforme este autor: “como as obrigações podem ser contratuais e não contratuais, a corrente legalista ou positivista entende que o *caput* do artigo concerne às obrigações não contratuais, enquanto o § 2º, às obrigações decorrentes de contrato”¹⁴⁰. Esse é o posicionamento da doutrina e da jurisprudência atuais em nosso país, embora ainda encontremos juízes (principalmente os mais antigos) que pugnam pela atribuição do *caput* aos contratos celebrados entre partes presentes e pela incidência do § 2º. Para os contratos celebrados entre partes contratantes ausentes. Esse era o posicionamento amplamente majoritário no Brasil (tanto na doutrina como na jurisprudência) nos anos de 1940, 50, 60 e 70¹⁴¹.

Sendo assim, temos o esquema feito por Armando Álvares Garcia Júnior sobre o posicionamento antigo e o mais atual, abaixo indicado¹⁴²:

Art. 9º da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro	
POSICIONAMENTO ANTIGO	POSICIONAMENTO ATUAL
Caput: contrato celebrado entre partes presentes.	Caput: aplica-se a todas as obrigações de origem não contratual.
§ 2º: contrato celebrado entre partes ausentes.	§ 2º: aplica-se a todas as obrigações contratuais (entre presentes ou ausentes).

Nádia de Araújo afirma “em outras ocasiões, também foi utilizado o art. 9º, § 2º, fazendo-se necessário definir quem era o proponente. Essa definição é geralmente

¹⁴⁰ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 74 – 75.

¹⁴¹ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 74 – 75.

¹⁴² GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 74 – 75. As informações foram adaptadas para o quadro, autoria própria.

crucial, porque, na ausência de informações sobre o local de constituição do contrato, ou quando se tratar de contrato entre ausentes – situação bastante comum –, aplicar-se-á a lei do país em que residir o proponente”¹⁴³.

Segundo Armando Álvares Garcia Júnior “o posicionamento legalista ou positivista, que, como afirmamos, ganha dia a dia mais e mais adeptos (entre doutrinadores, escritores, operadores do Direito: juízes, membros do Ministério Público, advogados, etc.)”¹⁴⁴.

Segundo Nádia de Araújo “o contrato entre ausentes (artigo 9º, parágrafo 2º) tem critério diferente da regra dos contratos internos, pois satisfaz-se com o critério da residência do proponente. A definição de quem seja proponente será apurada pela lei brasileira (art. 1087 do CC), que foi adotada pelo novo Código Civil (artigo 435)”¹⁴⁵.

Conforme esta relação descrita pela Nádia de Araújo temos mais dois pontos de vista acerca deste tema, o primeiro de Rodas:

“passando a examinar o Direito Positivo brasileiro, constata que o mesmo não distingue “entre apreciação de contratos celebrados no fórum e atribuição de efeitos a contratos realizados no estrangeiro”, consagrando o art. 9º da Lei de Introdução, como elemento de conexão, o ius loci contractus. Com relação aos contratos feitos à distância, tem para si que o art. 9º, § 2º, da Lei de Introdução é reprodução do art. 1.087 do CC. A divergência redacional entre ambos seria aparente, pois o verbo residir no §2º do art. 9º possui a acepção semântica de “achar-se, ser, estar”. Assim, “lugar em que residir o proponente” significa onde estiver o mesmo. Dessa forma, o §2º confirma o disposto no art. 9º, mantendo regra idêntica a do art. 13. da Introdução ao Código Civil revogada.(...)”¹⁴⁶.

E o segundo autor a comentar esta questão do “estar” presente no parágrafo 2º do art.9º da LICC é Maria Helena Diniz, apresenta que existe uma contradição entre o art. 9º, 2º, da Lei de Introdução e o art. 435 do Código Civil:

¹⁴³ ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 206.

¹⁴⁴ GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002. p. 74 – 75.

¹⁴⁵ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 328.

¹⁴⁶ RODAS, João Grandino. Op cit..p 52.

“enquanto o art. 435, que é de direito interno, atendo-se ao problema de as partes terem residência no Brasil, reputa celebrado o contrato no lugar em que foi proposto, o art. 9º, 2º, alude ao local em que residir o proponente, sendo aplicável quando os contratantes estiverem em Estados diferentes. Ora, o verbo ‘residir’ significa ‘estabelecer morada’ ou ‘achar-se em’, ‘estar’, e é nesta última acepção que está sendo empregado no art. 9º, 2º, logo o lugar em que residir o proponente significa onde estiver o proponente. Os arts. 435 do Código Civil e 9º, 2º, da Lei de Introdução, visam o local onde foi feita a proposta; logo um está a confirmar o outro”¹⁴⁷.

Existem também críticas a respeito do parágrafo 2 do art.9º da LICC, onde se afirma que esta disposição é uma cópia do artigo 185 do código Bustamante. Segundo Rodas:

“Considera Valladão que a Lei de Introdução não foi feliz ao estabelecer no art. 9º, §2º, a diretriz uniformizadora de direito material, que a obrigação contratual ‘reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente’. Tal disposição, cópia sem intelecção do art. 185 do Código Bustamante, desviou-se da tradição do Direito brasileiro, que sufraga o lugar em que foi proposto o contrato, ‘pois residência do proponente, exigindo estada duradoura que se estabelece com caráter de efetividade não é sinônimo ‘de lugar em que foi proposto’ ou ‘de lugar onde se encontre o proponente’”¹⁴⁸.

Ademais, o parágrafo em questão não resolve o problema quando uma pessoa tenha mais de uma residência ou não tenha qualquer residência. Finalmente, chama atenção para o fato de o sistema do lugar da proposta ser detrimental, sujeitando-nos “às leis dos países superdesenvolvidos donde vêm as propostas de empréstimos, ajudas etc... para serem por nós aceitas”.

É preciso ser cauteloso quando da redação de uma cláusula de lei aplicável em um contrato internacional, Nádia de Araújo afirma que: “os tribunais brasileiros não enfrentaram a questão diretamente, nem parecem ter traçado as teses pró-autonomia defendida por alguns doutrinados”. Para a autora, nos casos pesquisados, “nota-se que os juízes usaram

¹⁴⁷ DINIZ, Maria Helena. Op cit. p 289.

¹⁴⁸ RODAS, João Grandino. Op cit. p 58.

o método conflitual para determinar a lei aplicável, sempre encontrando como resultado a lei brasileira ou a lei estrangeira, a partir de uma interpretação literal do art. 9º, *caput*”¹⁴⁹.

Jairo Silva Melo, por sua vez, afirma que:

*“a forte motivação para alcançar a pretendida certeza e segurança do contrato internacional faz com que os operadores do comércio internacional recorram a um contrato o máximo possível resguardado juridicamente, valendo-se de instrumentos como a autonomia da vontade, escolhendo voluntariamente a lei aplicável, a fim de possibilitar que o contrato esteja ligado a uma ordem jurídica que lhes seja favorável. Todas as consequências jurídicas e a competência jurisdicional para regulamentação da relação pretendida deverão ser antecipadamente previstas”*¹⁵⁰.

Guilherme Bergmann Borges Vieira apresenta em seu livro um quadro resumo sobre o ordenamento jurídico no Brasil, Europa e América Latina. Sabemos que no Brasil prevalece o Artigo 9º da LICC. Este quadro faz uma comparação acerca do ordenamento jurídico e da lei aplicável¹⁵¹.

Países	Ordenamento Jurídico	Lei Aplicável ao Contrato
Brasil	Caput do art. 9º da Lei de Introdução ao Código Civil - LICC (válido para contratos entre presentes)	Local de celebração do contrato.
	Artigo 9º parágrafo 2. da Lei de Introdução ao Código Civil LICC (válido para contratos entre ausentes)	Lugar onde residir o proponente.
União Européia	Convenção de Roma sobre Direito Aplicável aos	Autonomia da vontade; Lei do país com a qual o contrato apresente vínculos

¹⁴⁹ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 323.

¹⁵⁰ MELO, Jairo Silva. Op cit. p 70.

¹⁵¹ Quadro retirado de VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p 29.

	Contratos	mais estreitos.
América Latina	Convenção Interamericana de 1994 sobre o Direito Aplicável aos Contratos	Autonomia da vontade; Lei do país com a qual o contrato apresente vínculos mais estreitos.

Fonte: Regulamentação no Comércio Internacional.. op cit.

Segundo Jairo Silva Melo: “a ausência explícita ou implícita de indicação da lei aplicável ao contrato implica na aplicação das regras de Direito Internacional Privado. Este, mediante o recurso a subsídios metodológicos e técnicos previstos na lei que vai tutelar a relação jurídica, tem como função primordial indicar qual o direito aplicável na ocorrência de circunstâncias que envolvam diferentes jurisdições¹⁵²”. A norma do DIPr só indicará qual norma a ser aplicada.

Esther Engelberg expõe dois casos perante o artigo 9º da LICC onde pode-se aplicar a autonomia da vontade: “o art. 9º da Lei de Introdução ao Código Civil tem caráter imperativo e não comporta a acolhida da doutrina da autonomia da vontade, em matéria de Direito Internacional Privado. Há algumas exceções ao disposto no artigo supracitado e dentre elas merecem menção os contratos de trabalho que obedecem aos dispositivos legais do lugar, onde o trabalho for executado e os contratos de transferência de tecnologia, que são regulamentados pelo direito interno pátrio, sem levar em consideração o direito conflitual”¹⁵³.

3.2 Autonomia da Vontade

A Convenção de Viena de 1980 contempla o princípio da autonomia da vontade, onde as partes podem excluir a aplicação da Convenção ou derrogar quaisquer de suas disposições ou modificar-lhes os efeitos. A autonomia da vontade das partes é restrita no Brasil perante a nossa legislação, já visto em tópico anterior em que explica a lei aplicável, segundo o artigo 9º da LICC.

¹⁵² MELO, Jairo Silva. Op cit. p 74.

¹⁵³ ENGELBERG, Esther. Op cit. p 24.

Os contratos internacionais integram a parte especial do DIPr, e o princípio da autonomia da vontade na determinação do direito aplicável é um dos tópicos mais importantes¹⁵⁴.

Objetivando alcançar certeza e segurança nas relações comerciais internacionais, os participantes de contratos marcados por incertezas e dificuldades de natureza jurídica, recorrem-se ao mecanismo da autonomia da vontade, buscando antecipadamente definir por critérios legais a escolha da lei aplicável à pretensão manifestada quando da celebração do contrato¹⁵⁵.

Os critérios mais utilizados eram a lei do local da celebração (*lex loci celebrationis*), nos países de direito civil, e o da lei do local de execução (*lex loci executionis*), nos países da *common law*. No século XX foram substituídos por critérios mais flexíveis, especialmente pelo princípio da proximidade ou dos vínculos mais estreitos, criação da doutrina e jurisprudência americana. Este princípio foi muito utilizado para uniformização internacional, ao ser incorporado na Convenção de Roma, de 1980, sobre a lei aplicável às obrigações internacionais, e na Convenção Interamericana México, de 1994, sobre o direito aplicável aos contratos internacionais¹⁵⁶.

Nádia de Araújo define o significado de autonomia da vontade para o DIPr:

*“significa permitir que as partes escolham a lei aplicável ao contrato internacional. Essa possibilidade só existe no contrato internacional, pois nos contratos internos não é possível determinar qual o sistema jurídico que vai resolver suas questões. No contrato internacional, devido a sua característica de estar ligado a mais de um sistema jurídico, é preciso saber qual a lei aplicável”*¹⁵⁷.

¹⁵⁴ ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 311.

¹⁵⁵ MELO, Jairo Silva. Op cit. p. 63.

¹⁵⁶ ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 311.

¹⁵⁷ ARAUJO, Nádia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 197.

Esta autora segue afirmando “a gradual aceitação do princípio da autonomia da vontade pela comunidade jurídica internacional transformou-o em um desses princípios comuns ao âmago de todos os sistemas legais. A faculdade das partes de escolher a lei aplicável ao contrato internacional encontrou acolhida nas principais convenções internacionais e legislações internas de países dos cinco continentes, especialmente a Europa”¹⁵⁸.

No entanto, devemos notar algumas diferenças importantes entre o sistema vigente no Mercosul e o europeu. No Mercosul, segundo Nádia de Araújo: “apesar da existência de uma Convenção Interamericana sobre o direito aplicável aos contratos internacionais (México, 1994) ainda vigoram as regras de DIPr internas acerca da questão, em especial no Brasil, cuja Lei de Introdução ao Código Civil ainda não adotou de forma expressa a teoria da autonomia da vontade” e na Europa: “já vigentes as regras uniformes acerca do tema, a convenção de Roma sobre a lei aplicável às obrigações internacionais, que expressamente permite às partes escolherem a lei de seu contrato”¹⁵⁹.

Como descreve Nádia de Araújo, atribui-se a Charles Dumoulin, jurista francês do século XVI, o desenvolvimento do princípio da autonomia da vontade no DIPr. Naquela época, o direito francês ainda não fora codificado nacionalmente, e as leis das diversas províncias eram tratadas como direito estrangeiro, situação semelhante à das cidades italianas com seus estatutos. Dumoulin, considerado um continuador das doutrinas estatutárias italianas, distingue-se daquela escola por suas idéias sobre a escolha pelas partes de uma lei para os contratos internacionais e para os regimes patrimoniais¹⁶⁰.

A teoria de Dumoulin só foi usada na prática nos séculos XIX e XX. Apesar de Niboyet e Pillet serem contrários a Dumoulin, a jurisprudência francesa posicionou-se pela permissão da autonomia das partes¹⁶¹.

¹⁵⁸ ARAUJO, Nádia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 197 – 198.

¹⁵⁹ ARAUJO, Nádia de. Ibidem.

¹⁶⁰ ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 318.

¹⁶¹ ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 319.

Na Inglaterra, os tribunais aceitaram a autonomia da vontade por diversas razões. Embasavam-se na filosofia do *laissez-faire*, dominante no século XIX, sendo também uma boa razão para a aplicação da *lex validitatis* (geralmente a inglesa). A autonomia da vontade foi aplicada em casos nos quais a outra lei envolvida era uma lei americana, o *Harter Act*, cuja regra obrigatória sobre responsabilidade civil no transporte de mercadoria era mais abrangente do que a lei inglesa. Podia também ser usada para evitar o sistema de regras fixas. A doutrina inglesa não adotou o princípio da autonomia de forma unânime. Dicey posicionou-se a favor, apesar de uma certa relutância, enquanto Westlake, Cheshire e Morris eram contrários¹⁶².

Nádia de Araújo afirma “o princípio da autonomia da vontade tornou-se universalmente aceito, com adoção expressa tanto em convenções internacionais como na legislação interna de diversos países. Nos países da *common law* tem tido plena aceitação”¹⁶³.

Maria Helena Diniz discorda de Nádia de Araújo neste ponto afirmando que “o princípio da autonomia da vontade, mesmo nos países de “common law”, não é absoluto, por limitar-se não só a imposições de ordem pública, como também às interpretações jurisprudenciais, que criam precedentes para casos similares”¹⁶⁴.

A autonomia da vontade é regra principal em algumas Convenções Internacionais, dentre elas: A Convenção de Roma sobre lei aplicável aos contratos internacionais (1980), a Convenção do México sobre a lei aplicável aos contratos internacionais (1994) e a Convenção de Viena sobre a compra e venda de mercadorias de 1980.

A autonomia da vontade no Brasil foi comentada pela primeira vez por Lafayette Rodrigues Pereira, autor do projeto de código de Direito Internacional Privado, 1912, que logo depois não foi aproveitado.

¹⁶² ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 320.

¹⁶³ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 320.

¹⁶⁴ DINIZ, Maria Helena. Op cit. p 281.

Nádia de Araújo descreve: “a obra de Lafayette Rodrigues Pereira, também deve ser destacada. Elaborou o projeto de Código de Direito Internacional Privado, apresentado pelo Brasil em 1912, que, todavia, não foi adotado. Suas idéias sobre o DIPr aparecem em seus pareceres. À exceção da posição favorável ao critério da nacionalidade (para o estatuto pessoal) as demais estão em consonância com as regras e princípios de DIPr até hoje utilizadas no direito brasileiro”¹⁶⁵. Esta autora acrescenta que nos anos 30 destacam-se:

“Rodrigo Otávio, Eduardo Espínola, e Pontes de Miranda. Posteriormente, com a LICC, seus comentaristas foram Oscar Tenório e Miguel Maria de Serpa Lopes. Na década de 1950 e seguintes, Amílcar de Castro e Haroldo Valladão. A partir da década de 1980, Irineu Strenger e posteriormente João Grandino Rodas, em São Paulo, e Jacob Dolinger no Rio de Janeiro, entre os nomes mais expressivos. Talvez a intermitência da disciplina no currículo do curso de Direito seja a responsável pelo número reduzido de obras gerais. No entanto sua importância se faz cada dia mais presente num mundo onde as relações privadas não possuem mais barreiras espaciais, e a comunicação nos coloca em contato imediato com pessoas em qualquer lugar do planeta. Sua volta ao currículo obrigatório sob a rubrica Direito Internacional está provocando um renascimento dos estudos dedicados ao tema. Sobretudo, há a inter-relação cada dia mais estreita entre o Direito Internacional Público e o Direito Constitucional com o DIPr”¹⁶⁶.

Strenger, ao se referir sobre a autonomia da vontade no direito brasileiro, observa que, embora não se possa afirmar que legislativamente o nosso sistema inscreva o princípio da autonomia da vontade em face da disposição básica contida no art. 9 da Lei de Introdução ao Código Civil, que eliminou a expressão "salvo disposição em contrário", constante do regime anterior a 1942, haveria inegável retomada da *lex voluntatis* na prática do comércio internacional, em nosso território. Cita como exemplo típico dessa circunstância os procedimentos adotados pelas autoridades administrativas ligadas ao comércio exterior e as próprias decisões judiciais, aceitando a validade e força das cláusulas de eleição de Direito aplicável¹⁶⁷.

Jairo Silva Melo afirma que: “a pressão do comércio internacional nesse sentido tem sido irresistível, permitindo afirmar que o único obstáculo ao princípio da

¹⁶⁵ ARAUJO, Nádia de. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 125, 126 e 127.

¹⁶⁶ ARAUJO, Nádia de. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 125, 126 e 127.

¹⁶⁷ Apud MELO, Jairo Silva. *Op cit.* p 65.

autonomia da vontade nos contratos internacionais do comércio é a ofensa à ordem pública, assim mesmo com a crescente amenização desse bloqueio”¹⁶⁸.

Tenório situa a autonomia da vontade entre os elementos de conexão mais importantes. Diz ser o princípio da autonomia da vontade na ordem interna a liberdade dada pela própria lei aos contratantes, ficando bem nítida a distinção entre preceitos imperativos e preceitos facultativos. Já no âmbito conflitual defrontam-se duas correntes. Consoante a primeira, a autonomia da vontade no Direito Internacional Privado é muito mais extensa que no direito interno comum. A segunda, contudo, não concede às partes liberdade de escolha da lei para reger o contrato. Não há, entretanto, para ele, argumentos satisfatórios para tendência que leva a lei imperativa a perder o seu caráter do Direito Internacional Privado. Sendo uma lei imperativa, subordinará todos os atos dependentes de sua aplicação. Os conflitos de leis imperativas são resolvidos pelas regras de Direito Internacional Privado e não pela vontade das partes contratantes¹⁶⁹.

Para Rodas: “perante o *caput* taxativo do art. 9º da Lei de Introdução vigente, não se pode afirmar a existência da autonomia da vontade para a indicação da norma aplicável, no Direito Internacional Privado brasileiro. Fica às partes unicamente o exercício da liberdade contratual na esfera das disposições supletivas da lei aplicável, por determinação da *lex loci contractus*”, este autor acrescenta: “o citado artigo estabelece como elemento de conexão para a substância ou fundo contratual a *lexi loci contractus*, também chamado *lexi loci celebrationis*, em se tratando de contrato entre presentes. Tal elemento de conexão sozinho revelou-se insuficiente para atender às complexidades da substância contratual”. Isso levou alguns autores a fazerem uma distinção, inexistente na vigente Lei de Introdução: validade e efeitos regidos pela lei da constituição da obrigação, enquanto a execução é regida pela lei do lugar da execução. (...) é a lei de residência do proponente... o proponente é sempre o autor da proposta inicial”¹⁷⁰.

Segundo Nádia de Araújo: “(...) a discussão acerca da possibilidade de utilização da autonomia da vontade ocorreu poucas vezes, e foi decidida sempre em prol a interpretação literal do art. 9º, ou seja, pela sua não utilização”, e comenta ainda “o art. 9º da

¹⁶⁸ MELO, Jairo Silva. Op cit. p 66.

¹⁶⁹ Apud RODAS, João Grandino. Op cit. p 53.

¹⁷⁰ RODAS, João Grandino. Op cit. p 59.

Lei de Introdução é referido nos tribunais quando há necessidade de determinar a lei aplicável aos contratos internacionais, pois esta é a regra de conexão por excelência da lei brasileira”¹⁷¹.

Guilherme Bergmann Borges Viera conclui que “a autonomia da vontade das partes para escolher a lei aplicável em um contrato não é aceita pela legislação brasileira, já que nossa lei impõe, como regra, a aplicação da lei do local em que se constituírem as obrigações ou da lei do país onde residir o proponente do contrato”¹⁷².

Franceschini faz uma consideração acerca da LICC:

*“Observa Haroldo Valladão, no que foi secundado por Oscar Tenório, que a Lei de Introdução ao Código Civil, de 1942, premida, de um lado, pela crítica surgida contra o critério da liberdade de escolha e, de outro, pela natureza férrea do regime política da época, não se referiu à autonomia da vontade em tema de obrigações (art. 9º), fazendo intencional omissão da expressão “salvo estipulação em contrário”, encontradiça no art. 13 da antiga Introdução. Chega-se, assim à inarredável conclusão de que, perante o Direito Internacional Privado brasileiro, em face da meridiana mens legis, produto de momento histórico de fácil interpretação, a autonomia da vontade não pode ser reconhecida como elemento de conexão contratual. (...) “Passemos, porém, ao âmago da questão. A lei anterior referia-se à autonomia da vontade. A atual calou, silenciou. Fê-lo, assevera-o pela crítica surgida contra o critério da liberdade de escolha. (...) Se é certa a premissa estabelecida por Oscar Tenório, de que o legislador pretendeu seguir a corrente doutrinária contrária a autonomia da vontade, a única solução para o caso consistirá em se admitir a autonomia da vontade tão-somente no caso em que não esteja em jogo uma lei imperativa”*¹⁷³.

Ora, como bem observa Wilson Batalha, “não nos parece merecer dúvida que o art. 9º da Lei de Introdução se reveste de caráter imperativo...”¹⁷⁴.

A verdade é que, como cientificamente anota Amílcar de Castro: “não existe, portanto, imaginada autonomia da vontade em Direito Internacional Privado: o objeto próprio da vontade das partes é a ‘escolha do lugar’ onde queiram realizar o contrato, e não a

¹⁷¹ ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 201 - 202.

¹⁷² VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p 23.

¹⁷³ FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. A lei e o foro de eleição em tema de contratos internacionais. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 71 a 74.

¹⁷⁴ Apud FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. Op cit. p 72.

escolha ‘do direito’”. Em resumo, diz Osíris Rocha: “a referência à autonomia da vontade é uma impropriedade jurídica, ainda que muito divulgada”. No mesmo sentido, Wilson Batalha: “face a Lei de Introdução ao Código Civil não pode pairar dúvida: inaceitável é a autonomia da vontade para a indicação da lei aplicável. A autonomia da vontade só pode exercer-se no âmbito das normas dispositivas do Direito reputado aplicável”¹⁷⁵.

De fato, como muito bem salienta Serpa Lopes, não há o que confundir, “liberdade contratual” do Direito interno com “autonomia da vontade” do Direito Internacional Privado, nem pode esta modelar-se na primeira. Diz o art. 9º da Lei de Introdução ao Código Civil, imperativamente, que: “para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem”, não havendo lugar para a “autonomia da vontade”. Fixado este elemento de conexão, por norma cogente, verificar-se-á, no âmbito do Direito substantivo (e não do Direito Instrumental) do país em que constituída a obrigação, quais as normas supletivas sobre as quais poderão as partes contratantes fazer prevalecer os princípios da “liberdade contratual”¹⁷⁶.

“Como ficou visto”, ensina Amílcar de Castro, “os contratos em geral são essencialmente dominados pela ‘liberdade das convenções’, mas isso não quer dizer que as partes possam fugir do direito que lhes deva ser imposto, escolhendo outro mais de seu agrado, e sim que, dentro de certos limites, mais ou menos amplos, ‘traçados por disposições imperativas’, as disposições facultativas deixam à vontade dos particulares a regulamentação contratual ‘de seus interesses privados’, o que é coisa muito diferente de escolha do direito por autonomia da vontade”¹⁷⁷.

Lauro da Gama e Souza Júnior afirma “o Brasil é signatário do Código Bustamante (Havana, 1928), que nos arts. 164 a 186 tratou das obrigações e contratos internacionais. Fruto do compromisso das várias correntes então vigentes no direito internacional privado, o Código Bustamante peca pela imprecisão dos critérios de conexão adotados, ora mencionando a lei territorial, ora a lei pessoal, ora a *lex celebrationis*, ora a *lex executionis*. O princípio da autonomia da vontade não é mencionado em nenhuma parte do

¹⁷⁵ Apud FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. Op cit. p 71 a 74.

¹⁷⁶ Apud FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. Op cit. p 71 a 74.

¹⁷⁷ Apud FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. Op cit. p 71 a 74.

Código, razão por que não há consenso doutrinário sobre a sua demissão nos contratos celebrados entre partes vinculadas aos Estados signatários da convenção”¹⁷⁸.

Nesse sentido, registra o descompasso entre a posição doutrinária e a vertente jurisprudencial, em razão de as cortes brasileiras adotarem limites ao princípio de autonomia da vontade no âmbito dos contratos internacionais. Tal concepção representa um obstáculo à dinamização dos contratos preliminares, os quais, pelo seu conteúdo e função econômica, requerem potencialização negocial consensualmente flexibilizada pelas partes contratantes, modificando o conteúdo do negócio jurídico¹⁷⁹.

Carlos Eduardo Abreu Boucault comenta: “a Convenção Interamericana sobre o Direito aplicável aos Contratos Internacionais (CIDIP-V), que se contextualizou na Conferência do México, cujos resultados consubstanciaram a Convenção sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais, assimilou uma etapa significativa para a validação internacional dos contratos, a partir da aplicação de autonomia da vontade na indicação de lei aplicável aos negócios jurídicos internacionais, desde que seja ratificado pelos Estados-partes”¹⁸⁰.

Nádia de Araújo estabelece “a autonomia da vontade aparece como fator determinante da lei aplicável, tendência que teve acolhida nos Estados unidos, pela via jurisprudencial, e posteriormente na Europa, pela via convencional, com a Convenção de Roma sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, de 1980. Embora a teoria da autonomia da vontade tenha sido aceita mundialmente, as regras consubstanciadas pela escola italiana (lei do local da celebração) ainda têm grande utilização nos países de tradição romano-germânica da América Latina¹⁸¹.

¹⁷⁸ SOUZA JR., Lauro da Gama. Os princípios de Unidroit relativos aos contratos comerciais internacionais e sua aplicação nos países do Mercosul. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 440.

¹⁷⁹ BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. O regime jurídico do contrato preliminar e definitivo no direito dos negócios internacionais. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 291.

¹⁸⁰ BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. Op cit.. p. 291.

¹⁸¹ ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 315 – 316.

Guilherme Bergmann Borges Vieira acrescenta que: “a autonomia da vontade, considerada a principal e talvez a única forma de se evitar os conflitos de leis, uma vez que determina forma clara qual será a lei a ser considerada em um contrato, é aceita pelos países da União Européia e pelos Estados Unidos”¹⁸².

É importante salientar, contudo, conforme já foi comentado, que a Convenção de Roma e a Convenção Interamericana contemplam a autonomia da vontade como critério principal, adotando como critério complementar à lei com a qual o contrato apresente um vínculo mais estreito (maiores afinidades e conexões).

Nádia de Araújo explica a Convenção de Roma sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, de 19 de junho de 1980, “é um exemplo da influência da metodologia americana no DIPr Europeu, pois determina como regra de conexão para os contratos internacionais o princípio da proximidade ou dos “vínculos mais estreitos”. Representa um passo importante na modificação do direito conflitual obrigacional dos países signatários. Em vários países, além do seu papel como norma para os signatários, substituiu também as regras internas que regulavam a matéria para terceiros países. Conseqüentemente, a Convenção passou a ser aplicável não só aos contratos de países signatários, mas também, àqueles em que a regra de conexão aplicável a um contrato internacional indique a lei de um dos países signatários como sendo a lei aplicável, caso em que usada também a Convenção”¹⁸³.

E a Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais também é comentada por Nádia de Araújo. Para a autora: “um dos aspectos mais interessantes da convenção é seu campo de aplicação, pois está circunscrita expressamente aos contratos internacionais, contendo uma qualificação autônoma restritiva, e declinando uma lista de situações concretas às quais não se aplica”. Nadia de Araújo afirma que a Convenção: “inova ao estabelecer uma definição para o seu campo de aplicação espacial” e que isso terá como efeito “a modificação das legislações internas dos países que a adotarem, sendo este um elemento uniformizador importante, alinhado a idéias de regras materiais de DIPr”. Para a autora, trata-se de regra substantiva, que substituirá a norma de direito positivo interno, com relação aos co-contratantes, ou mesmo definirá o contrato

¹⁸² VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p 33.

¹⁸³ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 55.

internacional nas legislações desprovidas de tal norma, com é o caso da brasileira (que usa até hoje a definição negativa do artigo segundo do Decreto-lei nº 857/69)¹⁸⁴.

Nesse sentido, muitos países da América Latina optaram ou pela adoção do clássico critério do local da celebração, ou pelo do local da execução. O Brasil, por exemplo, optou pelo critério do local da celebração (art. 9º, *caput*, da LICC). Argentina, Uruguai e Paraguai, por sua vez, adotaram o critério do local da execução. Tem-se, portanto, a ausência de uniformidade entre os países integrantes do Mercosul. Alguns países que recentemente reformaram suas normas de DIPr já demonstram tendência à adoção do critério da autonomia da vontade, como é o caso da Venezuela.

Nádia de Araújo afirma, embora no Brasil haja pouca jurisprudência sobre a questão da autonomia da vontade, o mesmo não se pode dizer a respeito da cláusula de foro – objeto de inúmeras manifestações nos tribunais¹⁸⁵.

O Brasil não reconhece o princípio da autonomia da vontade de escolha da lei aplicável aos contratos internacionais. Existe, entretanto uma exceção, que segundo Nádia de Araújo, ocorre quando as partes optarem pela arbitragem¹⁸⁶.

3.3 A problemática de implementação da Convenção de Viena de 1980 no Brasil

Para podermos explicar a problemática de implementação da Convenção de Viena de 1980 no Brasil, temos que concluir que não existe no ordenamento jurídico atual a autonomia da vontade para a escolha da lei aplicável aos contratos internacionais. Segundo Nádia de Araújo: “não se pode afirmar a existência da autonomia da vontade para escolher a lei aplicável aos contratos internacionais no direito brasileiro, ante o *caput* taxativo do art. 9º da LICC, expresso ao determinar como elemento de conexão a *lex loci contractus*”. Sendo assim, esta autora acrescenta que: “só quando a LICC for modificada, ou for adotada a

¹⁸⁴ ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 78 - 79.

¹⁸⁵ ARAUJO, Nádia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 199 – 200.

¹⁸⁶ ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 436.

Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais (México, 1994), a incorporação do princípio da autonomia da vontade ao direito brasileiro estará garantida”¹⁸⁷.

Uma outra solução apresentada por Nádia de Araujo é a escolha de um foro no qual seja permitida a autonomia da vontade. Afirma que: “é certo que a eleição do foro é permitida no Brasil. Mas há nuances nesta questão, quando se analisa a cláusula em conjunto com a regras de competência internacional”¹⁸⁸.

Lauro da Gama e Souza Jr. afirma que a Convenção pode vir a ser aplicada no Brasil mesmo que não exista a autonomia da vontade em nossa legislação. O autor exemplifica, lembrando que: “a Convenção de Viena também pode vir a ser aplicada no Brasil e no Paraguai, por conta das regras conflituais desses países. Nos termos do art 1º da Convenção, o direito uniforme ali estabelecido aplica-se quando as partes contratantes são domiciliadas no território de Estados-partes na Convenção e, também, quando as regras de conflito aplicáveis ao contrato determinem a aplicação do direito de um dos Estados-partes na Convenção”, isto significa então, segundo este mesmo autor “que as regras da Convenção de Viena pode ser aplicada pelos tribunais brasileiros quando, nos termos do art. 9º da LICC, este for o direito vigente para os contratos internacionais de compra e venda de mercadorias no Estado em que se constituíram as obrigações contratuais (*lex celebrationis*)”, existe ainda uma outra situação estabelecida por Lauro da Gama e Souza Jr. em que, podem ser aplicadas livremente se as partes em litígio submetido à arbitragem se houverem assim convencionado, nos termos do art. 2º da Lei 9.307/96¹⁸⁹.

Lauro da Gama e Souza Jr. faz uma apresentação importante acerca da regulamentação da Convenção de Viena de 1980, pois na América Latina a Argentina e Uruguai a aderiram, e esta estabelece um direito uniforme sobre o contrato de compra e venda internacional de mercadorias para mais de 60 países, dentre os quais: França, Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Japão. Porém, na verdade, a Convenção regula somente a formação do

¹⁸⁷ ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 212.

¹⁸⁸ ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002. p. 213.

¹⁸⁹ SOUZA JR, Lauro da Gama. Op cit. p 458.

contrato e os direitos e obrigações de vendedor e comprador. Afinal, as matérias não governadas pelo texto convencional são disciplinadas pelos princípios gerais em que se baseia a Convenção e, na sua ausência, pelo direito aplicável em virtude das regras de conflito vigentes no foro¹⁹⁰.

Vale ressaltar a necessidade de uma integração comercial entre os países. Esta, segundo Jairo Silva Melo, permitiria: “a liberalização do comércio, fazendo-se necessário viabilizar a uniformização das normas jurídicas relativas aos contratos internacionais, Modernizando-as e possibilitando expressamente a autonomia da vontade entre as partes contratantes”, sendo assim poderia evitar, segundo este autor que: “as regras internas vigentes representem entraves à atividade comercial. Tais adequações podem ser obtidas por Tratados Internacionais que versem especificamente sobre o Direito aplicável aos contratos internacionais”. Observa-se uma necessidade de harmonização das regras aplicáveis aos contratos, no âmbito internacional, a fim de uniformizarem-se os elementos de conexão dos respectivos países participantes das relações internacionais¹⁹¹.

Nota-se, desde já, uma tendência para a uniformização, Jairo Silva Melo acrescenta que mesmo inexistindo uma solução definitiva para o problema de conflito de leis, dever-se-ia elaborar uma lei substantiva uniforme, a qual poderia ser estabelecida por uma Convenção Internacional. De acordo com esse autor: “esta lei poderia determinar quais as normas aplicáveis ao contrato, com a codificação dessas regras substantivas, o que se mostra quase impossível em face da atual complexidade de natureza econômica das relações internacionais” e expõe uma segunda alternativa “seria a celebração de um Acordo sobre as regras de soluções de conflitos de leis, como a uniformização dos elementos de conexão aplicáveis aos contratos, tentativa essa que nos parece impossível, especialmente diante da diversidade dos vários sistemas jurídicos contemporâneos”¹⁹².

Nadia de Araújo afirma: “as Convenções internacionais contendo a nova metodologia e com a finalidade de proteção dos direitos humanos também para o DIPr, poderiam ser utilizadas como fonte também para os países não signatários, substituindo as

¹⁹⁰ SOUZA JR, Lauro da Gama. Op cit. p 435.

¹⁹¹ MELO, Jairo Silva. Op cit. p 74.

¹⁹² MELO, Jairo Silva. Ibidem.

regras da LICC já ultrapassadas”¹⁹³. O Brasil tem algumas soluções para a incorporação da autonomia da vontade em seu ordenamento jurídico, porém, como apresenta a autora “mesmo com a assinatura do Brasil da Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais, que adotou o princípio da autonomia da vontade e traria a uniformidade desejável, ainda não houve sua ratificação. Só depois de sua entrada em vigor, o comércio no interior do mercado comum terá um DIPr uniformizado, trazendo segurança jurídica”¹⁹⁴.

Nadia de Araujo critica o fato de o Brasil não ter evoluído perante a utilização admitida do princípio da autonomia da vontade. Apresenta ainda: “a LICC, no seu art. 9º não menciona o princípio da autonomia da vontade e, embora muitos juristas sejam a favor, o princípio é proibido. Esta afirmação decorre da leitura do artigo que não pode ser comparado com outras normas sobre o tema que o permitem expressamente”. Diante do exposto, a autora menciona o exemplo a seguir: “a Convenção do México sobre a Lei Aplicável aos Contratos Internacionais, que começa a dizer ser o contrato regido pelo direito escolhido pelas partes logo no caput do artigo”¹⁹⁵.

Uma solução adequada exposta pela autora seria: “a substituição do artigo 9º da LICC pelas normas da Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais. A Convenção serviria não só para regular os contratos internacionais entre os parceiros latinos americanos, mas também como regra conflitual a todas as relações contratuais internacionais”¹⁹⁶.

Para João Grandino Rodas, o *caput* do artigo 9º é taxativo e não se pode afirmar a existência da autonomia da vontade para a indicação da lei aplicável no DIPr brasileiro. Ele acredita que resta às partes apenas o exercício da liberdade contratual na esfera das disposições supletivas da lei aplicável, por determinação da regra *lex loci contractus*. Recentemente, João Grandino Rodas posicionou-se pela mudança da LICC, já a lei que não

¹⁹³ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 92.

¹⁹⁴ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 336.

¹⁹⁵ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 323.

¹⁹⁶ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 324.

está assegurando aos operadores do direito, nas transações internacionais, regras adequadas e consentâneas ao desenvolvimento do tema no plano internacional. Essa postura do Brasil, inclusive no momento em que se modifica o Código Civil, tem consequências nefastas para o Mercosul e demais negócios transnacionais, porque ao se sopesar o "custo Brasil", os contratantes levam em conta a certeza ou incerteza jurídica das regras internas. Finaliza apontando que o primitivismo e a inadequação das nossas regras de DIPr são incompatíveis com o papel que queremos desempenhar no mercado internacional¹⁹⁷.

Segundo Lauro da Gama e Souza Jr. “as normas da Convenção do México permitem a eleição, expressa ou tácita, do direito aplicável ao contrato. Subsidiariamente, determinam que o contrato, na ausência de eleição do direito aplicável, será regido pelo direito do Estado com o qual possua os vínculos mais estreitos”¹⁹⁸.

Para Lauro da Gama e Souza Júnior, “sem dúvida, a adoção da Convenção do México pelos países do Mercosul teria o condão de harmonizar suas regras de conflito em matéria de contratação internacional, admitindo, clara e seguramente, o exercício da autonomia da vontade das partes na eleição do direito aplicável, bem assim a utilização de princípios do direito do comércio internacional na regência dos contratos transnacionais”¹⁹⁹.

Lauro da Gama e Souza Jr. afirma; “o sistema atual, a nosso ver, não admite a autonomia da vontade das partes na eleição do direito aplicável aos contratos internacionais, o que é ratificado pela doutrina e jurisprudência majoritárias” e segue comentando: “em linha com a Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais (México, 1994), o art. 11 do Projeto de Lei 4.905/95 modificava substancialmente as regras de conflito aplicáveis em matéria contratual, admitindo amplamente a eleição, pelas partes, da lei aplicável ao contrato”, com isso determina este autor que: “na ausência de escolha expressa ou tácita, a lei aplicável seria aquela do país com o qual o contrato possuísse os

¹⁹⁷ Apud. ARAUJO, Nadia de. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 324.

¹⁹⁸ SOUZA JR, Lauro da Gama. Op cit. p 443,444.

¹⁹⁹ SOUZA JR, Lauro da Gama. Op cit. p 444.

vínculos mais estreitos. Inexplicavelmente o Projeto foi retirado da Câmara dos Deputados, “tendo em vista a necessidade de reexame da matéria”, que até hoje não ocorreu.(...)”²⁰⁰.

Rodas comenta que: “a complexidade com que se apresenta o Direito Internacional Privado em matéria obrigacional é por todos admitida. Entretanto, uma legislação precisa e adequada pode minorar essa dificuldade. Pelos comentários já expendidos, chega-se à conclusão que tal não vem acontecendo com os dispositivos da Lei de Introdução referentes às obrigações”²⁰¹. E expõe que no ano de 1994, a “portaria do Ministério da Justiça instituiu comissão, formada por quatro especialistas, com fito de apresentar anteprojeto de lei que pudesse vir a substituir a Lei de Introdução. (...)” este anteprojeto segundo este autor, “foi enviado à Câmara dos Deputados, acompanhado da Mensagem Presidencial 1.293/94, transformando-se no Projeto de Lei 4.905, de 1995. Às vésperas de ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e já com parecer favorável do Relator”²⁰².

Após longa tramitação, segundo Rodas, o Congresso Nacional aprovou o texto do novo Código Civil, que foi promulgado em 10 de janeiro de 2002. Nos últimos meses houve ampla discussão entre os especialistas sobre o assunto. Entretanto, é de surpreender não ter havido referência ao apêndice ancilar do Código Civil, isto é, a Lei de Introdução²⁰³.

Segundo Maria Helena Diniz, é preciso ressaltar que “a autonomia da vontade só poderá prevalecer quando não estiver conflitante com norma imperativa ou de ordem pública, visto que a função da ordem pública é a de um remédio, para que não se aplique norma estrangeira, se tal aplicação puder lesar o país onde houvesse de se realizar”, e segue afirmando: “tal conflito deverá ser solucionado por normas de direito internacional privado e não pelo princípio da autonomia da vontade dos contratantes”. A autora expõe que esta é a razão pela qual o Projeto de Código de Aplicação das Normas Jurídicas, em seu art.

²⁰⁰ SOUZA JR, Lauro da Gama. Op cit. p. 441,442.

²⁰¹ RODAS, João Grandino. Op cit. p.62.

²⁰² RODAS, João Grandino. Op cit. p. 62 - 63.

²⁰³ RODAS, João Grandino. Op cit. p. 63.

51, após consagrar expressamente a autonomia da vontade, limitada pelo abuso de direito e pela ordem pública, fixou a lei do lugar em que forem contraídas²⁰⁴.

Rodas não considera que o Projeto de Lei 4.905/95 deva ser ressuscitado, pois: “tendo o Executivo nomeado comissão especificamente para preparar projeto de lei para substituir a Lei de Introdução, seus proponentes optaram por mero *aggiornamento*, embora a estrutura da Lei de Introdução, que remontava ao Código Civil alemão de 1896, utilizada por Bevilacqua em seu projeto de 1899, já fosse francamente obsoleta”, e em 1994 às vésperas da intensificação do Mercosul pelo Protocolo de Ouro Preto: “imaginou-se que mera atualização teria maior possibilidade de se transformar em lei em curto espaço de tempo”²⁰⁵.

Não tendo isso ocorrido, Rodas coloca uma alternativa para a substituição da Lei de Introdução, ou seja: “dever-se-iam projetar duas leis autônomas; uma lei de Direito Internacional Privado, para as normas jusprivatistas, e outra lei de aplicação de normas jurídicas, que cuidaria dos aspectos gerais e intertemporais, Dessa maneira, seguir-se-ia a corrente majoritária vigente em direito comparado”. Apresenta como exemplos de países com leis autônomas de direito internacional promulgadas, Suíça (1987), Itália (1995), Tunísia (1998) e Venezuela (1998). E estabelece que: “tendo cabido ao Executivo a responsabilidade pelo aborto subreptício do Projeto de Lei 4.905/95, pode ele redimir-se dando início ao processo, nomeando comissões para preparar o anteprojeto de cada uma das leis, que, uma vez aprovados por ele, seriam colocados em consulta pública, para a final serem remetidos ao Congresso Nacional”²⁰⁶.

Segundo Guilherme Bergmann Borges Vieira: “a possibilidade de as partes escolherem a lei aplicável em um contrato, sem dúvida, seria um passo importante em direção a uma uniformidade jurídica e conseqüentemente a uma maior segurança contratual já que, com a inclusão da autonomia da vontade, elimina-se o conflito de leis ou a dupla vigência”²⁰⁷.

Quanto à *lex mercatoria*, Vieira a caracteriza como: “um direito supranacional utilizado pelas partes contratantes em seus contratos de comércio internacional, se

²⁰⁴ DINIZ, Maria Helena. Op cit. p.280.

²⁰⁵ RODAS, João Grandino. Op cit. p. 63.

²⁰⁶ RODAS, João Grandino. Op cit. p. 63.

²⁰⁷ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit.. p. 25.

por um lado apresenta benefícios claros (entre eles maior segurança jurídica, agilidade e rapidez na solução de conflitos e disputas legais), por outro, podemos imaginar alguns inconvenientes”²⁰⁸.

Segundo Engelberg (1992), quando o Estado, responsável pela elaboração de normas, abre mão dessa sua função-poder, causa graves danos à sua soberania e enormes prejuízos para seus tutelados. Isso poderia ser evidenciado em uma decisão envolvendo duas empresas, no caso de uma ter maior poder econômico do que a outra e, por esse motivo, ser beneficiada²⁰⁹.

Para Vieira: “é inegável a importância da *lex mercatoria* como propulsora do comércio através dos contratos-tipo, condições gerais, Incoterms e arbitragem internacional”²¹⁰.

Nádia de Araújo demonstra em sua obra que “a permissão para a escolha pelas partes de mais de uma lei ao contrato é um dos pontos a ser introduzido em uma reforma da LICC, cujas regras estão muito aquém das necessidades dos Contratos internacionais” e segue comentando, “como as tentativas de modificação da legislação não obtiveram êxito, e tendo o Brasil participado da CIDIP V, a melhor solução seria ratificar a Convenção do México sobre Direito Aplicável aos Contratos Internacionais, de 1994, e substituir o art. 9º pela Convenção, como procedeu a Itália, que adotou em sua nova lei de DIPr a Convenção de Roma”²¹¹.

Para Nadia de Araújo: “o DIPr brasileiro clama pela substituição da ultrapassada Lei de Introdução ao Código Civil de 1942 por uma lei que incorpore as mudanças ocorridas no cenário mundial- incluídas no ordenamento jurídico pelas convenções internacionais e, no plano interno, pela Constituição de 1988 e o Novo Código Civil”²¹².

²⁰⁸ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit.. p. 25.

²⁰⁹ Apud. VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 25.

²¹⁰ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 25.

²¹¹ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 328.

²¹² ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 328.

Maria Helena Diniz lembra que: “com a assinatura e ratificação pelo Brasil da Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais, em 1994, o critério da *lex loci celebrationis* cederá espaço ao direito escolhido pelas partes, proporcionando a aplicação da lei mais estreitamente ligada ao contrato e apropriada à relação jurídica contratual e exaltando o princípio da autonomia da vontade na escolha da lei aplicável”, sendo assim, afirma que “as partes devem eleger o direito vigente de um país, não podendo escolher o da *lex mercatoria* ou o de um organismo privado”²¹³.

No contexto do Mercosul, Lauro da Gama e Souza Jr. afirma que: “basta que os seus membros ratifiquem a Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais (México, 1994), para que a região possa dispor de um moderno sistema de normas sobre os contratos internacionais, incluindo a autonomia da vontade em matéria conflitual e a possibilidade de utilização de normas gerais do comércio internacional”²¹⁴.

Palavras indignadas de João Grandino Rodas, afirmam:

“O primitivismo e a inadequação de nossas regras de direito internacional privado são incompatíveis com o fato de o Brasil ser o condottieri no processo de integração regional e de buscar papel destacado no processo integrativo hemisférico. Esse paradoxo recrudescer, se considerarmos que a nona economia do mundo vem, de longa data, buscando incrementar suas exportações, tendo sido proclamada, recentemente, sua indispensabilidade: ‘exportação ou morte’ ou ‘exportação para viver’²¹⁵”.

Conforme citado, Lauro da Gama estabelece: “o Brasil, cuja respeitabilidade jurídica é incontestável, mesmo no plano internacional, não merece essa espantosa omissão”²¹⁶.

Quanto à questão da inclusão da autonomia da vontade no direito brasileiro, um importante passo foi dado pelo país na V Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado, CIDIP V, realizada em 1994, na Cidade do México. Dessa Conferência, segundo Vieira, “surtiu a Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais, a qual contempla, como princípio geral, a autonomia da

²¹³ DINIZ, Maria Helena. Op cit. p.283.

²¹⁴ SOUZA JR, Lauro da Gama. Op cit. p 461.

²¹⁵ Apud SOUZA JR, Lauro da Gama. Op cit. p 462 - 463.

²¹⁶ SOUZA JR, Lauro da Gama. Op cit. p 463.

vontade, ou seja, permite às partes contratantes a escolha da lei aplicável em um contrato, a qual poderá ser a lei do país do exportador, a lei do país do importador ou, até mesmo, a lei de um terceiro país”. Na falta de identificação da lei escolhida pelas partes, ou seja, quando as partes não escolherem nenhuma lei a ser aplicada ao contrato, é considerada aplicável a lei do país com o qual o contrato apresente vínculos mais estreitos²¹⁷.

Vieira define a inclusão da autonomia da vontade como “uma forma eficaz de resolver a problemática da lei aplicável. Mas, embora o Brasil seja signatário da Convenção Interamericana de 1994, para que a mesma entre em vigor no país, é necessário antes que seja incorporada ao ordenamento jurídico interno”²¹⁸.

Segundo este autor isso ocorre da seguinte forma, já que todo tratado ou Convenção apresenta as mesmas fases gerais de elaboração:

1. *“Negociação da Convenção por agentes do Poder Executivo.*
2. *Assinatura por agentes do país munidos de Cartas de Plenos Poderes. A Convenção de Viena sobre direito aplicável aos contratos internacionais dispõe, em seu art. 72 n° 2, o seguinte:*
“Em virtude de suas funções e independentemente da apresentação de plenos poderes, são considerados representantes do seu Estado: a) os chefes de Estado, os chefes de governo e os ministros das Relações Exteriores, para os atos relativos à conclusão de um tratado; b) os chefes de missão diplomática, para a adoção do texto de um tratado.”
3. *Submissão do ato pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, encaminhando-o à Câmara dos Deputados.*
4. *Discussão e aprovação nas comissões interessadas da Câmara dos Deputados e do Senado.*
5. *Autorização para ratificação do tratado ou convenção através de Decreto Legislativo*²¹⁹.
6. *Troca ou depósito do instrumento de ratificação.*
7. *Registro e publicação na ordem jurídica internacional.*
8. *Promulgação do ato internacional através de decreto do Presidente da República.*
9. *Publicação no “Diário Oficial”, como condição de sua aplicabilidade*”²²⁰.

²¹⁷ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 26.

²¹⁸ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 26.

²¹⁹ Frase alterada, versão original como: “ratificação do tratado ou convenção através de Decreto Legislativo”.

²²⁰ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 26 - 27.

Este fato corrobora a definição de Lafayette Rodrigues Pereira, de que a ratificação é o ato pelo qual o chefe do Estado aprova, confirma e aceita o tratado celebrado por seus mandatários e formalmente se obriga a cumpri-los fazê-los executar, feita no início do século ²²¹.

A Convenção Interamericana foi assinada pelo Brasil, porém ainda não houve ratificação por intermédio de Decreto Legislativo. De qualquer forma, mesmo após aprovada e já em vigor, a Convenção só se aplicaria aos contratos envolvendo brasileiros e partes domiciliadas em um dos países signatários, o que provocaria uma dualidade de regras em relação à autonomia da vontade: uma, determinada pela referida Convenção, válida somente entre Estados - Partes (nesses casos seria aceita a autonomia da vontade das partes para escolher a lei aplicável ao contrato). Os demais casos são determinados pela Lei de Introdução ao Código Civil, nos quais não seria aceita a autonomia da vontade das partes contratantes para escolher a lei aplicável ao contrato, valendo as disposições do art. 9º da LICC. Seria, portanto, segundo Vieira, “conveniente que, após a entrada em vigor da Convenção, a autonomia da vontade fosse totalmente incorporada por nosso ordenamento jurídico e aceita em caráter geral pela legislação brasileira, como ocorre em grande parte dos países desenvolvidos. No Brasil, ainda vigora a Lei de Introdução ao Código Civil de 1942”²²².

Diante do exposto, podemos responder a pergunta feita no Capítulo 1 por Vieira, ou seja, podemos concluir que, até o presente momento, a Convenção de Viena não afeta exportadores e importadores brasileiros em casos de contratos entre presentes firmados no Brasil, quando seja aplicada a lei brasileira. Porém, ainda segundo este autor: “sempre que for aplicável a lei de um país que tenha ratificado a Convenção de Viena (contratos firmados fora do país, em países que adotem essa Convenção), a mesma será de interesse nossos exportadores e importadores”²²³.

Outro caso exposto por este autor seria o de contratos entre ausentes, onde também poderá ser aplicada a Convenção de Viena, desde que o país onde reside o próprio a

²²¹ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 133 – 134.

²²² VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 27, 28.

²²³ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 28, 29.

tenha ratificado. No futuro, poderá ser ampliado o âmbito de aplicação da Convenção e, conseqüentemente, seu interesse para os exportadores e importadores brasileiros. Isso poderá ocorrer de duas maneiras²²⁴:

1. “com a ratificação por parte do Brasil da referida Convenção;

Ou seja, da Convenção Interamericana de 1994, ou:

2. por uma alteração de nossa LICC que venha a aceitar o princípio da autonomia da vontade das partes para escolher a lei aplicável em seus contratos internacionais de compra e venda”²²⁵.

Outra possibilidade apresentada pelo autor, seria a inclusão da autonomia da vontade no sistema jurídico brasileiro, que “permitiria que as partes determinassem em seu contrato fosse aplicada a lei de um país que tivesse ratificado a Convenção. A inclusão da autonomia da vontade é uma tendência mundial, vista como uma importante (e talvez a única) alternativa para resolver a problemática dos conflitos legais e da determinação da lei aplicável”. Exemplo disto é a União Européia que adotou a Convenção de Roma, que unifica as normas jurídicas dos países do bloco e determina a lei aplicável às obrigações jurídicas contratuais. Esta contempla o princípio da autonomia da vontade das partes quanto à escolha da lei aplicável, sendo essa a forma encontrada para harmonizar as normas jurídicas de seus Países - membros²²⁶.

Contudo, por mais que a Convenção, em alguns casos, não afete os exportadores e importadores brasileiros é importante que estes conheçam a fundo a Convenção de Viena de 1980 e passem a utilizá-la, visto que há uma tendência de que tenha ela cada vez mais lugar em seus contratos de exportação e importação²²⁷.

Em resumo, segundo Franceschini, “o Direito Internacional Privado brasileiro vigente não acolhe a autonomia da vontade como elemento de conexão em tema de

²²⁴ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 29.

²²⁵ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 29.

²²⁶ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 29.

²²⁷ VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Op cit. p. 29.

competência legislativa relativa a contratos, podendo as partes contratantes, tão-somente, exercer sua liberdade contratual no âmbito das regras supletivas da lei aplicável imperativamente, determinada pela *lexi loci contractus*”²²⁸.

Nádia de Araújo conclui que as regras de Direito Internacional privado são dispersas, no plano legislativo continua a LICC e o projeto que poderia modificá-la não foi adiante (Projeto 4.905/95). A Lei de arbitragem é pouco usada também, apesar do avanço²²⁹.

Percebemos que, existem muitos mais problemas, discussões e barreiras perante o nosso ordenamento jurídico do que imaginávamos. Citamos, por exemplo: críticas a respeito do art. 9^a da LICC, a falta de autonomia da vontade no nosso ordenamento jurídico, a autonomia da vontade que existia na LICC 1916 e que na nossa lei vigente não existe, o anteprojeto para a substituição da atual LICC que foi retirado da Câmara dos Deputados, a falta de interesse pelo Brasil da adoção pela Convenção Interamericana de 1994, o que uniformizaria do Mercosul.

Para a implementação da Convenção no Brasil existem algumas possíveis soluções apresentadas, como a alteração da nossa LICC para a incorporação da autonomia da vontade em nosso ordenamento, a ratificação da Convenção Interamericana de 1994, o que não resolveria o problema totalmente. Somente perante os países signatários haveria a autonomia desejada, enquanto em outros casos seria utilizado o art. 9º da LICC. Falta interesse por parte dos exportadores e importadores brasileiros, assim como do Governo Brasileiro. Afinal, quando, se existe a possibilidade que um projeto como o 4.905/95, este inexplicavelmente sai de pauta, porém, como afirmam alguns autores, não devendo ser ressuscitado agora. Soluções existem, mas falta interesse e há muita lentidão por parte do Brasil para a ratificação de Tratados e Convenções Internacionais.

²²⁸ FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. Op cit. p 74.

²²⁹ ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 179.

CONCLUSÃO

A Convenção das Nações Unidas sobre contrato de compra e venda internacional de mercadorias de 1980 é uma tentativa de uniformizar o direito relativo à compra e venda de mercadorias no comércio internacional. Sendo assim, trata-se de instrumento muito importante para os importadores e exportadores do mundo inteiro, pois facilita a regulamentação do contrato de compra e venda de mercadorias.

O processo de uniformização foi iniciado na década de 1930. Porém, com o advento da Segunda Guerra Mundial, esses esforços foram interrompidos, sendo retomados nos anos sessenta do século XX, resultando em duas Convenções de Haia: a LUVI e LUFC. Essas duas foram celebradas em 1964, entrando em vigor somente em 1972. As Convenções não obtiveram sucesso. Vários autores comentam o fracasso ter sido produto de uma tradição da Europa Ocidental, pela ausência de países em desenvolvimento na sua elaboração ou mesmo pelo fato do instituto que as elaborou ter sido criado na década de 20 e as convenções já não se adequarem a realidade da época.

A UNCITRAL ficou encarregada pela revisão e reconstrução dos textos das duas Convenções de Haia de 1964. A primeira fase serviu apenas para comentários. Logo depois foi criado um grupo de trabalho com 15 países, dentre eles o Brasil. Este grupo tinha a intenção de que se incorporassem à Convenção interesses culturais, econômicos, jurídicos e políticos de diversos países, uma vez que perspectiva do projeto original estava muito relacionada a interesses dos países desenvolvidos. Houve várias barreiras, como as diferenças culturais, a divergência dos interesses do primeiro e terceiro mundo.

Na X Conferência da UNCITRAL, em Viena, foi ratificado o Projeto da convenção sobre compra e venda internacional. Na Sessão seguinte, em Nova York, foi ratificado o Projeto da convenção sobre a Formação do contrato de Compra e Venda Internacional. Em 16/06/1978, a comissão entendeu pela junção de ambos os projetos, tornando-se, então, em um único Projeto da Convenção sobre o Contrato de Compra e Venda Internacional.

Em março de 1980, foi convocada, em Viena, uma conferência com representantes de 62 Estados membros da ONU e oito organizações internacionais. É importante ressaltar neste ponto, que o Brasil foi um participante ativo durante os trabalhos. A Convenção foi aprovada sem votos contrários. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 1988, em 11 países.

A Convenção de Viena contém 101 artigos divididos em 04 partes: a primeira sobre o campo de aplicação e disposições gerais, a segunda versa a respeito das normas sobre a formação do contrato e a terceira sobre o direito e obrigações do vendedor e comprador. A última parte, dispõe sobre as obrigações dos Estados Partes.

As reservas estão presentes na quarta parte. Foram uma forma mais adequada para a maior aceitação dos países para preservar seus interesses. Os Estados Partes podem, apresentar reservas para não aplicabilidade das partes II ou III. Essa medida, porém, é criticada por alguns autores, pois existem remissões feitas pela parte III à II que perdem seu sentido se apenas uma das partes for adotada. Outra reserva refere-se à cláusula territorial, segundo o qual o Estado pode declarar que a Convenção não se aplica a todas as suas unidades territoriais.

Os estados também podem declarar que não adotam o artigo 1º, parágrafo 1º, alínea “b”, para preservar que a Convenção, quando utilizada, seja somente entre as partes signatárias.

A Convenção é uma lei uniforme muito importante adotada por mais de 60 nações, dentre elas, os principais protagonistas do comércio internacional. É um instrumento de crescente aceitação e evolução do Direito Comercial Internacional.

É importante que o Brasil dê andamento ao processo de ratificação da Convenção de Viena de 1980. Entretanto, antes disso a nossa LICC deve passar por modificações para a inclusão da autonomia da vontade no nosso ordenamento jurídico.

Como resultado deste trabalho, pudemos observar que o Brasil pode solucionar as dificuldades relacionadas aos obstáculos ao princípio da autonomia da vontade de diversas formas, como, por exemplo, a incorporação da autonomia da vontade à LICC,

fazendo uma alteração no art. 9º. Pode, também, ratificar a Convenção do México de 1994. Isso seria benéfico ao Mercosul, pois daria uniformidade ao ordenamento dos países integrantes, e assim existiria autonomia da vontade no Brasil. No entanto, a Convenção do México teria que ser incorporada à LICC, senão não resolveria totalmente o problema da falta de autonomia da vontade, pois esta somente poderia ser utilizada com os seus países signatários.

Poder-se-ia, ainda, resgatar o Projeto nº. 4.905/95, que mudaria a LICC para melhor adequar-se à realidade atual. Em todo o caso, a Convenção de Viena de 1980 poderá, mesmo assim, ser utilizada, quando, segundo a LICC, art. 9º, prever que a lei será de um país que a tenha ratificado sem a reserva de que tenham que ambas as partes ser signatárias. O interessante é que, no ordenamento jurídico de 1916, existia a autonomia da vontade, sendo modificada então na LICC de 1942.

Podemos concluir que a Convenção de Viena de 1980 é um instrumento que vem sendo trabalhado há muito tempo, sendo adequada à realidade comercial. Esta foi formulada com reservas para a melhor adesão dos países, visto que no passado com as Convenções de Haia não obtiveram sucesso.

O Brasil cresce a cada dia, tem aumentado a sua participação no comércio internacional e deveria ratificar a Convenção de Viena. Claro, que os exportadores e importadores brasileiros devem ter maior conhecimento desta Convenção, para que possam perceber o benefício que esta trará e o conforto com as regras adequadas aos contratos de compra e venda de mercadorias.

Com a realização deste trabalho, pude perceber que o Brasil tem regras muito obsoletas com relação ao Direito Internacional Privado, pois deveria existir uma norma interna somente para esta finalidade, ou a incorporação da Convenção do México, assim como a União Européia o fez, aderindo à Convenção de Roma de 1980.

A princípio, pensei que os problemas existentes para a implementação da Convenção de Viena de 1980 fossem poucos. Vejo, porém, que é um problema que vem sendo discutido há muitos anos, e que a autonomia da vontade é um tema em constante discussão entre os autores e teóricos do ramo do Direito Internacional Privado, do Direito

Comercial Internacional e de Contratos internacionais. E para que a Convenção entre em vigor no Brasil, existem várias barreiras que devem ser enfrentadas. O poder público deve colaborar, pois já foi feito um projeto para a modificação da LICC e este foi retirado de pauta da Câmara dos Deputados.

Este trabalho poderá ser aprofundado no futuro, pois consegui descobrir e aprender muito sobre o Direito Internacional Privado e os Contratos Internacionais. Uma maior pesquisa do tema seria interessante, em termos de Direito. Encontramos um site Brasileiro formulado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), porém o mesmo não tem tido uma atenção especial nos últimos tempos, por ter sido atualizado somente até 1998. É importante ressaltar que entramos em contato eletrônico com a ONU e a UNCITRAL para dados mais atualizados dos países signatários obtendo uma resposta rápida e consistente.

Creio que este trabalho pode ser uma singela contribuição para os estudiosos da área de Relações Internacionais, Contratos Internacionais, Direito Internacional Privado e Direito Comercial Internacional. É um tema de grande importância para a área Internacional, porém um pouco esquecido. Esta foi a primeira etapa de muitas que estão por vir. Esse trabalho contribuiu para a minha graduação de maneira extremamente importante, devido ao grande aprendizado adquirido.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais e a jurisprudência brasileira: Lei aplicável, ordem pública e cláusula de eleição de foro. In Contratos internacionais. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002.

ARAUJO, Nadia de. Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e Convenções Internacionais. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. O regime jurídico do contrato preliminar e definitivo no direito dos negócios internacionais. In **Contratos internacionais**. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002.

Cartilha: “Brasil Exportador, O País todo participando”.

Convenção de Viena de 1980. Versão em português. Traduzida pelo professor Eduardo Grebler. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/portugues.html#cisg>) Acesso em: 30 out. 2004.

Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais (Convenção de Roma de 1980). Versão em português. Disponível em: (http://www.romeconvention.org/instruments/i_conv_orig_pt.htm) Acesso em: 20 de nov. 2004.

Convenção Interamericana sobre Direito Aplicável aos Contratos Internacionais. Versão em português. Disponível em: (<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-56.htm>). Acesso em: 20 de nov. 2004.

COSTA, Judith Martins. **Os princípios informadores do Contrato de Compra e Venda na Convenção de Viena de 1980**. Disponível em:

(<http://www.uff.br/cisgbrasil/pcosta.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

DINIZ, Maria Helena. Lei de introdução ao código civil brasileira interpretada. 10. ed. adaptada à Lei n. 10.406/2002. São Paulo: Saraiva, 2004.

ENGELBERG, Esther. Contratos internacionais de Comércio. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. A lei e o foro de eleição em tema de contratos internacionais. In **Contratos internacionais**, por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002.

GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. **Breves Comentários sobre a Convenção de Viena de 1980**. Palestra proferida no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 11 de agosto de 1998. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

GALINDO DA FONSECA, Patrícia Bezerra de Menezes. **O Brasil perante uma Nova Perspectiva de Direito Mercantil Internacional**. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/tgalindo.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Foro Competente e lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Ltr, 2002.

GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. Lei aplicável aos contratos internacionais. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

GREBLER, Eduardo. O contrato de venda internacional de mercadorias. Disponível em: (<http://www.uff.br/cisgbrasil/pgrebler.html>) Acesso em: 30 out. 2004.

Lei de Introdução ao Código Civil de 1942 (LICC). Disponível em: (<http://www.soleis.adv.br/leiintroducaocodigocivil.htm>). Acesso em: 20 de nov. de 2004.

MELO, Jairo Silva. Contratos internacionais e cláusulas de hardship. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. Batalha das formas e negociação nos contratos internacionais. In **Contratos internacionais**. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002.

RODAS, João Grandino. Elementos de conexão do direito internacional privado brasileira relativamente às obrigações contratuais. In **Contratos internacionais**. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002.

SOUZA JR., Lauro da Gama. Os princípios de Unidroit relativos aos contratos comerciais internacionais e sua aplicação nos países do Mercosul. In **Contratos internacionais**. por João Grandino Rodas (coord.). 3. ed. ver. Atual e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2002.

STRENGER, Irineu. Da autonomia da vontade: direito interno e internacional. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2000.

VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Regulamentação no Comércio Internacional: aspectos contratuais e implicações práticas. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

Reportagem recebida pela assessoria de Comunicação do MDIC, no dia 18/10/2004. e-mail: ascom@desenvolvimento.gov.br

Reportagem publicada no dia 14/10/2004, no Valor Econômico, “A Exportação não se restringe a produtos e serviços; exportamos agora a nossa imagem”. In Rumo aos US\$ 100 bilhões. Recebida por e-mail, pela assessoria da APEX – Brasil, no dia 18/10/2004. e-mail: ana@apexbrasil.com.br

ANEXOS

Anexo I – Convenção de Viena de 1980 – versão em português (traduzida pelo professor Eduardo Grebler)

Anexo II – Convenção do México de 1994

Anexo III – Convenção de Roma de 1980

Anexo IV – Lei de Introdução ao Código Civil – 1942

Anexo V – Projeto 4.905/95

ANEXO I

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS

Reproduzido com a autorização do professor Eduardo Grebler

PARTE I

CAMPO DE APLICAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

CAMPO DE APLICAÇÃO

Artigo 1

1. Esta Convenção aplica-se aos contratos de compra e venda de mercadorias entre partes que tenham seus estabelecimentos em Estados distintos:
 - a) quando tais Estados sejam Estados Contratantes; ou
 - b) quando as regras de direito internacional levarem à aplicação da lei de um Estado Contratante.
2. Não será considerado o fato de os contraentes terem seus estabelecimentos em Estados distintos, quando tal circunstância não se originar do contrato, nem das tratativas entre os contraentes, nem de informações por eles prestadas antes ou no momento de celebração do contrato.
3. Não serão levados em consideração, para a aplicação da presente Convenção, a nacionalidade dos contraentes, nem o caráter civil ou comercial dos contraentes ou do contrato.

Artigo 2

Esta Convenção não se aplica às vendas:

- a) de mercadorias adquiridas para uso pessoal, familiar ou doméstico, salvo se o vendedor, antes ou no momento de celebração do contrato, não soubesse nem devesse saber que as mercadorias eram adquiridas para tal uso;
- b) em hasta pública;
- c) em execução judicial;
- d) de valores mobiliários, títulos de crédito e moeda;
- e) de navios, embarcações, aerobarcos e aeronaves;
- f) de eletricidade.

Artigo 3

1. São considerados contratos de compra e venda os contratos de fornecimento de mercadorias a serem fabricadas ou produzidas, salvo se a parte que as encomendar tiver de fornecer parcela substancial dos materiais necessários à fabricação ou à produção.
2. Não se aplica esta Convenção aos contratos em que a parcela preponderante das obrigações do fornecedor das mercadorias consistir no fornecimento de mão-de-obra ou de outros serviços.

Artigo 4

Esta Convenção regula apenas a formação do contrato de compra e venda e os direitos e obrigações do vendedor e comprador emergentes desse contrato. Salvo disposição expressa em contrário da presente Convenção, esta não diz respeito, em especial, a:

- a) validade do contrato ou de qualquer das suas cláusulas, bem como à validade dos usos;
- b) os efeitos que o contrato possa ter sobre a propriedade das mercadorias vendidas.

Artigo 5

A presente Convenção não se aplica à responsabilidade do vendedor pela morte ou lesões corporais causadas pelas mercadorias a qualquer pessoa.

Artigo 6

As partes podem excluir a aplicação desta Convenção, derrogar qualquer de suas disposições ou modificar-lhes os efeitos, sem prejuízo do disposto em seu artigo 12.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 7

1. Na interpretação desta Convenção ter-se-ão em conta seu caráter internacional e a necessidade de promover a uniformidade sua aplicação, bem como de assegurar o respeito à boa-fé no comércio internacional.
2. As questões referentes às matérias reguladas por esta Convenção que não forem expressamente resolvidas por ela, serão dirimidas segundo os princípios gerais que a inspiram ou, na falta destes, de acordo com a lei aplicável segundo as regras de direito internacional privado.

Artigo 8

1. Para os fins desta Convenção, as declarações e a conduta de um contraente devem ser interpretadas segundo a intenção deste, sempre que o outro contraente tenha tido conhecimento ou não pudesse ignorar tal intenção.
2. Não sendo aplicável o parágrafo anterior, as declarações e a conduta de um contraente devem ser interpretadas segundo o sentido que teria sido dado por pessoa razoável, com qualificação igual e na mesma situação do outro contraente.
3. Para determinar a intenção de um contraente, ou o sentido que teria sido dado por pessoa razoável, devem-se levar em consideração todas as circunstâncias pertinentes ao caso, particularmente as negociações, quaisquer práticas que os contraentes hajam estabelecido entre si, os usos e a conduta subsequente dos contraentes.

Artigo 9

1. Os contratantes vinculam-se pelos usos em que consentiram, e pelas práticas que tenham estabelecido entre si.
2. Salvo acordo em contrário, presume-se que os contraentes consideraram tacitamente aplicáveis ao contrato, ou à sua formação, todo e qualquer uso de que tinham ou deveriam ter conhecimento e que seja geralmente reconhecido e regularmente observado, no comércio internacional, por contraentes em contratos de mesmo tipo, no ramo comercial em causa.

Artigo 10

Para os fins da presente Convenção:

- a) se um contraente tiver mais de um estabelecimento, será considerado local do negócio aquele que tiver relação mais estreita com o contrato e sua execução, tendo em vista as circunstâncias conhecidas pelos contraentes, ou por eles consideradas antes ou no momento de celebração do contrato;
- b) se um contraente não tiver estabelecimento, considerar-se-á sua residência habitual.

Artigo 11

O contrato de compra e venda não necessita instrumento escrito, nem está sujeito a qualquer requisito de forma. O contrato pode ser provado por qualquer meio, inclusive por testemunhas.

Artigo 12

Não se aplicará qualquer disposição dos artigos 11 e 29, ou da Parte II desta Convenção, que permita a celebração, alteração ou rescisão do contrato de compra e venda, ou a oferta, aceitação ou qualquer manifestação de intenção, por outra forma que não a escrita, quando um dos contraentes tiver seu estabelecimento em Estado Contratante que tenha feito a declaração prevista no artigo 96 desta Convenção. O presente artigo não poderá ser derogado, nem modificados os seus efeitos pelos contraentes.

Artigo 13

Para os fins desta Convenção, o termo "escrito" abrange o telegrama e o telex.

PARTE II

FORMAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 14

1. Para constituir oferta, a proposta de contrato feita a pessoa ou pessoas determinadas deve ser suficientemente precisa e indicar a intenção do proponente de obrigar-se, em caso de aceitação. A proposta é considerada suficientemente precisa quando designa as mercadorias e, expressa ou implicitamente, fixa a quantidade e o preço, ou prevê meio para determiná-los.
2. A proposta dirigida a pessoas indeterminadas é considerada apenas como convite para apresentação de ofertas, salvo se o autor da proposta houver indicado claramente o contrário.

Artigo 15

1. A oferta torna-se eficaz quando chega ao destinatário.
2. A oferta, ainda que irrevogável, pode ser retirada desde que a retratação chegue ao destinatário antes ou simultaneamente à oferta.

Artigo 16

1. A oferta pode ser revogada até que seja concluído o contrato, se a revogação chegar ao destinatário antes deste expedir a aceitação.
2. A oferta não pode, porém, ser revogada:
 - a) se fixar prazo para aceitação, ou por outro modo indicar que seja irrevogável;
 - b) se era razoável que o destinatário a considerasse irrevogável, e houver agido em consequência da oferta.

Artigo 17

A oferta de contrato, mesmo quando irrevogável, extingue-se no momento em que sua recusa chega ao proponente.

Artigo 18

1. Constitui aceitação a declaração ou outra conduta do destinatário manifestando seu consentimento à oferta. O silêncio ou a falta de ação, por si só, não vale aceitação.
2. A aceitação da oferta torna-se eficaz no momento em que chega ao proponente a manifestação de consentimento. Não produz efeito a aceitação se a manifestação não chegar ao proponente dentro do prazo por ele estipulado ou, na falta desta estipulação, dentro de prazo razoável, tendo em vista as circunstâncias da transação, em especial a velocidade dos meios de comunicação utilizados pelo proponente. A aceitação da oferta verbal deve ser imediata, salvo se outra coisa resultar das circunstâncias.
3. Se, todavia, em decorrência da oferta, de práticas estabelecidas pelos contraentes entre si ou dos usos, o destinatário da oferta puder manifestar seu consentimento através da prática de ato relativo, por exemplo, à remessa das mercadorias ou ao pagamento do preço, sem comunicação ao proponente, a aceitação produz efeito no momento em que tal ato seja praticado, desde que o seja nos prazos previstos no parágrafo anterior.

Artigo 19

1. A resposta que pretenda constituir aceitação da oferta mas contenha aditamentos, limitações ou outras modificações, representa recusa da oferta e constitui contra-proposta.

2. Se, todavia, a resposta que pretenda constituir aceitação da oferta contiver elementos complementares ou diferentes que não alterem substancialmente as condições da oferta, constituirá aceitação, salvo se o proponente, sem demora injustificada, objetar verbalmente às diferenças ou advertir a respeito delas. Não o fazendo, as condições do contrato são as constantes da proposta com as modificações contidas na aceitação.

3. São consideradas alterações substanciais das condições da oferta as adições ou diferenças relativas, em particular, a preço, pagamento, qualidade e quantidade das mercadorias, lugar e momento da entrega, extensão da responsabilidade de um contraente perante o outro, e solução de controvérsias.

Artigo 20

1. O prazo de aceitação fixado pelo proponente em telegrama ou em carta começa a fluir no momento em que o telegrama for entregue para expedição, ou na data constante da carta ou, na falta desta, na data que constar do envelope. O prazo de aceitação que o proponente fixar por telefone, telex ou outro meio de comunicação instantâneo, começa a fluir no momento em que a proposta chega ao destinatário.

2. São considerados na contagem do prazo os dias feriados oficiais ou os dias não úteis nele compreendidos. Todavia, caso a comunicação de aceitação não possa ser entregue no endereço do autor da oferta no último dia do prazo, por ser dia feriado ou dia não útil no local do estabelecimento do proponente, o prazo considera-se prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

Artigo 21

1. A aceitação tardia produz efeito de aceitação caso o proponente, sem demora, informe verbalmente ou envie comunicação neste sentido ao destinatário.

2. Produz efeito de aceitação a manifestação tardia, no caso de que a carta ou outra comunicação escrita que a contenha permita concluir ter sido expedida em condições de chegar a tempo ao proponente, caso tivesse tido transmissão regular, salvo se o proponente, sem demora, informar ao destinatário que considera caduca sua oferta.

Artigo 22

A aceitação pode ser retirada, caso a retratação chegue ao proponente antes ou no momento em que a aceitação tornar-se-ia eficaz.

Artigo 23

O contrato considera-se celebrado no momento em que a aceitação da oferta se tornar eficaz, de acordo com as disposições desta Convenção.

Artigo 24

Para os fins desta Parte da Convenção, considera-se que a oferta, a manifestação de aceitação ou qualquer outra manifestação de intenção "chega" ao destinatário quando efetuada verbalmente, quando seja entregue pessoalmente por qualquer outro meio, no seu estabelecimento, endereço postal, ou, na falta destes, na sua residência habitual.

PARTE III

COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25

Considera-se essencial a violação contratual cometida por um dos contraentes que causar ao outro contraente prejuízo tal que substancialmente o prive daquilo que poderia legitimamente esperar do contrato, salvo na hipótese de que o contraente faltoso não tenha previsto tal resultado, e que este não pudesse ser previsto, em igual situação, por pessoa razoável de mesma condição.

Artigo 26

A declaração de resolução do contrato torna-se eficaz somente quando notificada por um contraente ao outro.

Artigo 27

Salvo disposição expressa em contrário nesta Parte da Convenção, o atraso ou erro que possa produzir-se na transmissão de notificação, pedido ou outra comunicação feita por um contraente, de conformidade com esta Parte da Convenção e por meios adequados às circunstâncias, ou o fato de não ter chegado a seu destino, não prejudica o direito deste contraente de valer-se da referida comunicação.

Artigo 28

Se, de conformidade com as disposições da presente Convenção, um dos contraentes tiver o direito de exigir do outro o cumprimento de certa obrigação, o tribunal não está obrigado a ordenar sua execução específica, salvo se estiver autorizado a fazê-lo por seu direito nacional aplicável a contratos de compra e venda semelhantes, não regidos pela presente Convenção.

Artigo 29

1. O contrato pode ser modificado ou resilido por simples acordo entre os contraentes.
2. O contrato escrito que contenha disposição prevendo que somente por escrito se possa fazer qualquer modificação ou resilição, não pode por outra forma ser modificado ou resilido. Todavia, qualquer dos contraentes fica vinculado por sua própria conduta, não podendo invocar esta disposição se o outro contraente houver-se baseado em tal conduta.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR

Artigo 30

O vendedor obriga-se, nas condições previstas no contrato e na presente Convenção, a entregar as mercadorias, a transmitir a propriedade sobre elas e, sendo o caso, a remeter os respectivos documentos.

Seção I

Entrega das mercadorias e remessa dos documentos

Artigo 31

Se o vendedor não estiver obrigado a entregar as mercadorias em determinado lugar, sua obrigação de entrega consiste:

- a) em remeter as mercadorias ao primeiro transportador para traslado ao comprador, quando o contrato de compra e venda implicar em transporte das mercadorias;
- b) em colocar as mercadorias à disposição do comprador no lugar em que se encontrarem, quando, não sendo o caso previsto na alínea anterior, o contrato tiver como objeto mercadorias determinadas, ou mercadorias genéricas que devam ser retiradas de um conjunto determinado, ou que devam ser fabricadas ou produzidas, e quando, no momento da conclusão do contrato, saibam os contraentes que as mercadorias encontram-se em lugar determinado, ou devem ser alí fabricadas ou produzidas;
- c) em pôr as mercadorias à disposição do comprador no lugar onde o vendedor tinha seu estabelecimento no momento da conclusão do contrato, nos demais casos.

Artigo 32

1. Se o vendedor, de conformidade com o contrato ou com a presente Convenção, remeter as mercadorias a um transportador sem que estas estejam claramente marcadas para os efeitos do contrato, mediante sinais de identificação, por documentos de expedição ou por qualquer outro meio, o vendedor deve dar ao comprador aviso de expedição em que sejam especificadas as mercadorias.
2. Se o vendedor estiver obrigado a providenciar o transporte das mercadorias, deve celebrar os contratos necessários para que tal se efetue até o lugar previsto, por meios de transporte adequados às circunstâncias e nas condições usuais para tanto.

3. Se não estiver obrigado a contratar o seguro de transporte, o vendedor deve fornecer ao comprador, a pedido deste, toda a informação disponível que seja necessária para contratar tal seguro.

Artigo 33

O vendedor deve entregar as mercadorias:

- a) quando, de acordo com o contrato, houver data fixada ou que possa ser determinada, nessa data;
- b) quando, de acordo com o contrato, houver prazo fixado ou que possa ser determinado, em qualquer momento durante esse prazo, salvo se resultar das circunstâncias que caiba ao comprador a escolha da data; ou
- c) em qualquer outro caso, dentro de um prazo razoável a partir da celebração do contrato.

Artigo 34

Se o vendedor estiver obrigado a remeter os documentos relativos às mercadorias, deve entregá-los no momento, no lugar e na forma previstos no contrato. Em caso de remessa antecipada de documentos, o vendedor poderá, até o momento fixado para a remessa, sanar qualquer falta de conformidade dos documentos, desde que o exercício desse direito não ocasione ao comprador inconvenientes nem despesas excessivas, e sem prejuízo do direito do comprador de exigir indenização por perdas e danos, conforme a presente Convenção.

Seção II

Conformidade das mercadorias e direitos ou pretensões de terceiros

Artigo 35

1. O vendedor deve entregar mercadorias cuja quantidade, qualidade e tipo correspondam às previstas no contrato e que estejam acondicionadas ou embaladas na forma estabelecida pelo contrato.

2. Salvo se os contraentes houverem acordado de outro modo, as mercadorias somente serão consideradas conformes ao contrato se:

- a) forem adequadas ao uso para o qual normalmente se destinam mercadorias do mesmo tipo;
- b) forem adequadas para qualquer uso especial que tenha expressa ou tacitamente sido levado ao conhecimento do vendedor no momento da celebração do contrato, salvo se resultar das circunstâncias que o comprador não tenha confiado na competência e no julgamento do vendedor, ou que não era razoável que o fizesse;
- c) possuírem as qualidades das amostras ou modelos de mercadorias que o vendedor tenha apresentado ao comprador;
- d) estiverem embaladas ou acondicionadas na forma habitual para tais mercadorias ou, na falta de modo habitual, de maneira apropriada para conservá-las e protegê-las.

3. O vendedor não é responsável, em virtude das alíneas a) e d) do parágrafo anterior, por qualquer desconformidade das mercadorias de que o comprador tenha tido conhecimento, ou que não pudesse ignorar, no momento da celebração do contrato.

Artigo 36

1. O vendedor é responsável, de acordo com o contrato e com a presente Convenção, por qualquer desconformidade que existir no momento da transferência do risco ao comprador, ainda que esta desconformidade somente se evidencie posteriormente.

2. O vendedor é igualmente responsável por qualquer desconformidade que ocorra após o momento referido no parágrafo anterior e que seja imputável ao descumprimento de qualquer de suas obrigações, inclusive quanto à garantia de que durante certo período as mercadorias permanecerão adequadas a seu uso normal ou a certo uso especial, ou que conservarão as qualidades ou características especificadas.

Artigo 37

Em caso de entrega antecipada, o vendedor pode, até a data prevista para a entrega das mercadorias, tanto entregar a parte ou a quantidade faltante das mercadorias, ou entregar outras mercadorias novas em substituição àquelas que estejam desconformes ao contrato, como ainda reparar qualquer desconformidade das mercadorias entregues, desde que o exercício desse direito não ocasione ao comprador inconvenientes nem despesas excessivas, sem prejuízo, contudo, do direito do comprador de exigir indenização por perdas e danos, de conformidade com a presente Convenção.

Artigo 38

1. O comprador deve examinar as mercadorias ou fazê-las examinar no prazo mais breve possível, tendo em consideração as circunstâncias.
2. Se o contrato implicar no transporte das mercadorias, o exame pode ser adiado até a chegada destas a seu destino.
3. Se o comprador alterar o destino das mercadorias em trânsito ou as re-expedir sem ter tido oportunidade razoável de examiná-las, o exame poderá ser adiado até a chegada das mercadorias a seu novo destino, desde que, no momento da celebração do contrato, o vendedor tenha ou devesse ter tido conhecimento da possibilidade de alteração de destino ou de re-expedição.

Artigo 39

1. O comprador perde o direito de alegar a desconformidade se não a denunciar ao vendedor, precisando sua natureza, em prazo razoável a partir do momento em que a houver ou devesse haver constatado.
2. Em todo caso, o comprador perde o direito de alegar a desconformidade, se não a denunciar ao vendedor no prazo máximo de dois anos a partir da data em que as mercadorias foram efetivamente colocadas em seu poder, salvo se tal prazo for incompatível com a duração da garantia contratual.

Artigo 40

O vendedor não pode invocar as disposições dos artigos 38 e 39 se a desconformidade referir-se a fatos de que soubesse ou que não pudesse ignorar, e que não tenha revelado ao comprador.

Artigo 41

O vendedor deve entregar as mercadorias livres de qualquer quaisquer direitos ou reivindicações de terceiros, salvo se o comprador concordar em aceitá-las nestas condições. Todavia, se os referidos direitos ou reivindicações se basearem em propriedade industrial, ou em outro tipo de propriedade intelectual, a obrigação do vendedor rege-se pelo disposto no artigo 42.

Artigo 42

1. O vendedor deve entregar as mercadorias livres de quaisquer direitos ou reivindicações de terceiros com base em propriedade industrial ou outro tipo de propriedade intelectual, de que tenha sabido ou que não pudesse ignorar no momento da celebração do contrato, desde que tais direitos ou reivindicações tenham por fundamento propriedade industrial ou outras formas de propriedade intelectual:
 - a) decorrente da lei do Estado onde as mercadorias devam ser revendidas ou utilizadas, se os contraentes houverem previsto, no momento da celebração do contrato, que as mercadorias seriam revendidas ou utilizadas nesse Estado, ou
 - b) em qualquer outro caso, decorrente da lei do Estado onde o comprador tenha o seu estabelecimento.
2. O vendedor não está sujeito à obrigação prevista no parágrafo anterior, se:

- a) no momento da celebração do contrato o comprador tenha sabido, ou não pudesse ignorar, a existência do direito ou da reivindicação; ou
- b) o direito ou a reivindicação for resultante de o vendedor ter-se ajustado a fórmulas, desenhos, esquemas técnicos ou a outras especificações análogas fornecidas pelo comprador.

Artigo 43

1. O comprador perde o direito de invocar as disposições dos artigos 41 e 42 se não denunciar ao vendedor o direito ou a reivindicação do terceiro, especificando sua natureza, dentro de um prazo razoável a partir do momento em que tenha tido, ou devesse ter, conhecimento deles.

Artigo 44

Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1 do artigo 39 e no parágrafo 1 do artigo 43, o comprador pode reduzir o preço, conforme o artigo 50, ou exigir a indenização das perdas e danos, excluídos os lucros cessantes, se puder apresentar justificativa razoável por não ter efetuado a necessária denúncia.

Seção III

Direitos e ações do comprador em caso de violação do contrato pelo vendedor

Artigo 45

1. Se o vendedor deixar de cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbirem nos termos do contrato ou da presente Convenção, o comprador está autorizado a:
- a) exercer os direitos previstos nos artigos 46 a 52;
 - b) exigir a indenização das perdas e danos prevista nos artigos 74 a 77.
2. O comprador não perde o direito à indenização das perdas e danos, ainda que exerça outra ação que corresponda a seu direito.
3. Não pode o juiz ou árbitro conceder ao vendedor qualquer prorrogação de prazo, quando o comprador exercer sua ação de descumprimento de contrato.

Artigo 46

1. O comprador pode exigir do vendedor o cumprimento de suas obrigações, salvo se tiver exercido qualquer direito ou ação incompatível com esta exigência.
2. Se as mercadorias não estiverem conformes ao contrato, o comprador pode exigir a entrega de outras mercadorias em substituição, desde que a desconformidade constitua violação essencial ao contrato, e o pedido de substituição de mercadorias seja formulado no momento da comunicação da desconformidade a que se refere o artigo 39, ou dentro de um prazo razoável a contar desse momento.
3. Se as mercadorias não estiverem conformes ao contrato, o comprador pode exigir do vendedor que as repare para sanar a desconformidade, salvo quando não for isto razoável, tendo em conta todas as circunstâncias. A solicitação de reparação das mercadorias deve ser feita no momento da comunicação a que se refere o artigo 39, ou em prazo razoável a contar desse momento.

Artigo 47

1. O comprador pode conceder ao vendedor prazo suplementar razoável para o cumprimento de suas obrigações.
2. Salvo se tiver recebido a comunicação do vendedor de que este não cumprirá suas obrigações no prazo fixado conforme o parágrafo anterior, o comprador não pode, durante o prazo suplementar, exercer qualquer ação por descumprimento de contrato. Todavia, o comprador não perde, por este fato, o direito de exigir indenização das perdas e danos decorrentes do atraso no cumprimento do contrato.

Artigo 48

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 49, o vendedor pode, mesmo após a data da entrega, sanar por conta própria qualquer descumprimento de suas obrigações, desde que isto não

implique em demora excessiva nem cause ao comprador inconvenientes excessivos, ou incertezas quanto ao reembolso pelo vendedor das despesas feitas pelo comprador, e sem prejuízo do direito do comprador de exigir indenização das perdas e danos, nos termos da presente Convenção.

2. Se o vendedor pedir ao comprador que lhe faça saber se aceita o cumprimento, e o comprador não lhe responder em prazo razoável, o vendedor pode executar suas obrigações no prazo indicado em seu pedido. O comprador não pode, antes do vencimento desse prazo, exercer qualquer direito ou ação incompatível com o cumprimento, pelo vendedor, das obrigações que a ele incumbem.

3. Quando o vendedor comunicar ao comprador a intenção de cumprir suas obrigações em prazo determinado, presume-se que pede ao comprador que lhe faça saber sua decisão nos termos do parágrafo anterior.

4. O pedido ou a comunicação feita pelo vendedor, nos termos dos parágrafos 2 ou 3 do presente artigo, não tem efeito se não for recebido pelo comprador.

Artigo 49

1. O comprador pode declarar o contrato resolvido:

- a) se o descumprimento, pelo vendedor, de qualquer das obrigações que lhe atribui o contrato ou a presente Convenção constituir violação essencial ao contrato; ou
- b) no caso de falta de entrega, se o vendedor não entregar as mercadorias dentro do prazo suplementar concedido pelo comprador, conforme o parágrafo 1 do artigo 47, ou se declarar que não efetuará a entrega dentro do prazo assim concedido.

2. Todavia, se o vendedor houver entregue as mercadorias, o comprador perde o direito de declarar o contrato resolvido, se não o fizer:

- a) em caso de entrega tardia, em prazo razoável após ter tido conhecimento de que a entrega foi efetuada;
- b) em caso de outro descumprimento que não a entrega tardia, dentro de prazo razoável:
 - i) após o momento em que teve ou deveria ter tido conhecimento da violação;
 - ii) após o vencimento do prazo suplementar concedido pelo comprador, conforme o parágrafo 1 do artigo 47, ou após o vendedor ter declarado que não executaria suas obrigações no referido prazo suplementar; ou
 - iii) após o vencimento de qualquer prazo suplementar indicado pelo vendedor conforme o parágrafo 2 do artigo 48, ou após o comprador ter declarado não aceitar o cumprimento.

Artigo 50

Se as mercadorias não estiverem conformes ao contrato, tendo ou não sido pago o preço, o comprador pode reduzir o preço proporcionalmente à diferença existente entre o valor das mercadorias efetivamente entregues, no momento da entrega, e o valor que teriam nesse momento mercadorias conformes ao contrato. Todavia, o comprador não pode reduzir o preço se o vendedor sanar qualquer descumprimento de suas obrigações, de acordo com o artigo 37 ou com o artigo 48, ou se o comprador negar-se a aceitar o cumprimento pelo vendedor, de acordo com os mencionados artigos.

Artigo 51

1. Se o vendedor entregar somente parte das mercadorias, ou se somente parte das mercadorias entregues estiver de acordo com o contrato, aplicar-se-ão os artigos 46 a 50 no tocante à parte faltante ou desconforme.

2. O comprador somente poderá declarar resolvido o contrato se a entrega parcial ou a desconformidade constituir violação essencial ao contrato.

Artigo 52

1. Se o vendedor entregar as mercadorias antes da data fixada o comprador pode, a seu critério, recebê-las ou não.
2. Se o vendedor entregar quantidade superior àquela prevista no contrato, o comprador pode aceitar ou não a entrega da quantidade excedente. Se o comprador aceitar a entrega da totalidade ou de parte da quantidade excedente, deve pagá-la de acordo com o preço do contrato.

CAPÍTULO III **OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR**

Artigo 53

O comprador deve pagar o preço das mercadorias e recebê-las nas condições estabelecidas no contrato e na presente Convenção.

Seção I

Pagamento do preço

Artigo 54

A obrigação do comprador de pagar o preço compreende a de tomar as medidas e cumprir os requisitos exigidos pelo contrato ou pelas leis ou regulamentos pertinentes, destinadas a permitir o pagamento.

Artigo 55

Se o contrato houver sido validamente celebrado sem que, expressa ou tacitamente, tenha sido nele fixado o preço ou o modo de determiná-lo, entende-se, salvo disposição em contrário, que os contraentes tenham implicitamente referido o preço geralmente cobrado por tais mercadorias no momento da celebração do contrato, vendidas em circunstâncias semelhantes no ramo comercial em causa.

Artigo 56

Se o preço for fixado em função do peso das mercadorias, adota-se, em caso de dúvida, o peso líquido para determinar o referido preço.

Artigo 57

1. Se o comprador não estiver obrigado a pagar o preço em lugar determinado, deve pagá-lo:
 - a) no estabelecimento do vendedor, ou
 - b) no lugar em que se efetue a entrega, se o pagamento houver de ser feito contra entrega das mercadorias ou de documentos.
2. O vendedor deve arcar com qualquer aumento de despesas relativas ao pagamento que resultar da mudança de seu estabelecimento depois da celebração do contrato.

Artigo 58

1. Se o comprador não estiver obrigado a pagar o preço em momento determinado, deve pagá-lo quando o vendedor coloque à sua disposição as mercadorias ou os documentos que as representem, de acordo com o contrato ou com a presente Convenção. O vendedor pode considerar o pagamento como condição para a entrega das mercadorias ou dos documentos.
2. Se o contrato implicar em transporte das mercadorias, o vendedor pode expedí-las com a condição de que as mercadorias ou os documentos que as representam só sejam entregues ao comprador contra o pagamento do preço.
3. O comprador não está obrigado a pagar o preço antes de ter tido a possibilidade de examinar as mercadorias, salvo se as modalidades de entrega ou de pagamento ajustadas pelos contraentes forem incompatíveis com essa possibilidade.

Artigo 59

O comprador deve pagar o preço na data fixada ou que possa ser determinada nos termos do contrato e da presente Convenção, sem que seja necessária qualquer solicitação ou outra formalidade por parte do vendedor.

Seção II

Recebimento

Artigo 60

A obrigação do comprador de proceder ao recebimento consiste:

- a) em praticar todos os atos razoavelmente esperados para que o vendedor possa efetuar a entrega; e
- b) em tomar posse das mercadorias.

Seção III

Direitos e ações do vendedor em caso de violação do contrato pelo comprador

Artigo 61

1. Se o comprador não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem de acordo com o contrato ou com a presente Convenção, o vendedor pode:

- a) exercer os direitos previstos nos artigos 62 a 65;
- b) exigir a indenização das perdas e danos previstas nos artigos 74 a 77.

2. O vendedor não perde o direito de exigir perdas e danos ainda que exerça qualquer outra ação correspondente a seu direito.

3. Se o vendedor exercer ação por descumprimento de contrato, nenhum prazo pode ser concedido ao comprador pelo juiz ou árbitro.

Artigo 62

O vendedor pode exigir do comprador o pagamento do preço, o recebimento das mercadorias ou a execução de outras obrigações que lhe incumbirem, salvo se o vendedor houver exercido algum direito ou ação incompatível com tal exigência.

Artigo 63

1. O vendedor pode conceder um prazo suplementar razoável para cumprimento pelo comprador das obrigações que lhe incumbirem.

2. Salvo se houver recebido comunicação do comprador de que não cumprirá suas obrigações no prazo concedido nos termos do parágrafo precedente, o vendedor não pode, antes de vencido esse prazo, recorrer a qualquer ação por descumprimento do contrato. Todavia, o vendedor não perde, por isto, o direito que possa ter de exigir perdas e danos pela mora no cumprimento pelo comprador.

Artigo 64

1. O vendedor pode declarar resolvido o contrato:

- a) se o descumprimento do comprador a qualquer das obrigações que lhe incumbem segundo o contrato ou a presente Convenção constituir violação essencial ao contrato; ou
- b) se o comprador não cumprir sua obrigação de pagar o preço ou não receber as mercadorias no prazo suplementar concedido pelo vendedor de acordo com o parágrafo 1 do Artigo 63, ou declarar que não o fará no prazo assim concedido.

2. Todavia, nos casos em que comprador houver pago o preço, o vendedor perde o direito de declarar resolvido o contrato, se não o fizer:

- a) antes que o vendedor tenha tomado conhecimento de que ocorreu o cumprimento, caso se trate de cumprimento tardio pelo comprador;
- b) caso se trate de descumprimento de outra natureza que não o cumprimento tardio pelo comprador, dentro de prazo razoável:
 - i) após o momento em que teve, ou deveria ter tido, conhecimento do descumprimento; ou
 - ii) após o vencimento do prazo suplementar concedido pelo vendedor de acordo com o parágrafo 1 do artigo 63, ou após o comprador ter declarado que não cumpriria suas obrigações dentro desse prazo.

Artigo 65

1. Se o contrato dispuser que cabe ao comprador especificar a forma, as dimensões ou outras características das mercadorias, e o comprador deixar de efetuar essa especificação na data ajustada ou em prazo razoável após ter sido solicitado pelo vendedor a fazê-lo, este pode, sem prejuízo de quaisquer outros direitos que possa ter, efetuar ele mesmo essa especificação, de acordo com as necessidades do comprador das quais tenha conhecimento.
2. Se o vendedor efetuar ele mesmo a especificação, deve dar conhecimento ao comprador dos detalhes e conceder prazo razoável para que este faça especificação diferente. Se depois do recebimento da comunicação do vendedor, o comprador não se utilizar desta possibilidade no prazo concedido, a especificação efetuada pelo vendedor torna-se vinculativa.

CAPÍTULO IV **TRANSFERÊNCIA DO RISCO**

Artigo 66

A perda ou a deterioração das mercadorias ocorrida após a transferência de risco ao comprador não o libera da obrigação de pagar o preço, salvo se for devida a ato ou omissão do vendedor.

Artigo 67

1. Se o contrato de compra e venda implicar em transporte das mercadorias e o vendedor não estiver obrigado a entregá-las em lugar determinado, os riscos correm por conta do comprador a partir da entrega das mercadorias ao primeiro transportador para que sejam trasladadas ao comprador nos termos do contrato. Se o vendedor estiver obrigado a entregar as mercadorias ao transportador em lugar determinado, os riscos só se transferem ao comprador quando as mercadorias forem entregues ao transportador naquele lugar. O fato de que o vendedor esteja autorizado a reter os documentos representativos das mercadorias não prejudica a transferência do risco.
2. Entretanto, o risco não se transfere ao comprador até que as mercadorias estejam claramente identificadas para os efeitos do contrato, mediante a aposição de marca identificativa, pelos documentos de expedição, por comunicação enviada ao comprador ou por outro modo qualquer.

Artigo 68

Se as mercadorias forem vendidas em trânsito, o risco transfere-se ao comprador a partir do momento em que o contrato for celebrado. Não obstante, se assim resultar das circunstâncias, o risco será assumido pelo comprador a partir do momento em que as mercadorias tenham sido postas na posse do transportador que houver emitido os documentos referentes ao transporte. Todavia, se no momento da celebração do contrato de compra e venda o vendedor tenha, ou devesse ter, tido conhecimento do fato de que as mercadorias tenham sofrido perda ou deterioração, sem ter disto informado ao comprador, o risco da perda ou deterioração corre por conta do vendedor.

Artigo 69

1. Nos casos não compreendidos nos artigos 67 e 68, o risco se transfere ao comprador quando este retirar as mercadorias ou, se não o fizer no tempo devido, a partir do momento em que as mercadorias sejam colocadas à sua disposição estando ele em violação contratual por recusar-se a recebê-las.
2. Não obstante, se o comprador estiver obrigado a retirar as mercadorias noutro lugar que não seja o estabelecimento do vendedor, o risco se transfere quando a entrega deva se efetuar e o comprador saiba que as mercadorias estão à sua disposição nesse lugar.
3. Se o contrato se referir a mercadorias ainda não individualizadas, não se considera que tenham sido postas à disposição do comprador até que sejam elas claramente identificadas para os efeitos do contrato.

Artigo 70

Se o vendedor houver cometido violação essencial ao contrato, as disposições dos artigos 67, 68 e 69 não prejudicam os direitos e ações de que dispõe o comprador em consequência dessa violação.

CAPÍTULO V **DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR E DO COMPRADOR**

Seção I

Violação antecipada e contratos com prestações sucessivas

Artigo 71

1. Qualquer dos contraentes pode postergar o cumprimento de suas obrigações se, após a celebração do contrato, tornar-se evidente que o outro contraente não cumprirá parte substancial de suas obrigações, devido a:

a) grave insuficiência de sua capacidade de cumprí-las ou de sua solvência; ou

b) a maneira como se dispõe a cumprir, ou como cumpre o contrato.

2. Se o vendedor houver expedido as mercadorias antes de se tornarem evidentes os motivos a que se refere o parágrafo anterior, poderá opor-se a que o comprador tome posse das mercadorias, ainda que este seja portador de documento que lhe permita obtê-la. Este parágrafo refere-se somente aos direitos respectivos do comprador e do vendedor sobre as mercadorias.

3. O contraente que postergar o cumprimento de suas obrigações, antes ou depois da expedição das mercadorias, deve comunicá-lo imediatamente ao outro contraente e, se o outro contraente oferecer garantias suficientes de cumprimento de suas obrigações, prosseguir no cumprimento de sua parte.

Artigo 72

1. Se antes da data de cumprimento tornar-se evidente que um dos contraentes incorrerá em violação essencial ao contrato, pode o outro contraente declarar a resolução deste.

2. Se dispuser do tempo necessário, o contraente que pretender declarar a resolução do contrato deve comunicá-lo ao outro contraente com antecedência razoável, para que este possa oferecer garantias suficientes de que cumprirá suas obrigações.

3. Os requisitos do parágrafo anterior não são aplicáveis se o outro contraente houver declarado que não cumprirá suas obrigações.

Artigo 73

1. Nos contratos que estipulem entregas sucessivas de mercadorias, o descumprimento por um dos contraentes das obrigações relativas a qualquer das entregas, que constitua violação essencial do contrato em relação a esta entrega, dá ao outro contraente o direito de declarar resolvido o contrato com relação a essa mesma entrega.

2. Se o descumprimento, por um dos contraentes, de suas obrigações relativas a qualquer das entregas, der ao outro contraente fundados motivos para inferir que haverá violação essencial do contrato com relação a futuras entregas, este outro contraente pode declarar o contrato resolvido para o futuro, desde que o faça dentro de prazo razoável.

3. O comprador que declarar resolvido o contrato com relação a qualquer entrega futura pode simultaneamente declará-lo resolvido com respeito a entregas já efetuadas ou a futuras entregas se, em razão de sua interdependência, tais entregas não puderem destinar-se aos fins previstos pelos contraentes no momento da celebração do contrato.

Seção II

Perdas e Danos

Artigo 74

As perdas e danos decorrentes de violação contratual cometida por um dos contraentes compreendem o valor do prejuízo sofrido e o ganho que deixou de auferir o outro contraente, em consequência do descumprimento. Esta indenização não pode exceder à perda que o

contraente inadimplente tenha, ou devesse ter, previsto no momento da celebração do contrato, levando em consideração os fatos de que tenha, ou devesse ter, tido conhecimento nesse momento, como consequência possível do descumprimento contratual.

Artigo 75

Se o contrato for resolvido e se, em modo e prazo razoáveis após a resolução, o comprador proceder a compra substitutiva, ou o vendedor a venda substitutiva, o contraente que exigir a indenização pode obter a diferença entre o preço do contrato e o preço estipulado na operação substitutiva, assim como quaisquer outras perdas e danos exigíveis de acordo com o artigo 74.

Artigo 76

1. Se o contrato for resolvido e as mercadorias tiverem preço corrente, o contraente que exigir a indenização das perdas e danos pode, se não houver procedido à compra substitutiva ou à venda substitutiva previstas no Artigo 75, obter a diferença entre o preço fixado no contrato e o preço corrente no momento da resolução, bem como quaisquer outras perdas e danos exigíveis em razão do artigo 74. Não obstante, se o contraente que exigir a indenização houver resolvido o contrato após ter tomado posse das mercadorias, aplica-se o preço corrente no momento de tomada de posse, em lugar do preço corrente no momento da resolução.

2. Para os fins do parágrafo anterior, o preço corrente é aquele do lugar onde a entrega das mercadorias deveria ter-se efetuado ou, na falta de preço corrente nesse lugar, o preço praticado em outra praça que possa razoavelmente substituí-lo, levando-se em consideração as diferenças nos custos de transporte das mercadorias.

Artigo 77

O contraente que invocar o descumprimento do contrato deve tomar as medidas razoáveis, de acordo com as circunstâncias, para diminuir os prejuízos resultantes do descumprimento, incluídos os lucros cessantes. Caso não adote estas medidas, o outro contraente pode pedir a redução da indenização das perdas e danos, no montante da perda que deveria ter sido evitada.

Seção III

Juros

Artigo 78

Se um dos contraentes deixar de pagar o preço ou qualquer outro valor devido, o outro contraente terá direito a receber juros correspondentes, sem prejuízo de qualquer indenização das perdas e danos exigíveis de acordo com o artigo 74.

Seção IV

Exoneração de responsabilidade

Artigo 79

1. Nenhum dos contraentes será responsável pelo descumprimento de qualquer de suas obrigações, se provar que tal descumprimento seja devido a um motivo alheio à sua vontade, se não era razoável esperar que o levasse em consideração no momento da celebração do contrato, que o evitasse ou superasse, ou ainda que evitasse ou superasse suas consequências.

2. Se o descumprimento de um dos contraentes for devido à falta de cumprimento de terceiro por ela incumbido da execução total ou parcial do contrato, este contraente somente fica exonerado de sua responsabilidade:

- a) se estiver exonerado em virtude do disposto no parágrafo anterior;
- b) se o terceiro incumbido da execução também estivesse exonerado, se a ele aplicadas as disposições daquele parágrafo.

3. A exoneração prevista neste artigo produz efeito enquanto durar o impedimento.

4. O contraente que não tenha cunprido suas obrigações deve comunicar ao outro contraente o impedimento e seus efeitos sobre sua capacidade de cumprí-las. Se o outro contraente não receber a comunicação dentro de prazo razoável após o momento em que o contraente que deixou de cumprir suas obrigações tenha, ou devesse ter, tomado conhecimento do

impedimento, este último contraente será responsável pelas perdas e danos decorrentes da falta de comunicação.

5. As disposições deste artigo não impedem aos contraentes o exercício de qualquer de seus direitos, salvo o de exigir a indenização das perdas e danos nos termos desta Convenção.

Artigo 80

Um contraente não pode alegar o descumprimento do outro, na medida em que tal descumprimento tenha sido causado por ação ou omissão daquele.

Seção V

Efeitos da resolução

Artigo 81

1. A resolução do contrato libera ambos os contraentes de suas obrigações, salvo a indenização das perdas e danos que possa ser devida. A resolução não prejudica as disposições contratuais a respeito da solução de controvérsias, nem qualquer outra estipulação do contrato que regule os direitos e obrigações dos contraentes em caso de resolução.

2. O contraente que tenha cumprido total ou parcialmente o contrato poderá reclamar do outro contraente a restituição daquilo que houver fornecido ou pago nos termos do contrato. Caso ambos os contraentes estejam obrigados a restituir, devem fazê-lo simultaneamente.

Artigo 82

1. O comprador perde o direito de declarar resolvido o contrato, ou de exigir do vendedor a entrega de outras mercadorias em substituição daquelas recebidas, se for impossível ao comprador restituir tais mercadorias em estado substancialmente idêntico àquele em que as houver recebido.

2. Não se aplica o parágrafo anterior:

- a) se a impossibilidade de restituir as mercadorias, ou de restituí-las em estado substancialmente idêntico àquele em que o comprador as houver recebido, não for imputável a algum ato ou omissão deste;
- b) se as mercadorias, ou parte delas, tiverem perecido ou se deteriorado, em consequência do exame prescrito no artigo 38; ou
- c) se o comprador, antes de ter, ou de dever ter, descoberto a desconformidade, houver vendido as mercadorias, ou parte delas, no curso normal de seus negócios, ou as houver consumido ou transformado segundo o uso normal.

Artigo 83

O comprador que tenha perdido o direito de declarar resolvido o contrato, ou de exigir do vendedor a entrega de outras mercadorias em substituição às recebidas, de acordo com o artigo 82, mantém não obstante todos os demais direitos e ações que lhe correspondem conforme o contrato e a presente Convenção.

Artigo 84

1. Se o vendedor estiver obrigado a restituir o preço, deve também reconhecer os juros correspondentes a partir da data em que tenha ocorrido o pagamento do preço.

2. O comprador deve reconhecer ao vendedor o valor de todos os benefícios que tenha obtido das mercadorias, ou de parte delas:

- a) quando tiver de restituí-las, no todo ou em parte;
- b) quando lhe for impossível restituir a totalidade ou parte das mercadorias, ou restituí-las, no todo ou em parte, em estado substancialmente idêntico àquele em que as houver recebido, mas tenha, não obstante, declarado resolvido o contrato, ou exigido do vendedor a entrega de outras mercadorias em substituição das recebidas.

Seção VI

Conservação das mercadorias

Artigo 85

Se o comprador tardar em receber as mercadorias, ou se tardar no pagamento do preço no caso em que tal pagamento deva ocorrer simultaneamente à entrega das mercadorias, o vendedor deve adotar medidas razoáveis, atendidas as circunstâncias, para a conservação destas, caso esteja na posse das mercadorias ou possa por outra forma dispor das mesmas. O vendedor tem direito a reter as mercadorias até que obtenha do comprador o reembolso dos gastos razoáveis que tiver realizado.

Artigo 86

1. Se o comprador tiver recebido as mercadorias e tiver a intenção de exercer o direito de recusa conferido pelo contrato ou pela presente Convenção, deve adotar as medidas que sejam razoáveis, atendidas as circunstâncias, para a conservação das mercadorias. O comprador tem direito a reter as mercadorias até que obtenha do vendedor o reembolso dos gastos razoáveis que tiver realizado.

2. Se as mercadorias remetidas ao comprador tiverem sido colocadas à disposição deste no lugar de destino e o comprador exercer o direito de recusa, deve tomar posse das mercadorias por conta do vendedor, quando for isto possível sem pagamento do preço, nem inconvenientes ou gastos excessivos. Esta disposição não se aplica quando o vendedor, ou a pessoa autorizada a tomar posse das mercadorias por conta deste, estiver presente no local de destino. Os direitos e ações do comprador que tomar posse das mercadorias nos termos do presente parágrafo regem-se pelo parágrafo precedente.

Artigo 87

O contraente que estiver obrigado a adotar medidas para a conservação das mercadorias pode depositá-las em armazém de terceiro, por conta do outro contraente, desde que os gastos resultantes não sejam excessivos.

Artigo 88

1. O contraente que estiver obrigado a providenciar a conservação das mercadorias, conforme as disposições dos artigos 85 e 86, pode vendê-las por qualquer meio apropriado, se o outro contraente houver tardado excessivamente em tomar posse delas, em aceitar sua devolução ou em pagar o preço dos gastos de sua conservação, desde que comunique ao outro contraente, com antecedência razoável, sua intenção de proceder à venda.

2. Se as mercadorias estiverem sujeitas a rápida deterioração, ou se sua conservação exigir gastos excessivos, o contraente que estiver obrigado a providenciar sua conservação, conforme as disposições dos artigos 85 e 86, deve adotar medidas razoáveis para vendê-las. Na medida do possível, deve comunicar ao outro contraente sua intenção de proceder à venda.

3. O contraente que vender as mercadorias tem direito de reter, do produto da venda, soma equivalente aos gastos razoáveis realizados com sua conservação e venda, devendo entregar o saldo ao outro contraente.

PARTE IV **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 89

O Secretário Geral das Nações Unidas fica designado depositário da presente Convenção.

Artigo 90

A presente Convenção não prevalece sobre qualquer acordo internacional, já celebrado ou que venha a sê-lo, que contenha disposições relativas às matérias regidas pela presente Convenção, desde que os contraentes tenham seus estabelecimentos em Estados partes nesse acordo.

Artigo 91

1. A presente Convenção estará aberta à assinatura na sessão de encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias e permanecerá aberta à assinatura de todos os Estados na Sede das Nações Unidas, em Nova York, até 30 de setembro de 1981.

2. A presente Convenção está sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação pelos Estados signatários.
3. A presente Convenção estará aberta à adesão de todos os Estados que não sejam Estados signatários, a partir da data em que ficar aberta à assinatura.
4. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação e adesão serão depositados em poder do Secretário Geral das Nações Unidas.

Artigo 92

1. Qualquer Estado Contratante pode declarar, no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, que não adota a Parte II ou a Parte III da presente Convenção.
2. Qualquer Estado Contratante que tenha feito a declaração prevista no parágrafo anterior com relação à Parte II ou à Parte III da presente Convenção, não se considera Estado Contratante para os efeitos do parágrafo 1 do Artigo 1 da presente Convenção, no que concerne às matérias que sejam regidas pela Parte a que se referir a declaração.

Artigo 93

1. Qualquer Estado Contratante integrado por duas ou mais unidades territoriais nas quais, de conformidade com sua Constituição, sejam aplicáveis sistemas jurídicos diversos relativamente às matérias objeto da presente Convenção, pode declarar, no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, que a presente Convenção se aplica a todas suas unidades territoriais, ou somente a uma ou a algumas delas, podendo modificar a qualquer momento sua declaração, mediante outra declaração.
2. Estas declarações serão notificadas ao depositário e nelas se fará constar expressamente a quais unidades territoriais aplica-se a Convenção.
3. Se, em virtude de declaração feita nos termos deste artigo, a presente Convenção aplicar-se a uma ou a algumas das unidades territoriais do Estado Contratante, mas não a todas elas, e se o estabelecimento de um dos contraentes estiver situado nesse Estado, considera-se, para os efeitos da presente Convenção, que esse estabelecimento não está num Estado Contratante, salvo se se encontrar numa unidade territorial na qual se aplique a Convenção.
4. Se o Estado Contratante não fizer qualquer declaração nos termos do parágrafo 1 deste artigo, aplica-se a Convenção a todas as unidades territoriais desse Estado.

Artigo 94

1. Dois ou mais Estados Contratantes que tenham normas jurídicas idênticas ou similares nas matérias que se regem na presente Convenção podem, a qualquer momento, declarar que a Convenção não se aplica aos contratos de compra e venda, ou à respectiva formação, quando os contraentes tiverem seus estabelecimentos nesses Estados. Tais declarações podem ser feitas conjuntamente ou mediante declarações unilaterais recíprocas.
2. Qualquer Estado Contratante que tenha normas jurídicas idênticas ou similares às de um ou de vários Estados não contratantes, nas matérias que se regem na presente Convenção, pode declarar, a qualquer momento, que a Convenção não se aplica aos contratos de compra e venda, ou à respectiva formação, quando os contraentes tiverem seus estabelecimentos nesses Estados.
3. Se o Estado a respeito do qual tenha sido feita a declaração prevista no parágrafo anterior tornar-se ulteriormente Estado Contratante, a referida declaração produzirá os efeitos da declaração prevista no parágrafo 1, a partir da data em que a Convenção vigorar em relação ao novo Estado Contratante, desde que este subscreva essa declaração, ou faça uma declaração unilateral de caráter recíproco no mesmo sentido.

Artigo 95

Qualquer Estado pode declarar, no momento do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, que não adota a disposição da alínea b) do parágrafo 1 do artigo 1 da presente Convenção.

Artigo 96

O Estado Contratante cuja legislação exigir que os contratos de compra e venda sejam celebrados ou provados por escrito pode, a qualquer momento, fazer a declaração prevista no artigo 12, no sentido de que, no caso de qualquer dos contraentes ter seu estabelecimento nesse Estado, não se apliquem as disposições dos artigos 11 e 29, ou da Parte II da presente Convenção, que permitam a celebração, modificação ou rescisão do contrato de compra e venda, ou a oferta, aceitação ou qualquer outra manifestação de intenção, por qualquer forma que não a escrita.

Artigo 97

1. As declarações feitas de conformidade com a presente Convenção, no momento da assinatura, estão sujeitas a confirmação quando da respectiva ratificação, aceitação ou aprovação.
2. As declarações e as confirmações de declarações serão feitas por escrito, e serão formalmente notificadas ao depositário.
3. As declarações surtirão efeitos a partir da data de entrada em vigor da presente Convenção em relação ao Estado a que se refiram. Não obstante, a declaração cuja notificação formal seja recebida pelo depositário após tal entrada em vigor, surtirá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao término do prazo de seis meses, contados da data em que o depositário houver recebido a notificação. As declarações unilaterais recíprocas feitas conforme o artigo 94 surtirão efeito no primeiro dia do mês seguinte ao término do prazo de seis meses, contados da data em que o depositário houver recebido a última declaração.
4. Qualquer Estado que faça declaração conforme à presente Convenção pode retirá-la a qualquer momento, mediante notificação formal, feita por escrito ao depositário. Esta retirada surtirá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao término do prazo de seis meses, contados da data em que o depositário houver recebido a notificação.
5. A retirada de declaração feita nos termos do artigo 94 tornará ineficaz qualquer declaração de caráter recíproco feita por outro Estado de conformidade com tal artigo, a partir da data em que tal retirada surtir efeito.

Artigo 98

Não se admitirão quaisquer reservas além daquelas expressamente autorizadas pela presente Convenção.

Artigo 99

1. A presente Convenção entrará em vigor, sem prejuízo do disposto no parágrafo 6 deste artigo, no primeiro dia do mês seguinte ao término do prazo de doze meses, contados da data em que houver sido depositado o décimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, incluindo qualquer instrumento que contenha declaração feita nos termos do artigo 92.
2. Quando um Estado ratificar, aceitar ou aprovar a presente Convenção, ou aderir a ela, após haver sido depositado o décimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, a Convenção, excetuada a Parte excluída, entrará em vigor com relação a esse Estado, sem prejuízo do disposto no parágrafo 6 deste artigo, no primeiro dia do mês seguinte ao término do prazo de doze meses, contados da data em que haja depositado seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
3. Qualquer Estado que ratifique, aceite ou aprove a presente Convenção, ou adira a ela, e que seja parte na Convenção relativa à lei uniforme sobre a formação de contratos para a venda internacional de mercadorias celebrada em Haia em 11 de junho de 1964 (Convenção de Haia de 1964 sobre a formação), ou na Convenção relativa à lei uniforme sobre a venda internacional de mercadorias celebrada em Haia em 11 de julho de 1964 (Convenção de Haia de 1964 sobre a venda), ou em ambas as Convenções, deverá denunciar ao mesmo tempo, conforme o caso, a Convenção de Haia de 1964 sobre a venda, a Convenção de Haia de 1964

sobre a formação, ou ambas as Convenções, mediante notificação para esse efeito dirigida ao Governo dos Países Baixos.

4. Qualquer Estado parte na Convenção de Haia de 1964 sobre a formação que ratifique, aceite ou aprove a presente Convenção, ou a ela adira, e que declare ou tenha declarado, nos termos do artigo 92, que não adotará a Parte III da presente Convenção, denunciará, no momento da ratificação, aceitação, aprovação ou adesão a Convenção de Haia de 1964 sobre a formação, mediante notificação para esse efeito dirigida ao Governo dos Países Baixos.

5. Para os efeitos deste artigo, as ratificações, aceitações, aprovações, e adesões formuladas com respeito à presente Convenção por Estados partes na Convenção de Haia de 1964 sobre a formação, ou na Convenção de Haia de 1964 sobre a venda, não surtirão efeitos até que as denúncias que estes Estados devam fazer com relação a estas duas mencionadas Convenções tenham surtido seus devidos efeitos. O depositário da presente Convenção consultará o Governo dos Países Baixos, como depositário das Convenções de 1964, a fim de assegurar a necessária coordenação a este respeito.

Artigo 100

1. A presente Convenção somente se aplicará à formação do contrato quando a respectiva oferta se fizer a partir da data de entrada em vigor da Convenção, com relação aos Estados Contratantes a que se refere a alínea a) do parágrafo 1 do artigo 1, ou com relação ao Estado Contratante a que se refere a alínea b) do parágrafo 1 do artigo 1.

Artigo 101

1. Qualquer Estado Contratante poderá denunciar a presente Convenção, sua Parte II ou sua Parte III, mediante notificação formal, feita por escrito ao depositário.

2. A denúncia surtirá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao término do prazo de doze meses, contados da data em que a notificação houver sido recebida pelo depositário. Quando na notificação se estabelecer prazo mais longo para que a denúncia produza efeito, esta tornar-se-á eficaz no término desse prazo, contado da data em que a notificação houver sido recebida pelo depositário.

FEITA em Viena, no dia 11 de abril de mil, novecentos e oitenta, em um só original, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmaram a presente Convenção.

ANEXO II

CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE DIREITO APLICÁVEL AOS CONTRATOS INTERNACIONAIS

Os Estados Partes nesta Convenção,

REAFIRMANDO sua vontade de prosseguir o desenvolvimento e codificação do direito internacional privado entre Estados membros da Organização dos Estados Americanos;

REITERANDO a conveniência de harmonizar as soluções para as questões relacionadas com o comércio internacional;

CONSIDERANDO que a interdependência econômica dos Estados tem propiciado a integração regional e continental e que, para estimular esse processo, é necessário facilitar a contratação internacional removendo as diferenças que seu contexto jurídico apresenta,

CONVIERAM em aprovar a seguinte Convenção:

CAPÍTULO PRIMEIRO Âmbito de aplicação

Artigo 1

Esta Convenção determina o direito aplicável aos contratos internacionais.

Entende-se que um contrato é internacional quando as partes no mesmo tiverem sua residência habitual ou estabelecimento sediado em diferentes Estados Partes ou quando o contrato tiver vinculação objetiva com mais de um Estado Parte.

Esta Convenção aplicar-se-á a contratos celebrados entre Estados ou em que forem partes Estados, entidades ou organismos estatais, a menos que as partes no contrato a excluam expressamente. Entretanto, qualquer Estado Parte poderá declarar, no momento de assinar ou ratificar esta Convenção, ou a ela aderir, que ela não se aplicará a todos os contratos ou a alguma categoria de contrato em que o Estado, as entidades ou organismos estatais forem partes.

Qualquer Estado Parte, no momento de assinar ou ratificar esta Convenção, ou a ela aderir, poderá declarar a que espécie de contrato não se aplicará a mesma.

Artigo 2

O direito designado por esta Convenção será aplicável mesmo que se trate do direito de um Estado não Parte.

Artigo 3

As normas desta Convenção serão aplicáveis, com as adaptações necessárias e possíveis, às novas modalidades de contratação utilizadas em consequência do desenvolvimento comercial internacional.

Artigo 4

Para os efeitos de interpretação e aplicação desta Convenção, levar-se-ão em conta seu caráter internacional e a necessidade de promover a uniformidade da sua aplicação.

Artigo 5

Esta Convenção não determina o direito aplicável a:

- a) questões derivadas do estado civil das pessoas físicas, capacidade das partes ou consequências da nulidade ou invalidado do contrato que decorram da incapacidade de uma das partes;
- b) obrigações contratuais que tenham como objeto principal questões sucessórias, testamentárias, de regime matrimonial ou decorrentes de relações de família;
- c) obrigações provenientes de títulos de crédito;
- d) obrigações provenientes de transações de valores mobiliários;
- e) acordos sobre arbitragem ou eleição de foro;
- f) questões de direito societário, incluindo existência, capacidade, funcionamento e dissolução das sociedades comerciais e das pessoas jurídicas em geral.

Artigo 6

As normas desta Convenção não serão aplicáveis aos contratos que tenham regulamentação autônoma no direito convencional internacional vigente entre os Estados Partes nesta Convenção.

CAPÍTULO SEGUNDO

Determinação do direito aplicável

Artigo 7

O contrato rege-se pelo direito escolhido pelas partes. O acordo das partes sobre esta escolha deve ser expresso ou, em caso de inexistência de acordo expresso, depreender-se de forma evidente da conduta das partes e das

cláusulas contratuais, consideradas em seu conjunto. Essa escolha poderá referir-se à totalidade do contrato ou a uma parte do mesmo.

A eleição de determinado foro pelas partes não implica necessariamente a escolha do direito aplicável.

Artigo 8

As partes poderão, a qualquer momento, acordar que o contrato seja total ou parcialmente submetido a um direito distinto daquele pelo qual se regia anteriormente, tenha este sido ou não escolhido pelas partes. Não obstante, tal modificação não afetará a validade formal do contrato original nem os direitos de terceiros.

Artigo 9

Não tendo as partes escolhido o direito aplicável, ou se a escolha do mesmo resultar ineficaz, o contrato reger-se-á pelo direito do Estado com o qual mantenha os vínculos mais estreitos.

O tribunal levará em consideração todos os elementos objetivos e subjetivos que se depreendam do contrato, para determinar o direito do Estado com o qual mantém os vínculos mais estreitos. Levar-se-ão também em conta os princípios gerais do direito comercial internacional aceitos por organismos internacionais.

Não obstante, se uma parte do contrato for separável do restante do contrato e mantiver conexão mais estreita com outro Estado, poder-se-á aplicar a esta parte do contrato, a título excepcional, a lei desse outro Estado.

Artigo 10

Além do disposto nos artigos anteriores, aplicar-se-ão, quando pertinente, as normas, costumes e princípios do direito comercial internacional, bem como os usos e práticas comerciais de aceitação geral, com a finalidade de assegurar as exigências impostas pela justiça e a equidade na solução do caso concreto.

Artigo 11

Não obstante o disposto nos artigos anteriores, aplicar-se-ão necessariamente as disposições do direito do foro quanto revestirem caráter imperativo.

Ficará à discrição do foro, quando este o considerar pertinente, a aplicação das disposições imperativas do direito de outro Estado com o qual o contrato mantiver vínculos estreitos.

CAPÍTULO TERCEIRO

Existência e validade do contrato

Artigo 12

A existência e a validade do contrato ou de qualquer das suas disposições, bem como a validade substancial do consentimento das partes com referência à escolha do direito aplicável, serão regidas pela norma pertinente desta Convenção, nos termos do seu capítulo segundo.

Entretanto, a fim de estabelecer que uma parte não consentiu validamente, o juiz deverá determinar o direito aplicável levando em consideração a residência habitual ou o estabelecimento da referida parte.

Artigo 13

Um contrato celebrado entre partes que se encontrem no mesmo Estado será válido, quanto à forma, se atender aos requisitos estabelecidos no direito que rege tal contrato, segundo esta Convenção, ou aos estabelecidos no direito do Estado em que for celebrado ou no direito do lugar de sua execução.

Se, no momento da sua celebração, as partes se encontrarem em diferentes Estados, o contrato será válido quanto à forma, se atender aos requisitos estabelecidos no direito que o rege, segundo esta Convenção, ou aos estabelecidos no direito de um dos Estados em que for celebrado, ou no direito do lugar de sua execução.

CAPÍTULO QUARTO Âmbito do direito aplicável

Artigo 14

O direito aplicável ao contrato de acordo com o Capítulo Segundo desta Convenção regerá principalmente:

- a) sua interpretação;
- b) os direitos e obrigações das partes;
- c) a execução das obrigações estabelecidas no contrato e as consequências do descumprimento contratual, compreendendo a avaliação das perdas e danos com vistas à determinação do pagamento de uma indenização compensatória;
- d) os diferentes modos de extinção das obrigações, inclusive a prescrição e a decadência;
- e) as consequências da nulidade ou invalidado do contrato.

Artigo 15

Levar-se-á em conta o disposto no artigo 10 para decidir se um mandatário pode obrigar seu mandante, um órgão, uma sociedade ou uma pessoa jurídica.

Artigo 16

O direito do Estado onde devam ser registrados ou publicados os contratos internacionais regerá todas as matérias concernentes à sua publicidade.

Artigo 17

Para os fins desta Convenção, entender-se-á por "direito" o vigente num Estado, com exclusão das suas normas relativas ao conflito de leis.

Artigo 18

O direito designado por esta Convenção só poderá ser excluído quando for manifestamente contrario à ordem pública do foro.

CAPÍTULO QUINTO Disposições gerais

Artigo 19

As disposições desta Convenção aplicar-se-ão, num Estado Parte, aos contratos celebrados após a sua entrada em vigor nesse Estado Parte.

Artigo 20

Esta Convenção não afetará a aplicação de outros convênios internacionais, dos quais constem normas sobre o mesmo objeto, relacionados com processos de integração, em que um Estado Parte nesta Convenção seja ou venha a ser parte.

Artigo 21

Ao assinarem ou ratificarem esta Convenção, ou a ela aderirem, os Estados poderão formular reservas quanto a uma ou mais disposições específicas que não forem incompatíveis com o objeto e o fim desta Convenção.

Um Estado Parte pode retirar, a qualquer momento, a reserva que houver formulado. O efeito da reserva cessará no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data de notificação da retirada.

Artigo 22

Com relação a um Estado que dispuser, em matérias a que se refere esta Convenção, de dois ou mais sistemas jurídicos aplicáveis a unidades territoriais diferentes: a) qualquer referência ao direito do Estado se relacionará com o direito da unidade territorial respectiva; e b) qualquer referência à residência habitual ou ao estabelecimento no Estado será entendida como referente à residência habitual ou ao estabelecimento numa unidade territorial do Estado.

Artigo 23

Um Estado que dispuser, em matérias a que se refere esta Convenção, de dois ou mais sistemas jurídicos aplicáveis a unidades territoriais diferentes, não

estará obrigado a aplicar as normas desta Convenção aos conflitos que surgirem entre o direito vigente em tais unidades territoriais.

Artigo 24

Um Estado constituído por duas ou mais unidades territoriais em que forem aplicáveis diferentes sistemas jurídicos em matérias a que se refere esta Convenção poderá, ao assinar ou ratificar esta Convenção, ou a ela aderir, declarar que a mesma será aplicável a todas as suas unidades territoriais ou somente a uma ou mais delas.

Tais declarações poderão ser modificadas mediante declarações ulteriores que especifiquem a unidade ou as unidades territoriais às quais se aplicará esta Convenção. Estas declarações ulteriores serão enviadas à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e surtirão efeito noventa dias após o seu recebimento.

CAPITULO SEXTO Disposições finais

Artigo 25

Esta Convenção ficará aberta à assinatura dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos.

Artigo 26

Esta Convenção está sujeita a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Artigo 27

Após entrar em vigor, esta Convenção permanecerá aberta à adesão de qualquer outro Estado. Os instrumentos de adesão serão depositados na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Artigo 28

Para os Estados ratificantes, esta Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que haja sido depositado o segundo instrumento de ratificação.

Para cada Estado que ratificar esta Convenção ou a ela aderir depois de haver sido depositado o segundo instrumento de ratificação, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que tal Estado haja depositado seu instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 29

Esta Convenção vigorará por prazo indefinido, mas qualquer dos Estados partes poderá denunciá-la. O instrumento de denúncia será depositado na

Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. Transcorrido um ano da data do depósito do instrumento de denúncia, os efeitos da Convenção cessarão para o Estado denunciante.

Artigo 30

O instrumento original desta Convenção, cujos textos em português, espanhol, francês e inglês são igualmente autênticos, será depositado na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, que enviará cópia autenticada do seu texto à Secretaria das Nações Unidas para seu registro e publicação, de conformidade com o artigo 102 da sua Carta constitutiva. A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos notificará aos Estados membros da referida Organização e aos Estados que houverem aderido à Convenção, as assinaturas e os depósitos de instrumentos de ratificação, adesão e denúncia, bem como as reservas existentes e a retirada destas.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários infra-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam esta Convenção.

EXPEDIDA NA CIDADE DO MÉXICO, D.F., MÉXICO, no dia dezessete de março de mil novecentos e noventa e quatro.

ANEXO III

CONVENÇÃO SOBRE A LEI APLICÁVEL ÀS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS aberta a assinatura em Roma em 19 de Junho de 1980 (80/934/CEE)

Official Journal L 266 , 09/10/1980 p. 0001 - 0019

Spanish special edition...: Chapter 1 Volume 3 p. 36

Portuguese special edition Chapter 1 Volume 3 p. 36

PREÂMBULO

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES no Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia,

PREOCUPADAS em prosseguir, no domínio do direito internacional privado, a obra de unificação jurídica já empreendida na Comunidade, nomeadamente em matéria de competência jurisdicional e de execução de decisões,

DESEJANDO estabelecer regras uniformes relativamente à lei aplicável às obrigações contratuais,

ACORDARAM NO SEGUINTE:

TÍTULO I ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Artigo 1º

Âmbito de aplicação

1. O disposto na presente Convenção é aplicável às obrigações contratuais nas situações que impliquem um conflito de leis.

2. Não se aplica: a) Ao estado e à capacidade das pessoas singulares, sem prejuízo do artigo 11º;

b) Às obrigações contratuais relativas a: - testamentos e sucessões por morte

- regimes de bens no matrimónio

- direitos e deveres decorrentes de relações de família, de parentesco, de casamento ou de afinidade, incluindo obrigações alimentares relativamente aos filhos ilegítimos;

c) Às obrigações decorrentes de letras, cheques, livranças, bem como de outros instrumentos negociáveis, na medida em que as obrigações surgidas desses outros instrumentos resultem do seu carácter negociável;

d) Às convenções de arbitragem e de eleição do foro;

e) Às questões respeitantes ao direito das sociedades, associações e pessoas colectivas, tais como a constituição, a capacidade jurídica, o funcionamento interno e a dissolução das sociedades, associações e pessoas colectivas, bem como a responsabilidade pessoal legal dos associados e dos órgãos relativamente às dívidas da sociedade, associação ou pessoa colectiva;

f) À questão de saber se um intermediário pode vincular, em relação a terceiros, a pessoa por conta da qual pretende agir, ou se um órgão de uma sociedade, de uma associação ou de uma pessoa colectiva pode vincular, em relação a terceiros, essa sociedade, associação ou pessoa colectiva;

g) À constituição de «trusts» e às relações entre os constituintes, os «trustees» e os beneficiários;

h) À prova e ao processo, sem prejuízo do artigo 14º

3. O disposto na presente Convenção não se aplica a contratos de seguro que cubram riscos situados nos territórios dos Estados-membros da Comunidade Económica Europeia. Para determinar se um risco se situa nestes territórios, o tribunal aplicará a sua lei interna.

4. O nº anterior não se aplica aos contratos de resseguro.

Artigo 2º

Carácter universal

A lei designada nos termos da presente Convenção é aplicável, mesmo que essa lei seja de um Estado não contratante.

TÍTULO II REGRAS UNIFORMES

Artigo 3º

Liberdade de escolha

1. O contrato rege-se pela lei escolhida pelas partes. Esta escolha deve ser expressa ou resultar de modo inequívoco das disposições do contrato ou das circunstâncias da causa. Mediante esta escolha, as partes podem designar a lei aplicável à totalidade ou apenas a uma parte do contrato.

2. Em qualquer momento, as partes podem acordar em sujeitar o contrato a uma lei diferente da que antecederamente o regulava, quer por força de uma escolha anterior nos termos do presente artigo, quer por força de outras disposições da presente Convenção. Qualquer modificação, quanto à determinação da lei aplicável, ocorrida posteriormente à celebração do contrato, não afecta a validade formal do contrato, na acepção do disposto no artigo 9º, nem prejudica os direitos de terceiros.

3. A escolha pelas partes de uma lei estrangeira, acompanhada ou não da escolha de um tribunal estrangeiro, não pode, sempre que todos os outros elementos da situação se localizem num único país no momento dessa escolha, prejudicar a aplicação das disposições não

derrogáveis por acordo, nos termos da lei desse país, e que a seguir se denominam por «disposições imperativas».

4. A existência e a validade do consentimento das partes, quanto à escolha da lei aplicável, são reguladas pelo disposto nos artigos 8º, 9º e 11º.

Artigo 4º

Lei aplicável na falta de escolha

1. Na medida em que a lei aplicável ao contrato não tenha sido escolhida nos termos do artigo 3º, o contrato é regulado pela lei do país com o qual apresente uma conexão mais estreita. Todavia, se uma parte do contrato fôr separável do resto do contrato e apresentar uma conexão mais estreita com um outro país, a essa parte poderá aplicar-se, a título excepcional, a lei desse outro país.

2. Sem prejuízo do disposto no nº 5, presume-se que o contrato apresenta uma conexão mais estreita com o país onde a parte que está obrigada a fornecer a prestação característica do contrato tem, no momento da celebração do contrato, a sua residência habitual ou, se se tratar de uma sociedade, associação ou pessoa colectiva, a sua administração central. Todavia, se o contrato for celebrado no exercício da actividade económica ou profissional dessa parte, o país a considerar será aquele em que se situa o seu estabelecimento principal ou, se, nos termos do contrato, a prestação deve ser fornecida por estabelecimento diverso do estabelecimento principal, o da situação desse estabelecimento.

3. Quando o contrato tiver por objecto um direito real sobre bem imóvel, ou um direito de uso de um bem imóvel, presume-se, em derrogação do disposto no nº 2, que o contrato apresenta uma conexão mais estreita com o país onde o imóvel se situa.

4. A presunção do nº 2 não é admitida quanto ao contrato de transporte de mercadorias. Presume-se que este contrato apresenta uma conexão mais estreita com o país em que, no momento da celebração do contrato, o transportador tem o seu estabelecimento principal, se o referido país coincidir com aquele em que se situa o lugar da carga ou da descarga ou do estabelecimento principal do expedidor. Para efeitos de aplicação do presente nº, são considerados como contratos de transporte de mercadorias os contratos de fretamento relativos a uma única viagem ou outros contratos que tenham por objecto principal o transporte de mercadorias.

5. O disposto no nº 2 não se aplica se a prestação característica não for determinável. As presunções dos nºs 2, 3 e 4 não serão admitidas sempre que resulte do conjunto das circunstâncias que o contrato apresenta uma conexão mais estreita com outro país.

Artigo 5º

Contratos celebrados por consumidores

1. O presente artigo aplica-se aos contratos que tenham por objecto o fornecimento de bens móveis corpóreos ou de serviços a uma pessoa, o «consumidor», para uma finalidade que pode considerar-se estranha à sua actividade profissional, bem como aos contratos destinados ao financiamento desse fornecimento.

2. Sem prejuízo do disposto no artigo 3º, a escolha pelas partes da lei aplicável não pode ter como consequência privar o consumidor privado da protecção que lhe garantem as disposições imperativas da lei do país em que tenha a sua residência habitual: - se a celebração do contrato tiver sido precedida, nesse país, de uma proposta que lhe foi especialmente dirigida ou de anúncio publicitário, e se o consumidor tiver executado nesse país todos os actos necessários à celebração do contrato, ou

- se a outra parte ou o respectivo representante tiver recebido o pedido do consumidor nesse país, ou

- se o contrato consistir numa venda de mercadorias e o consumidor, se tenha deslocado desse país a um outro país e aí tenha feito o pedido, desde que a viagem tenha sido organizada pelo vendedor com o objectivo de incitar o consumidor a comprar.

3. Sem prejuízo do disposto no artigo 4º e na falta de escolha feita nos termos do artigo 3º, esses contratos serão regulados pela lei do país em que o consumidor tiver a sua residência habitual, se se verificarem as circunstâncias referidas no nº 2 do presente artigo.

4. O presente artigo não se aplica: a) Ao contrato de transporte;

b) Ao contrato de prestação de serviços quando os serviços devidos ao consumidor devam ser prestados exclusivamente num país diferente daquele em que este tem a sua residência habitual.

5. Sem prejuízo do disposto no nº 4, o presente artigo aplica-se ao contrato que estabeleça, por um preço global, prestações combinadas de transporte e de alojamento.

Artigo 6º

Contrato individual de trabalho

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 3º, a escolha pelas partes da lei aplicável ao contrato de trabalho, não pode ter como consequência privar o trabalhador da protecção que lhe garantem as disposições imperativas da lei que seria aplicável, na falta de escolha, por força do nº 2 do presente artigo.

2. Sem prejuízo do disposto no artigo 4º e na falta de escolha feita nos termos do artigo 3º, o contrato de trabalho é regulado: a) Pela lei do país em que o trabalhador, no cumprimento do contrato, presta habitualmente o seu trabalho, mesmo que tenha sido destacado temporariamente para outro país, ou

b) Se o trabalhador não prestar habitualmente o seu trabalho no mesmo país, pela lei do país em que esteja situado o estabelecimento que contratou o trabalhador,

a não ser que resulte do conjunto das circunstâncias que o contrato de trabalho apresenta uma conexão mais estreita com um outro país, sendo em tal caso aplicável a lei desse outro país.

Artigo 7º

Disposições imperativas

1. Ao aplicar-se, por força da presente Convenção, a lei de um determinado país, pode ser dada prevalência às disposições imperativas da lei de outro país com o qual a situação apresente uma conexão estreita se, e na medida em que, de acordo com o direito deste último país, essas disposições sejam aplicáveis, qualquer que seja a lei reguladora do contrato. Para se decidir se deve ser dada prevalência a estas disposições imperativas, ter-se-á em conta a sua natureza e o seu objecto, bem como as consequências que resultariam da sua aplicação ou da sua não aplicação.

2. O disposto na presente Convenção não pode prejudicar a aplicação das regras do país do foro que regulem imperativamente o caso concreto, independentemente da lei aplicável ao contrato.

Artigo 8º

Existência e validade substancial

1. A existência e a validade do contrato ou de uma disposição deste, estão sujeitas à lei que seria aplicável, por força da presente Convenção, se o contrato ou a disposição fossem válidos.

2. Todavia, um contraente, para demonstrar que não deu o seu acordo, pode invocar a lei do país em que tenha a sua residência habitual, se resultar das circunstâncias que não seria razoável que o valor do comportamento desse contraente, fosse determinado pela lei prevista no nº anterior.

Artigo 9º

Requisitos de forma

1. Um contrato celebrado entre pessoas que se encontram no mesmo país é formalmente válido quanto à forma, desde que preencha os requisitos de forma prescritos pela lei reguladora da substância, aplicável por força da presente Convenção ou da lei do país em que foi celebrado.

2. Um contrato celebrado entre pessoas que se encontram em países diferentes é formalmente válido, desde que preencha os requisitos de forma prescritos pela lei reguladora da substância, aplicável por força da presente Convenção ou da lei de um desses países.

3. Quando o contrato é celebrado por um representante, o país a tomar em consideração para efeitos de aplicação dos nºs 1 e 2, é o país em que os poderes representativos são exercidos.

4. Um acto jurídico unilateral relativo a um contrato celebrado ou a celebrar é formalmente válido, desde que preencha os requisitos de forma prescritos pela lei que regular a substância do contrato, aplicável por força da presente Convenção ou da lei do país em que esse acto é praticado.

5. O disposto nos nºs anteriores não se aplica aos contratos que caem no âmbito de aplicação do artigo 5º, celebrados nas circunstâncias enunciadas no nº 2 desse artigo. A forma desses contratos é regulada pela lei do país em que o consumidor tem a sua residência habitual.

6. Sem prejuízo do disposto nos n°s 1 a 4, qualquer contrato que tenha por objecto um direito real sobre um imóvel ou um direito de uso de um imóvel está sujeito, quanto à forma, às disposições imperativas da lei do país em que o imóvel está situado, desde que, nos termos desta lei, essas regras se apliquem independentemente do lugar de celebração e da lei reguladora da substância do contrato.

Artigo 10°

Âmbito de aplicação da lei do contrato

1. A lei aplicável ao contrato por força dos artigos 3° a 6° e do artigo 12° da presente Convenção, regula, nomeadamente: a) A sua interpretação;

b) O cumprimento das obrigações decorrentes;

c) Nos limites dos poderes atribuídos ao tribunal pela respectiva lei de processo, as consequências do incumprimento total ou parcial dessas obrigações, incluindo a avaliação do dano, na medida em que esta avaliação seja regulada pela lei;

d) As diversas causas de extinção das obrigações, bem como a prescrição e a caducidade fundadas no decurso de um prazo;

e) As consequências da invalidade do contrato.

2. Quanto aos modos de cumprimento e às medidas que o credor deve tomar no caso de cumprimento defeituoso, atender-se-á à lei do país onde é cumprida a obrigação.

Artigo 11°

Incapacidade

Num contrato celebrado entre pessoas que se encontram no mesmo país, uma pessoa singular considerado capaz segundo a lei desse país só pode invocar a sua incapacidade que resulte de uma outra lei se, no momento da celebração do contrato, o outro contraente tinha conhecimento dessa incapacidade ou a desconhecia por imprudência da sua parte.

Artigo 12°

Cessão de créditos

1. As obrigações entre o cedente e o cessionário de um crédito são reguladas pela lei que, por força da presente Convenção, for aplicável ao contrato que os liga.

2. A lei que regula o crédito cedido determina a natureza cedível deste, as relações entre o cessionário e o devedor, as condições de oponibilidade da cessão ao devedor e a natureza liberatória da prestação feita pelo devedor.

Artigo 13º

Sub-rogação

1. Sempre que uma pessoa, «o credor», tenha direitos decorrentes de um contrato relativamente a uma outra pessoa, o «devedor», e um terceiro tenha a obrigação de satisfazer o credor, ou tenha realizado a prestação devida em cumprimento dessa obrigação, a lei aplicável a esta obrigação do terceiro determina se este pode exercer, no todo ou em parte, os direitos que o credor tem contra o devedor, nos termos da lei que regula as suas relações.

2. A mesma regra aplica-se quando várias pessoas estão adstritas à mesma obrigação contratual e o credor tenha sido satisfeito por uma delas.

Artigo 14º

Prova

1. A lei que regula o contrato, por força da presente Convenção, aplica-se na medida em que, em matéria de obrigações contratuais, estabeleça presunções legais ou reparta o ónus da prova.

2. Os actos jurídicos podem ser provados mediante qualquer meio de prova admitido, quer pela lei do foro, quer por uma das leis referidas no artigo 9º segundo a qual o acto seja formalmente válido, desde que a prova possa ser produzida nesse modo no tribunal a que a causa foi submetida.

Artigo 15º

Exclusão do reenvio

Por aplicação da lei de um país determinado pela presente Convenção entende-se a aplicação das normas de direito em vigor nesse país, com exclusão das normas de direito internacional privado.

Artigo 16º

Ordem pública

A aplicação de uma disposição da lei designada pela presente Convenção só pode ser afastada se essa aplicação for manifestamente incompatível com a ordem pública do foro.

Artigo 17º

Aplicação no tempo

A Convenção aplica-se num Estado contratante aos contratos celebrados após a sua entrada em vigor nesse Estado.

Artigo 18º

Interpretação uniforme

Na interpretação e aplicação das regras uniformes que antecedem, deve ser tido em conta o seu carácter internacional e a conveniência de serem interpretadas e aplicadas de modo uniforme.

Artigo 19º

Ordenamentos jurídicos plurilegislativos

1. Sempre que um Estado compreender várias unidades territoriais, tendo cada uma as suas regras próprias em matéria de obrigações contratuais, cada unidade territorial deve ser considerada como um país, para fins de determinação da lei aplicável por força da presente Convenção.

2. Um Estado, em que diferentes unidades territoriais tenham as suas regras de direito próprias em matéria de obrigações contratuais, não será obrigado a aplicar a presente Convenção aos conflitos de leis que respeitem exclusivamente a essas unidades territoriais.

Artigo 20º

Primado do direito comunitário

A presente Convenção não prejudica a aplicação das disposições que, em matérias especiais, regulam os conflitos de leis em matéria de obrigações contratuais e que são ou venham a ser estabelecidas em actos das instituições das Comunidades Europeias, ou nas legislações nacionais harmonizadas em execução desses actos.

Artigo 21º

Relações com outras convenções

A presente Convenção não prejudica a aplicação das convenções internacionais de que um Estado contratante seja ou venha a ser parte.

Artigo 22º

Reservas

1. Qualquer Estado contratante, pode, no momento da assinatura, da ratificação, da aceitação, ou da aprovação, reservar-se o direito de não aplicar: a) O nº 1 do artigo 7º;

b) O nº 1, alínea e) do artigo 10º

2. Qualquer Estado contratante pode igualmente, ao notificar a extensão da Convenção nos termos do nº 2 do artigo 27º, fazer uma ou várias destas reservas, com efeito limitado aos territórios ou a alguns dos territórios previstos pela extensão.

3. Qualquer Estado contratante pode, em qualquer momento, retirar uma reserva que tenha feito ; o efeito da reserva cessará no primeiro dia do terceiro mês do calendário após a notificação da retirada da reserva.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23º

1. Se um Estado contratante, após a data de entrada em vigor da presente Convenção, desejar adoptar uma nova norma de conflito de leis relativamente a uma categoria especial de contratos abrangidos pela convenção, comunicará a sua intenção aos outros Estados signatários, através do Secretário-Geral do Conselho das Comunidades Europeias.

2. No prazo de seis meses a contar da data da comunicação feita ao Secretário-Geral, qualquer Estado signatário pode pedir àquele que organize consultas entre os Estados signatários de modo a chegarem a um acordo.

3. Se, nesse prazo, nenhum Estado signatário tiver pedido consultas, ou se, nos dois anos seguintes à comunicação feita ao Secretário-Geral, não se tiver chegado a nenhum acordo no seguimento das consultas, o Estado contratante pode modificar o seu direito. As medidas tomadas por esse Estado serão levadas ao conhecimento dos outros Estados signatários, através do Secretário-Geral do Conselho das Comunidades Europeias.

Artigo 24º

1. Se um Estado contratante, após a data de entrada em vigor da presente Convenção, desejar ser parte numa convenção multilateral, cujo objecto principal ou um dos objectos principais seja o estabelecimento de normas de direito internacional privado relativamente a uma das matérias reguladas pela presente Convenção, aplicar-se-á o procedimento previsto no artigo 23º. Todavia, o prazo de dois anos, previsto no nº 3 do artigo 23º, será reduzido para um ano.

2. Não é necessário observar o procedimento previsto no nº anterior se um Estado contratante ou uma das Comunidades Europeias já for parte na convenção multilateral, ou se o seu objecto for a revisão de uma convenção de que o Estado interessado seja parte, ou se se tratar de uma convenção concluída no âmbito dos Tratados que instituem as Comunidades Europeias.

Artigo 25º

Se um Estado contratante considerar que a unificação realizada pela presente Convenção é comprometida pela conclusão de acordos não previstos no nº 1 do artigo 24º, esse Estado pode pedir ao Secretário-Geral do Conselho das Comunidades Europeias que organize consultas entre os Estados signatários da presente Convenção.

Artigo 26º

Qualquer Estado contratante pode pedir a revisão da presente Convenção. Nesse caso, será convocada uma conferência de revisão pelo Presidente do Conselho das Comunidades Europeias.

Artigo 27º

1. A presente Convenção aplica-se ao território europeu dos Estados contratantes, incluindo a Gronelândia, e a todo o território da república Francesa.
2. Em derrogação do disposto no nº 1: a) A presente Convenção não se aplica às Ilhas Faroé, salvo declaração em contrário de Reino da Dinamarca;

b) A presente Convenção não se aplica aos territórios europeus situados fora do Reino Unido e cujas relações internacionais sejam asseguradas pelo Reino Unido, salvo declaração em contrário do Reino Unido em relação a qualquer um desses territórios;

c) A presente Convenção não se aplica às Antilhas Neerlandesas, se o Reino dos Países Baixos fizer uma declaração nesse sentido.
3. Estas declarações podem ser feitas a todo o tempo, mediante notificação ao Secretário-Geral do Conselho das Comunidades Europeias.
4. Os processos de recurso interpostos no Reino Unido de decisões proferidas por tribunais situados num dos territórios indicados na alínea b) do nº 2 serão considerados como processos pendentes nesses tribunais.

Artigo 28º

1. A presente Convenção estará aberta à assinatura dos Estados partes no Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, a partir de 19 de Junho de 1980.
2. A presente Convenção será ratificada, aceite ou aprovada pelos Estados signatários. Os instrumentos de ratificação, de aceitação ou de aprovação serão depositados junto do Secretário-Geral de Conselho das Comunidades Europeias.

Artigo 29º

1. A presente Convenção entrará em vigor no primeiro dia do terceiro mês seguinte ao do depósito do sétimo instrumento de ratificação, de aceitação ou de aprovação.
2. A presente Convenção entrará em vigor relativamente a cada Estado signatário que a ratifique, aceite ou aprove posteriormente, no primeiro dia do terceiro mês seguinte ao do depósito do seu instrumento de ratificação, de aceitação ou de aprovação.

Artigo 30º

1. A presente Convenção terá um período de vigência de dez anos a partir da data da sua entrada em vigor, nos termos do nº 1 do artigo 29º, mesmo relativamente aos Estados em que entre posteriormente em vigor.
2. A Convenção será renovada tacitamente de cinco em cinco anos, salvo denúncia.

3. A denúncia deve ser notificada, pelo menos, seis meses antes de decorrido o prazo de dez anos ou de cinco anos, conforme o caso, ao Secretário-Geral do Conselho das Comunidades Europeias. A denúncia pode ser limitada a um dos territórios a que a Convenção se tenha tornado extensiva, por aplicação do nº 2 do artigo 27º

4. A denúncia só terá efeito em relação ao Estado que a tenha notificado. A Convenção manter-se-á em vigor relativamente aos outros Estados contratantes.

Artigo 31º

O Secretário-Geral do Conselho das Comunidades Europeias notificará os Estados partes no Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia: a) Das assinaturas;

b) Do depósito de qualquer instrumento de ratificação, de aceitação ou de aprovação;

c) Da data de entrada em vigor da presente Convenção;

d) Das comunicações feitas em aplicação dos artigos 23º, 24º, 25º, 26º, 27º e 30º;

e) Das reservas e das retiradas de reservas referidas no artigo 22º

Artigo 32º

O Protocolo anexo à presente Convenção faz dela parte integrante.

Artigo 33º

A presente Convenção, redigida num único exemplar em língua alemã, dinamarquesa, francesa, inglesa, irlandesa, italiana e neerlandesa, fazendo fé qualquer dos textos será depositada nos arquivos do Secretariado-Geral do Conselho das Comunidades Europeias. O Secretário-Geral remeterá dela uma cópia autenticada da presente Convenção a cada um dos Governos dos Estados signatários.

Til bekræftigelse heraf har undertegnede behørigt befuldmægtigede underskrevet denne konvention.

Zu Urkund dessen haben die hierzu gehörig befugten Unterzeichneten ihre Unterschriften unter dieses Übereinkommen gesetzt.

In witness whereof the undersigned, being duly authorized thereto, have signed this Convention.

En foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé la présente convention.

Dá fhianú sin, shínigh na daoine seo thíos, arna n-údarú go cuí chuige sin, an Coinbhinsiún seo.

In fede di che, i sottoscritti, debitamente autorizzati a tal fine, hanno firmato la presente convenzione.

Ten blijke waarvan de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd, hun handtekening onder dit Verdrag hebben geplaatst.

Udfærdiget i Rom, den nittende juni nitten hundrede og firs.

Geschehen zu Rom am neunzehnten Juni neunzehnhundertachtzig.

Done at Rome on the nineteenth day of June in the year one thousand nine hundred and eighty.

Fait à Rome, le dix-neuf juin mil neuf cent quatre-vingt.

Arna dhéanamh sa Róimh, an naoú lá déag de Mheitheamh sa bhliain míle naoi gcéad ochtó.

Fatto a Roma, addì diciannove giugno millenovecentootanta.

Gedaan te Rome, de negentiende juni negentienhonderd tachtig.

PROTOCOLO

As Altas Partes Contratantes acordaram na disposição seguinte que vem anexa à Convenção.

Em derrogação do disposto na Convenção, a Dinamarca pode manter em aplicação o disposto no artigo 169º da «Soloven» (legislação marítima) respeitante à lei aplicável em matéria de transporte de mercadorias por via marítima, e pode modificar esta disposição sem ter de observar o procedimento previsto no artigo 23º da Convenção.

Til bekræftigelse heraf har undertegnede behørigt befuldmægtigede underskrevet denne protokol.

Zu Urkund dessen haben die hierzu gehörig befugten Unterzeichneten ihre Unterschriften unter dieses Protokoll gesetzt.

In witness whereof the undersigned, being duly authorized thereto, have signed this Protocol.

En foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé le présent protocole.

Dá fhianú sin, shínigh na daoine seo thíos, arna n-údarú go cuí chuige sin, an Prótacal seo.

In fede di che, i sottoscritti, debitamente autorizzati a tal fine, hanno firmato il presente protocollo.

Ten blijke waarvan, de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd, hun handtekening onder dit Protocol hebben geplaatst.

Udfærdiget i Rom, den nittende juni nitten hundrede og firs.

Geschehen zu Rom am neunzehnten Juni neunzehnhundertachtzig.

Done at Rome on the nineteenth day of June in the year one thousand nine hundred and eighty.

Fait à Rome, le dix-neuf juin mil neuf cent quatre-vingt.

Arna dhéanamh sa Róimh, an naoú lá déag de Mheitheamh sa bhliain míle naoi gcéad ochtó.

Fatto a Roma, addì diciannove giugno millenovecentoottanta.

Gedaan te Rome, de negentiende juni negentienhonderd tachtig.

DECLARAÇÃO COMUM

Aquando da assinatura da Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais os governos do Reino da Bélgica, do Reino da Dinamarca, da República Federal da Alemanha, da República Francesa, da Irlanda, da República Italiana, do Grão-Ducado do Luxemburgo, do Reino dos Países Baixos e do Reino Unido de Grã Bretanha e da Irlanda do Norte,

I. Preocupados em evitar, tanto quanto possível, a dispersão das normas de conflitos de leis entre múltiplos instrumentos e as divergências entre estas normas,

Desejam que as instituições das Comunidades Europeias, no exercício das suas funções com base nos Tratados que as instituiu, se esforcem, sempre que necessário, por adoptar normas de conflitos que estejam, tanto quanto possível, em concordância com as da Convenção;

II. Declaram a sua intenção de proceder, imediatamente após a assinatura da Convenção e enquanto não estão vinculados pelo artigo 24º da Convenção, a consultas recíprocas no caso de um dos Estados signatários desejar ser parte numa convenção à qual se aplicaria o procedimento previsto no referido artigo;

III. Considerando a contribuição da Convenção sobre a lei Aplicável às Obrigações Contratuais para a unificação das normas de conflitos nas Comunidades Europeias, expressam a opinião de que qualquer Estado que se torne membro das Comunidades Europeias deveria aderir a esta Convenção.

Til bekræftelse heraf har undertegnede behørigt befuldmægtigede underskrevet denne fælleserklæring.

Zu Urkund dessen haben die hierzu gehörig befugten Unterzeichneten ihre Unterschriften unter diese gemeinsame Erklärung gesetzt.

In witness whereof the undersigned, being duly authorized thereto, have signed this Joint Declaration.

En foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé la présente déclaration commune.

Dá fhianú sin, shínigh na daoine seo thíos, arna n-údarú go cuí chuige sin, an Dearbhu Comhpháirteach seo.

In fede di che, i sottoscritti, debitamente autorizzati a tal fine, hanno firmato la presente dichiarazione comune.

Ten blijke waarvan, de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd hun handtekening onder deze Verklaring hebben geplaatst.

Udfærdiget i Rom, den nittende juni nitten hundrede og firs.

Geschehen zu Rom am neunzehnten Juni neunzehnhundertachtzig.

Done at Rome on the nineteenth day of June in the year one thousand nine hundred and eighty.

Fait à Rome, le dix-neuf juin mil neuf cent quatre-vingt.

Arna dhéanamh sa Róimh, an naoú lá déag de Mheitheamh sa bhliain míle naoi gcéad ochtó.

Fatto a Roma, addì diciannove giugno millenovecentootanta.

Gedaan te Rome, de negentiende juni negentienhonderd tachtig.

DECLARAÇÃO COMUM

Os governos do Reino da Bélgica, do Reino da Dinamarca, da República Federal da Alemanha, da República Francesa, da Irlanda, da República Italiana, do Grão-Ducado do Luxemburgo, do Reino dos Países Baixos e do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte,

Aquando da assinatura da Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais,

Desejosos de assegurar uma aplicação tão eficaz quanto possível das suas disposições,

Preocupados em evitar que as divergências de interpretação da Convenção prejudiquem o seu carácter unitário,

Declaram-se dispostos:

1. A examinar a possibilidade de atribuir competência em determinadas matérias ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e a negociar, se for caso disso, um acordo para esse efeito;

2. A estabelecer contactos periódicos entre os seus representantes.

Til bekræftelse heraf har undertegnede behørigt befuldmægtigede underskrevet denne fælleserklæring.

Zu Urkund dessen haben hierzu die gehörig befugten Unterzeichneten ihre Unterschriften unter diese gemeinsame Erklärung gesetzt.

In witness whereof the undersigned, being duly authorized thereto, have signed this Joint Declaration.

En foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé la présente déclaration commune.

Dá fhianú sin, shínigh na daoine seo thíos, arna n-údarú go cuí chuige sin, an Dearbhu Comhpháirteach seo.

In fede di che, i sottoscritti, debitamente, autorizzati a tal fine, hanno firmato la presente dichiarazione comune.

Ten blijke waarvan, de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd hun handtekening onder deze Verklaring hebben geplaatst.

Em fé do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados para o efeito, apuseram as suas assinaturas no final da presente Declaração Comum.

Udfærdiget i Rom, den nittende juni nitten hundrede og firs.

Geschehen zu Rom am neunzehnten Juni neunzehnhundertachtzig.

Done at Rome on the nineteenth day of June in the year one thousand nine hundred and eighty.

Fait à Rome, le dix-neuf juin mil neuf cent quatre-vingt.

Arna dhéanamh sa Róimh, an naoú lá déag de Mheitheamh sa bhliain míle naoi gcéad ochtó.

Fatto a Roma, addì diciannove giugno millenovecentoottante.

Gedaan te Rome, de negentiende juni negentienhonderd tachtig.

Feito em Roma aos dezenove de Junho de mil novecentos e oitenta.

ANEXO IV

DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942

Lei de Introdução ao Código Civil

(Alterada pelas LEI Nº 3.238/01.08.1957, LEI Nº 6.515/ 26.12.1977, LEI Nº 9.047/08.05. 1995 já inseridas no texto)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art.180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade de lei brasileira, quando admitida, se inicia 3 (três) meses depois de oficialmente publicada.

§ 2º A vigência das leis, que os governos estaduais elaborem por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começará no prazo que a legislação estadual fixar.

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Art. 2º - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3º - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Art. 3º - Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Art. 4º - Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

Art. 5º - Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. **(Redação da Lei nº 3.238/01.08.1957)**

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. **(Redação da Lei nº 3.238/01.08.1957)**

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo prefixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem. **(Redação da Lei nº 3.238/01.08.1957)**

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso." **(Redação da Lei nº 3.238/01.08.1957)**

Art. 7º - A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

§ 1º - Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

2º O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes." **(Redação da Lei nº 3.238/01.08.1957)**

§ 3º - Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.

§ 4º - O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal.

§ 5º - O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro. **(Redação da LEI Nº 6.515/ 26.12.1977)**

§ 6º - O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de três anos da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no País. O Supremo Tribunal Federal, na forma de seu regimento interno, poderá reexaminar, a requerimento do interessado, decisões já proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros, a fim de

que passem a produzir todos os efeitos legais." **(Redação da LEI Nº 6.515/26.12.1977)**

§ 7º - Salvo o caso de abandono, o domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos não emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda.

§ 8º - Quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.

Art. 8º - Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

§ 1º - Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.

§ 2º - O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.

Art. 9º - Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que constituírem.

§ 1º - Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

§ 2º - A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

Art. 10º - A sucessão por morte ou por ausência obedece a lei do país em que era domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

§ 1º A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de "cujus". **(Redação da LEI Nº 9.047/08.05. 1995)**

(Redação anterior) - § 1º - A vocação para suceder em bens de estrangeiro situados no Brasil será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge brasileiro e dos filhos do casal, sempre que não lhes seja mais favorável a lei do domicílio.

§ 2º - A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

Art. 11º - As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

§ 1º - Não poderão, entretanto, ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo governo brasileiro, ficando sujeitas à lei brasileira.

§ 2º - Os governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação.

§ 3º - Os governos estrangeiros podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.

Art. 12º - E competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

§ 1º - Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.

§ 2º - A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o exequatur e segundo a forma estabelecida pela lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências.

Art. 13º - A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Art. 14º - Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

Art. 15º - Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;
- c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida;
- d) estar traduzida por intérprete autorizado;
- e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal

Parágrafo único. Não dependem de homologação as sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas.

Art. 16º - Quando, nos termos dos artigos precedentes, se houver de aplicar a lei estrangeira, ter-se-á em vista a disposição desta, sem considerar-se qualquer remissão por ela feita a outra lei.

Art. 17º - As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

Art. 18. Tratando-se de brasileiros, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento e os mais atos de Registro Civil e de tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do Consulado." **(Redação da Lei nº 3.238/01.08.1957)**

Art. 19. Reputam-se válidos todos os atos indicados no artigo anterior e celebrados pelos cônsules brasileiros na vigência do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que satisfaçam todos os requisitos legais. **(Redação da Lei nº 3.238/01.08.1957)**

Parágrafo único. No caso em que a celebração desses atos tiver sido recusada pelas autoridades consulares, com fundamento no artigo 18 do mesmo Decreto-lei, ao interessado é facultado renovar o pedido dentro em 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta lei." **(Redação da Lei nº 3.238/01.08.1957)**

Rio de Janeiro, 4 de Setembro de 1942; 121.º da Independência e 54.º da República.

Getúlio Vargas

ANEXO V